

Bruno dos Santos Prado Moura

Laryssa da Silva Machado

(Orgs.)

Encontro Regional de História da ANPUH-ES

70 anos de História do Espírito Santo:

Da pesquisa ao ensino, formando gerações

Volume III

Ensino de História, Memória afrobrasileira no
Espírito Santo e Questões de gênero



Bruno dos Santos Prado Moura
Laryssa da Silva Machado
(Orgs.)

XV Encontro Regional de História da ANPUH/ES
70 anos de História no Espírito Santo:
da pesquisa ao ensino, formando gerações

Volume III
Ensino de História, Memória afrobrasileira no
Espírito Santo e Questões de gênero

Serra, 2025.



Identidade Editorial

Rua Gonçalves Dias, Praia da Baleia, Serra - ES. CEP.: 29172-694.
www.identidadeeditorial.com.br

Conselho Editorial: Dr. Alexander Martins Vianna (UFRRJ), Dr.^a Carmem Soares (Universidade de Coimbra), Dr.^a Cilene da Silva Gomes (PUC-PR), Dr.^a Eliane Morelli Abrahão (Unicamp), Dr.^a Fabiana Kraemer (UERJ), Dr. Fernando Santa Clara Viana Jr. (UFBA), Dr. Jadir Rostoldo Peçanha (UFES), Dr. José Newton Coelho Meneses (UFMG), Dr.^a Juliana Sabino Simonato (UFES), Dr.^a Maria Cecília Pilla (PUC/Paraná), Dr.^a Mônica Chaves Abdala (UFU), Dr.^a Patrícia Maria da Silva Merlo (UFES), Dr.^a Raquel Bello Vázquez (UniRitter), Dr. Renato da Silva Dias (Unimontes), Dr.^a Rita de Cassia Aquino (USJT), Dr. Sébastião Pimentel Franco (UFES).

Editoração e projeto gráfico: Lucas Onorato Braga

Revisão textual e padronização: De responsabilidade exclusiva dos autores.

Arte da capa: Maria Clara de Oliveira Ferreira @lacunadesignbr

Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte da obra, por qualquer meio, sem autorização da editora, constitui violação da LDA nº 9.610/98.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

X8 XV Encontro Regional de História da ANPUH/ES - 70 anos de História no Espírito Santo: da pesquisa ao ensino, formando gerações; volume III - Ensino de História, Memória afrobrasileira no Espírito Santo e Questões de gênero/ Bruno dos Santos Prado Moura, Laryssa da Silva Machado (Orgs.). Serra: Identidade Editorial, 2025.

242 p.: il.

ISBN: 978-65-83537-08-9

1. Encontro Regional de História ANPUH/ES. 2. História. 3. Espírito Santo. I. Moura, Bruno dos Santos Prado. II. Machado, Laryssa da Silva. III. Título.

CDU: 900

Bruno dos Santos Prado Moura
Laryssa da Silva Machado
(Orgs.)

XV Encontro Regional de História da ANPUH/ES
70 anos de História no Espírito Santo:
da pesquisa ao ensino, formando gerações

Volume III
Ensino de História, Memória afrobrasileira no
Espírito Santo e Questões de gênero



Serra, 2025.

Sumário

Apresentação | 7

Parte 1 – Ensino de História | 10

Ensino da História do Brasil: uma experiência didática com o uso da fotografia | 11

Milka Christine Godinho Loureiro

Formação cultural e religiosa no contexto histórico social da Vila de Itaúnas (Conceição da Barra-ES) | 35

Mariana dos Santos Albuquerque

Ensino de História e consciência histórica: possibilidades para a valorização da mulher | 53

Keila Nascimento de Almeida Peroni

Parte 2 – Memória afrobrasileira no Espírito Santo | 68

Memória coletiva e História local, o Instituto Cultural Tambor de Raiz e a resistência quilombola do Sapê do Norte | 69

Letícia Giuberti Borghi

Njila: trajetória e história dos Bantu no Espírito Santo | 87

Maycon de Souza Bernardo

Parte 3 – Questões de gênero | 110

Como construímos o gênero? | 111

Kleanne Rocha Sartorio

A objetificação do corpo feminino na arte surrealista: um olhar para as fotografias de Man Ray | 126

Larissa Rodrigues Sathler

Mulher e política: atuação feminina na política espiritossantense | 149

Leandro da Silva Lunz

Mortes silenciadas: feminicídios esquecidos em Cachoeiro de Itapemirim-ES no início do século XXI | 171

Luan Tófano Elias

Mulheres e política no estado do Espírito Santo no século XX | 186

Tanya Mayara Kruger

A atuação do Ministério Público no combate e prevenção ao feminicídio | 203

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer e Brenda Figueiredo Lima

Políticas de prevenção e combate à violência de gênero contra as mulheres no Brasil: análise dos avanços e desafios | 225

Luciana Gomes Ferreira de Andrade e Maria Beatriz Nader

Apresentação

Apresentamos nesta publicação o Volume III da coletânea de livros resultantes das apresentações de pesquisas em Simpósios Temáticos no XV Encontro Regional da Anpuh-ES – “70 anos de História no Espírito Santo: da pesquisa ao ensino, formando gerações”. O evento foi realizado em parceria com a XVI Semana de História - “70 anos do curso de História”, realizados entre os dias 22 e 25 de outubro de 2024, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), campus de Goiabeiras, em Vitória/ES.

O XV Encontro Regional da Anpuh-ES teve como tema: “70 anos de História no Espírito Santo: da pesquisa ao ensino, formando gerações” e propôs celebrar as sete décadas de existência da UFES e do curso de História. Esta comemoração marca o reconhecimento do papel fundamental do curso de História para a formação de historiadoras e historiadores, professoras e professores, em todo Estado do Espírito Santo, que, por sua vez, atuam na formação crítica de novas gerações de cidadãos nas mais diversas instituições, do Ensino Básico ao Superior.

A ANPUH-ES, como parte desse movimento para o desenvolvimento da História em âmbito regional, idealizou este evento buscando estabelecer conexões entre passado e presente neste ano de celebração, com o objetivo de criar diálogos e reflexões em torno do ensino, da pesquisa e do papel do/a historiador/a do século XXI, alinhando a contribuição da disciplina e dos/as profissionais – e suas práticas – com as demandas da sociedade.

Este livro, portanto, é resultado de parte das atividades realizadas no âmbito do XV Encontro Regional ANPUH-ES, com a proposta de fomentar um espaço para a divulgação das mais variadas pesquisas no campo da História, contribuindo para a publicação e a publicização de estudos, áreas e problemáticas. Nesse âmbito, este volume reúne trabalhos que abordam temáticas relativas ao ensino de história, à memória afrobrasileira no Espírito Santo e às questões de gênero.

No que diz respeito ao ensino de história, os artigos se debruçam sobre os desafios da superação de uma abordagem cronológica e factual, problematizando as possibilidades de construção de novos olhares sobre o passado pelos estudantes a partir do seu protagonismo no trato com as temporalidades históricas.

No tocante à memória afrobrasileira no Espírito Santo, os artigos nos trazem elementos para perceber os lugares de fala e memória dos remanescentes de quilombos da região norte do estado, evidencian- do o papel da ação cultural no processo de afirmação da identida- de negra capixaba. Complementarmente, temos a oportunidade de conhecer a complexidade do processo histórico de constituição da população negra no território, tendo em vista a diversidade de povos africanos para cá mobilizados em razão dos interesses mercantis.

As questões de gênero estão contempladas em artigos que buscam delimitar de forma eloquente os mecanismos de objetificação do corpo feminino, assim como buscam denunciar as variadas violências que sofreram e ainda sofrem as mulheres no estado do Espírito Santo. Contudo, para além das violências e objetificações, os estudos demonstram que as mulheres não foram passivas no processo históri- co. Atuaram como verdadeiros agentes transformadores da realidade, deixando evidências de que, para além dos preconceitos e discrimina-

ções, existe a ação contundente de inúmeras personagens cujos passos nos permitem construir novas histórias.

Como o evento se propôs a celebrar os 70 anos do curso de História no Espírito Santo é sempre bom destacar a importância do ensino da história capixaba não apenas em nossas escolas, mas em qualquer oportunidade possível de acontecer. Os 70 anos dos estudos de História em terras capixabas estão entrelaçados aos 490 anos de história oficial e aos milhares de anos de história não contada.

Uma boa leitura!

Bruno dos Santos Prado Moura

Larissa da Silva Machado

Organizadores do Volume III

Vitória, Espírito Santo, Brasil, 11 de março de 2025.

Parte 1
Ensino de História

Ensino da História do Brasil: uma experiência didática com o uso da fotografia

Milka Christine Godinho Loureiro¹

Introdução

O modelo tradicional de ensino enfrenta desafios crescentes para estabelecer conexões significativas entre os conteúdos históricos e as vivências dos estudantes, especialmente em uma sociedade contemporânea voltada para o presente. A dificuldade dos alunos em perceber a relevância do conhecimento escolar compromete seu engajamento, tornando essencial a adoção de estratégias pedagógicas mais envolventes.

Nesse contexto, a pesquisa apresentada, fundamentada nas teorias de Jörn Rüsen sobre Consciência Histórica e de Peter Lee sobre Alfabetização Histórica, propõe o uso da fotografia como recurso didático no estudo da Primeira República (1889-1930), buscando promover uma compreensão mais significativa e contextualizada da História, aproximando o currículo escolar das experiências cotidianas dos alunos.

A trajetória profissional da autora, com 20 anos de experiência em ensino de História e gestão escolar, reflete o compromisso com a

¹ Mestranda no Curso de Ensino na Educação Básica da Universidade Federal do Espírito Santo. Professora de História da Educação Básica Estadual. Contato: milka_chris@hotmail.com.

transformação das práticas pedagógicas. Durante esse período, foi possível constatar que um dos principais obstáculos no ensino de História é a dificuldade dos estudantes em estabelecer conexões entre os conteúdos e suas próprias realidades. Essa percepção levou à reflexão sobre metodologias que tornassem o ensino mais atrativo e alinhado às demandas contemporâneas. A introdução da fotografia, nesse contexto, busca superar as limitações da abordagem tradicional e promover um aprendizado mais significativo, estimulando a análise crítica das imagens e sua relação com processos históricos mais amplos.

Ensinar História apresenta seus desafios, contudo, seguindo as orientações de Bloch (2001), defendo a importância da História, não apenas como uma disciplina científica essencial para a compreensão do ser humano e suas experiências ao longo do tempo, mas também pela sua capacidade de despertar interesse e transformação:

É preciso, portanto, para fazer a boa história, para ensiná-la, para fazê-la ser amada, não esquecer que, ao lado de suas «necessárias austeridades», a história «tem seus gozos estéticos próprios». Do mesmo modo, ao lado do necessário rigor ligado à erudição e à investigação dos mecanismos históricos, existe a «volúpia de apreender coisas singulares»; daí esse conselho, que me parece também muito bem-vindo ainda hoje: “Evitemos retirar de nossa ciência sua parte de poesia.” (Bloch, 2001, p. 19).

Caimi (2007) apresenta um conjunto de reflexões importantes sobre as relações entre professores de História e seus alunos. Essas reflexões são essenciais para entendermos e enfrentarmos os desafios do ensino da História, permitindo-nos repensar e melhorar a forma como a disciplina é ensinada:

Os professores de um lado, reclamam de alunos passivos para o conhecimento, sem curiosidade, sem interesse, desatentos, que desafiam sua autoridade, sendo zombadores e irreverentes. Denunciam também, o excesso e assim complexidades dos conteúdos a ministrar nas aulas de História, os quais são abstratos e distantes do universo de significação das crianças e dos adolescentes. Os alunos de outro lado, reivindicam um ensino mais significativo, articulando com suas experiências cotidianas, um professor legal, amigo, menos autoritário, que lhes exigem menos esforços de memorização e que faça da aula um momento agradável. (Caimi, 2007, p.18).

A autora evidencia uma insatisfação tanto por parte dos alunos quanto dos professores, destacando que o professor de História tem o potencial de promover o desenvolvimento de indivíduos com capacidades reflexivas e investigativas. Para que isso aconteça de forma relevante, é fundamental a inclusão de metodologias diferenciadas como uma ferramenta adicional no processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de contribuir para que os alunos se tornem autores de suas próprias histórias e participantes ativos nesse processo.

De acordo com Schmidt (1998, p.57), a utilização de diversas abordagens linguísticas no âmbito do ensino de História, que estimulem o aluno a se tornar o questionador de sua própria realidade, apresenta-se como uma estratégia promissora. O objetivo, portanto, é estimular um aprendizado engajado em utilizar a História como uma ferramenta para promover mudanças em seu contexto social.

Schmidt (1998) considera que:

A sala de aula não é apenas um espaço onde se transmite informações, mas onde uma relação de interlocutores constrói sentidos. Trata-se de um espetáculo impregnado de tensões em que se torna inseparável o significado da relação teoria e prática; ensino e pesquisa. (Schmidt, in Bittencourt; 1998)

Por essa razão, é de suma importância adquirir uma compreensão aprofundada sobre como os alunos constroem significados em relação à sua compreensão da História, dentro de uma perspectiva temporal orientada.

As atividades práticas frequentemente despertam nos alunos um interesse renovado pela disciplina, promovendo uma ruptura parcial com os métodos de ensino tradicionais. Circe Bittencourt (2018) ressalta que, ao falar sobre o “método tradicional”, ela relaciona o uso de materiais pedagógicos, como lousas, pincéis e livros didáticos, às aulas expositivas.

Curriculos que seguem uma linha narrativa linear da História, dividindo-a em estágios e adotando uma visão evolutiva, junto com programas de formação de professores e materiais didáticos que enaltecem exclusivamente uma perspectiva europeia da História, são obstáculos para qualquer tentativa de mudança no cenário atual. A noção de que os estudantes brasileiros devem conhecer a sua História, a partir da História dos europeus, apresenta uma concepção de que somente a partir da perspectiva europeia, nossa História faz sentido. Isso resulta na visão exclusiva de que eles são os únicos modelos de progresso e desenvolvimento.

Conforme apontado por Anderson Ribeiro Oliva (2003, p.437):

[...] é preciso que se frise que a História, naquele momento [século XIX], passara a se confundir com dois elementos: as trajetórias nacionais —entendidas como os inventários cronológicos dos principais fatos políticos dos Estados europeus, quase sempre protagonizados por figuras ilustres ou heróis; e com o movimento retilíneo e natural rumo ao progresso tecnológico e civilizacional. Dessa forma, a ideia da transformação, da busca constante pelo novo, pelo moderno, se tornaria uma obsessão. Além disso, devido aos rigores metodológicos, o passado somente poderia ser acessado com o uso

dos documentos escritos oficiais. Observados de dentro dessa perspectiva histórica, os povos africanos não possuíam papel de destaque na história da humanidade.

A desvalorização da História Nacional em comparação com a História da Europa representa um desafio significativo para o ensino de História. Essa foi uma das principais motivações para a escolha do período histórico que compreende minha pesquisa, especificamente a Primeira República – 1889 a 1930.

A narrativa eurocêntrica histórica tende a privilegiar eventos, figuras e períodos da História europeia, marginalizando histórias locais e regionais, o que pode gerar uma percepção distorcida sobre a relevância das diversas tradições históricas. Essa desigualdade no ensino de História impacta negativamente a compreensão dos estudantes sobre sua própria identidade e cultura. Ao negligenciar a História brasileira, o currículo educacional falha em proporcionar uma compreensão mais completa dos eventos que moldaram o país, suas instituições e suas relações sociais, perpetuando desigualdades educacionais e sociais.

No Brasil, o ensino de História frequentemente reflete essa perspectiva eurocêntrica, tratando a História nacional como uma extensão da expansão europeia. A contribuição das populações indígenas, africanas e seus descendentes, essenciais para a formação da sociedade brasileira, é subestimada. Essas populações são frequentemente retratadas de forma estereotipada e secundária, sendo associadas à escravidão ou à construção do Estado colonial, sem reconhecer seu protagonismo nas transformações históricas do país (Porto, 2007).

A proposta deste trabalho é investigar o uso da produção fotográfica no ensino da História do Brasil, focando no período da Primeira Re-

pública (1889-1930), com alunos das 3^a séries do Ensino Médio. A pesquisa, intitulada “Ensino da História do Brasil: Uma experiência didática com o uso da fotografia”, tem como base as teorias de Consciência Histórica de Jörn Rüsen (2001, 2007, 2010) e Literacia Histórica de Peter Lee (2006, 2016). O objetivo é utilizar esses conceitos teóricos para ampliar a compreensão dos alunos sobre esse período histórico e promover uma abordagem pedagógica mais participativa e significativa.

Para alcançar o objetivo geral, este estudo se propõe a:

- Discutir os aspectos que marcam o Ensino de História do Brasil na Educação Básica;
- Analisar as relações entre a fotografia e a prática do ensino de História;
- Focalizar os processos de ensino aprendizagem e as noções de temporalidade e consciência histórica, a partir do trabalho didático desenvolvido com os alunos.

A conexão entre a Educação Histórica, a práxis educacional e o impacto no processo ensino-aprendizado é essencial para a formação da consciência histórica. Segundo Rosanelli, Cunha e Machado (2023), compreender a História de forma contextualizada e crítica, vinculando-a à realidade dos estudantes, permite o uso significativo dessa consciência histórica. Para Jörn Rüsen (2001, 2006, 2007, 2010), a consciência histórica emerge das experiências humanas e é desenvolvida a partir das vivências cotidianas, sendo um atributo intrínseco ao ser humano. Nesse sentido, os alunos já possuem uma consciência histórica, pois constantemente recorrem ao passado para fundamen-

tar decisões e compreender o presente.

A mobilização dessa consciência é indispensável, considerando que o ser humano necessita atribuir sentido à sua realidade para se orientar frente às transformações do mundo (Cerri, 2011). Ao conectar passado e presente, a consciência histórica contribui para a construção identitária e para a compreensão crítica do mundo, papel reforçado pelo ensino de História. No caso da História do Brasil, especialmente no contexto da Primeira República, os estudantes podem analisar permanências e mudanças refletidas na atualidade, com o apoio do professor como mediador.

Esse processo pode ser enriquecido pelo uso de fontes visuais, como a fotografia, que favorecem um aprendizado mais envolvente e crítico. Assim, este estudo investiga o potencial da fotografia como fonte de pesquisa histórica e ferramenta didática, buscando identificar processos de construção da consciência histórica entre os alunos. A pesquisa, fundamentada nas teorias de Rüsen e Peter Lee, almeja integrar teoria e prática pedagógica, promovendo uma abordagem que torne o ensino de História mais significativo e conectado às realidades dos estudantes.

Metodologia da pesquisa

A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, será desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Fundamental II e Médio “Wallace Castello Dutra”, em Guriri, São Mateus (ES), com turmas de 3^a série do Ensino Médio matutino em 2024, totalizando 120 alunos de 17 a 18 anos. Sem critérios de exclusão, a investigação será conduzida pela professora regente das turmas, utilizando observação participante, diário de campo, produções dos alunos, questionários semiestru-

turados e grupos focais como instrumentos de coleta de dados.

Essa abordagem busca compreender o impacto de uma experiência pedagógica no contexto escolar, promovendo reflexão crítica e análise aprofundada. Estudos exploratórios, amplamente empregados nas Ciências Humanas e Sociais, permitem investigar fenômenos em seu contexto natural, possibilitando ao pesquisador uma interpretação detalhada e sistemática

dos dados qualitativos, contribuindo para a produção de novos conhecimentos e maior compreensão das dinâmicas educacionais.

Etapas da Pesquisa

A pesquisa qualitativa e exploratória, fundamentada em Rüsen (2007), Lee (2006) e Kossoy (2012), desenvolve uma abordagem reflexiva sobre o ensino de História com foco na Primeira República. Realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental II e Médio “Wallace Castello Dutra” (Guriri, São Mateus/ES), envolve 120 alunos do 3º ano do Ensino Médio.

Início e Contextualização

Aprovada pelo Comitê de Ética (Matrícula 6.480.030), a pesquisa iniciou-se em agosto de 2024, compreendendo levantamento de fontes, aplicação de questionário sobre o período da Primeira República e produção fotográfica. A escolha do tema reflete sua relevância na identidade nacional e dificuldades dos estudantes em relacionar o passado ao presente, embasada na Consciência Histórica de Rüsen (2007).

Aprofundamento Teórico

A análise de fontes primárias e secundárias, como fotografias e documentos, associada a aulas expositivas, visa desenvolver literacia histórica (Lee, 2006). A abordagem problematizadora instiga reflexões críticas sobre narrativas históricas, considerando a relação entre tempos históricos (Rüsen, 2015).

Produção Fotográfica

Os alunos elaboram roteiros investigativos abordando eventos da Primeira República, conectando-os a narrativas visuais. Seguindo Kossoy (2012), a fotografia é utilizada como documento histórico que interpreta o passado. A produção inclui diários de bordo e explorações de nuances históricas. Os trabalhos são apresentados e avaliados considerando aspectos históricos e estéticos.

Análise de Dados

Os dados coletados por questionários, diários e produções serão analisados qualitativamente por meio da Análise Textual Discursiva e Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), promovendo reflexões críticas e novas conexões históricas, alinhadas às ideias de Seffner (2013) e Barca (2006). Espera-se que os alunos se percebam como agentes históricos, ressignificando o conhecimento.

Considerações Teóricas

Este capítulo analisa as contribuições teóricas de Jörn Rüsen e Peter Lee no campo do ensino de História, destacando como suas aborda-

gens promovem práticas pedagógicas inovadoras e reflexivas. Rüsen (2006) redefine a História como um processo interpretativo, mais do que um registro de eventos, enfatizando a integração entre teoria acadêmica e a realidade cotidiana dos estudantes. Essa perspectiva busca desenvolver uma Consciência Histórica que permita aos indivíduos atribuir significado ao passado, conectando-o a suas vidas práticas e ao contexto contemporâneo.

Peter Lee complementa essa visão ao argumentar que a História não é apenas uma coleção de fatos, mas uma ferramenta interpretativa para compreender o mundo e situar-se no tempo e no espaço (Lee, 2006). Essa abordagem reforça a importância de trabalhar com múltiplas narrativas e fontes, promovendo uma alfabetização histórica que capacite os estudantes a refletirem criticamente sobre diferentes perspectivas e contextos históricos.

Rüsen iniciou sua trajetória acadêmica com estudos sobre Johann Gustav Droysen e o historicismo alemão, consolidando-se como referência na Teoria da História e na formação da Consciência Histórica. Sua atuação acadêmica, que abrangeu diversas universidades e centros de pesquisa, destacou-se pela interdisciplinaridade e por estudos comparativos internacionais sobre historiografia e cultura histórica. Um dos pilares de sua obra é a noção de que a Consciência Histórica é fundamental para que os indivíduos interpretem o passado de forma significativa, ajudando-os a orientar-se em suas vidas (Rüsen, 2010).

Essa visão é compartilhada por Schmidt (2017), que enfatiza o papel transformador da Consciência Histórica no ensino. Assim, as teorias de Rüsen e Lee oferecem um quadro teórico robusto para a prática docente, ampliando o horizonte de possibilidades para o ensino de

História como um campo interpretativo e dinâmico.

Esse conceito não resulta de uma escolha consciente, mas é intrinsecamente humano. A consciência histórica está enraizada na historicidade presente na própria vida prática das pessoas (Rüsen, 2001, p. 78). Como argumenta Rüsen (2001),

a consciência histórica baseia-se no fato de que o agir humano é, por essência, histórico. O uso da intencionalidade faz com que os indivíduos insiram seu tempo interno no contato com a natureza externa, na confrontação com as condições e circunstâncias de seu agir, e nas suas relações com os outros e consigo mesmos. Assim, o agir humano pode ser entendido como um processo que transcende os limites do tempo natural (Rüsen, 2001, p. 79).

O conceito de Literacia Histórica, desenvolvido por Peter Lee (2006), amplia a noção tradicional de alfabetização, enfocando a habilidade de interpretar o passado de forma crítica e contextualizada. Essa abordagem destaca a construção de narrativas históricas que conectem passado, presente e futuro, promovendo uma compreensão mais profunda e aplicada da História.

Barca (2006) complementa essa visão ao enfatizar que a literacia histórica requer a interpretação do passado baseada em evidências provenientes de múltiplas fontes, associando a leitura e a análise de fontes históricas como competências essenciais no processo de ensino.

O conceito de literacia histórica se relaciona estreitamente com a Teoria e a Didática da História, especialmente na perspectiva de Jörn Rüsen (2006). Para Rüsen, a Didática da História é a ciência que conecta a história como disciplina ao processo de aprendizagem, integrando teoria e prática pedagógica.

Conforme Lee (2006) e Cerri (2010), a literacia histórica favorece o

desenvolvimento cognitivo dos estudantes, capacitando-os a pensar de forma crítica, atribuir significado ao tempo e contextualizar os acontecimentos históricos. Assim, a literacia histórica emerge como uma ferramenta essencial no ensino de História, promovendo um aprendizado mais reflexivo e significativo.

Cerri afirma que:

A perspectiva de uma literacia histórica - ou, no uso mais comum no português brasileiro - de um letramento histórico é um marco decisivo, pois supera a ideia de ensino de História como transmissão, rumo à ideia de um saber que só concretiza a sua necessidade se é aplicável e faz diferença na capacidade do sujeito de agir no mundo em sintonia com sua progressiva leitura desse mundo (Cerri, 2010, p. 270).

Rüsen (2001) e Lee (2006) compartilham uma perspectiva comum ao abordar o conceito de letramento histórico, ressaltando um ponto central para o ensino de História. Esse diálogo explora maneiras de integrar a alfabetização histórica nos métodos educacionais. Dentro desse cenário, Lee defende a importância de estabelecer uma “conceituação prática de literacia histórica” (Lee, 2006, p. 134).

No Brasil, diversos grupos de pesquisa têm se dedicado a integrar as ideias de Jörn Rüsen e Peter Lee ao ensino de História, destacando a relevância dessas reflexões para a aprendizagem e a construção do pensamento histórico. Esses estudos priorizam a adaptação das contribuições teóricas ao contexto educacional brasileiro, com o objetivo de promover práticas pedagógicas que transcendam a simples transmissão de conteúdos.

Grupos como o **Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (LAPEDUH/UFPR)**, o **Povo de Clio** (UFSM), coordenado pelo

professor Jorge Luiz da Cunha, e o **Grupo de Estudos em Didática da História (GEDHI)** (UEPG), liderado pelo professor Luis Fernando Cerri, têm desempenhado um papel significativo nesse processo. Esses grupos exploram temas como cultura histórica, consciência histórica, identidade social e ensino de História, propondo novas abordagens metodológicas.

As pesquisas realizadas enfatizam a sala de aula como um espaço social dinâmico, onde alunos e professores compartilham vivências. O foco está no estímulo ao pensamento crítico, na análise de narrativas históricas e no desenvolvimento de competências cognitivas que permitam conectar passado e presente. Assim, busca-se construir uma consciência histórica mais reflexiva, alinhada às especificidades do contexto brasileiro.

Dito isto, é fundamental compreender que a prática docente na educação básica, e neste caso, a prática do professor de História, representa uma parte essencial na construção do conhecimento histórico, sendo que a prática é o resultado da teoria, conforme discutido por Luis Fernando Cerri (2011),

As discussões sobre o papel da história ensinada a partir dos conceitos da consciência histórica e competência narrativa estão intimamente relacionadas ao debate sobre o que estudar em história, quais conteúdos, que é um dos debates centrais dos currículos escolares. Como argumentamos acima, o ponto de partida para o estudo disciplinar da história é a experiência vivida, de modo que uma coisa não seja oposto da outra. É enganoso, todavia, pensar que a história ensinada pode reduzir-se apenas ao estudo dos fatores imediatos que formam o cotidiano do aluno, embora isso seja absolutamente indispensável para a sua emancipação (Cerri, 2011, p. 124-125).

No Brasil, essa perspectiva tem sido complementada pelas contribui-

ções de Peter Lee, cujas teorias sobre literacia histórica estão sendo gradualmente incorporadas por estudiosos do ensino de História. Lee (2006) destaca a relevância de capacitar os alunos a pensar historicamente, o que envolve não apenas a análise crítica dos eventos, mas também a capacidade de atribuir significado contextualizado aos acontecimentos históricos. Dessa forma, é fundamental unir essas duas abordagens para promover um ensino de História que forme sujeitos capazes de interpretar e questionar as narrativas históricas com um olhar questionador e uma compreensão contextualizada.

Schmidt (2019) ressalta que a literacia histórica, conforme elaborada por Lee (2016), está profundamente conectada à consciência histórica, sendo esta o “[...] ponto de partida e de chegada da aprendizagem histórica [...]”. Segundo a autora, “[...] aprender história significa transformar informações em conhecimentos [...]” (Schmidt, 2017, p. 48), enfatizando a relação entre o aprendizado histórico e a habilidade de pensar historicamente,

O conceito de literacia histórica entende que a finalidade do ensino de História é levar à população os conteúdos, temas, métodos, procedimentos e técnicas que o historiador utiliza para produzir conhecimento histórico, ressaltando que não se trata de transformar todas as pessoas em historiadores, mas de ensinar a pensar historicamente (Schmidt, 2017, p. 48).

Assim, a literacia histórica, apresentada por Lee, enfatiza a necessidade de estabelecer “uma agenda de pesquisas que integre o trabalho passado com novas investigações” (Lee, 2016, p. 148). De acordo com o autor, “é desafiador para os alunos das escolas compreenderem que o estado atual de certos assuntos (econômicos, sociais ou políticos) no mundo é temporário e representa apenas um estágio em um pro-

cesso contínuo de mudança” (Lee, 2016, p. 138).

Peter Lee (2016), ao tratar da natureza do passado no ensino de História, destaca a importância de compreender a história como um campo em constante transformação. Para Lee, o passado não deve ser visto como algo fixo ou imutável, mas sim como uma construção sujeita a diferentes interpretações e ressignificações. Ele argumenta que, à medida que novos eventos e perspectivas surgem, o entendimento do passado também se modifica, reforçando a necessidade de uma abordagem crítica e dinâmica no estudo histórico.

Nesse sentido, conforme ressaltado por Lee (2016, p. 139-140), o passado na História jamais pode ser estanque, pois está sujeito a uma multiplicidade de interpretações e é igualmente influenciado por eventos subsequentes. Esta dinamicidade do passado possibilita que as reflexões históricas evoluam ao longo do tempo: “A variedade de descrições válidas referentes ao passado se transforma com a ocorrência de novos eventos e processos. As reflexões históricas são construções, não cópias do passado” (2016, p. 140).

Segundo Barca (2006), na contemporaneidade, a noção de uma História com um passado estático já não se alinha às múltiplas visões e interpretações de grupos sociais e identidades presentes em uma sociedade aberta. A autora defende que a aprendizagem em História deve ser orientada por uma leitura contextualizada do passado, fundamentada nas evidências apresentadas por diferentes fontes. Essa abordagem permite uma compreensão mais rica e plural do passado, reconhecendo as múltiplas vozes que contribuem para a construção do conhecimento histórico.

Portanto, seja a partir da perspectiva de Jörn Rüsen ou da perspectiva de Peter Lee, a Educação Histórica busca estabelecer um ensino que

conceba o passado não como um processo estático, datado, sobre o qual não se pode questionar e construir novos significados. No presente, por meio da interpretação e compreensão, emerge uma reflexão na qual o passado é revisitado, com o objetivo de construir um futuro no qual a esperança possa ser uma característica marcante da vida prática humana. Como ressalta Cunha (2020),

Na Educação Histórica, conteúdos históricos são matérias-primas para o desenvolvimento de práticas educacionais (nos diferentes níveis escolares) associadas ao exercício de questionamentos, críticas, interpretação de memórias e registros sobre acontecimentos do passado vinculados a questões do presente. Portanto, na Educação Histórica a História é ciência do presente [...] (Cunha, 2020, p. 76)

A reflexão sobre a consciência histórica é fundamental no processo de construção do conhecimento e da própria identidade histórica do indivíduo, utilizando os princípios da Educação Histórica. A vida sociocultural humana em suas várias dimensões, incluindo o simbólico, o afetivo e o imaginário, deve orientar o ensino de História, aproximando-o da experiência prática e da construção de significados sobre o passado vivenciado e aprendido. Como observado por Lee (2016),

A Educação Histórica não deve apenas confirmar formas de pensar que os alunos já têm: ela deve desenvolver e expandir seu aparato conceitual ajudá-los a ver a importância das formas de argumentação e conhecimento, e assim permitir que decidam sobre a importância das disposições que fazem essas normas atuantes. Ela deve desenvolver um determinado tipo de consciência histórica – uma forma de literacia histórica – tornando possível o aluno experimentar diferentes maneiras de abordar o passado (incluindo a história) incluindo a si mesmo como objeto de investigação histórica. A história pode ser entendida, como outras formas públicas de conhecimento, como uma tradição meta cognitiva, no qual pessoas têm lutado há tempos para torná-la uma prática possível. Como a ciência natural ou

social, é uma conquista precária. Ela deve ser tratada com respeito e cuidado nas escolas (Lee, 2016, p. 140).

Nesse contexto, a Educação Histórica possibilita tanto a atribuição quanto a retribuição de significado ao conhecimento histórico adquirido e construído na escola. Esse processo torna o ensino-aprendizagem mais relevante para o aluno e o professor, pois permite uma compreensão mais profunda da história em suas múltiplas dimensões. Como observa Cunha (2020, p. 70), a Educação Histórica “representa a ressignificação da memória histórica e o reconhecimento de suas possibilidades transformadoras na constituição de uma consciência histórica de si e dos coletivos diversos em que cada sujeito está inserido”. Dessa forma, ao promover uma reflexão sobre o passado, ela também favorece o desenvolvimento de uma consciência histórica que conecta as experiências individuais aos contextos sociais e culturais mais amplos.

Outro olhar no ensino de história: o uso da fotografia

A fotografia, surgida no século XIX como resultado da Revolução Industrial, evoluiu de uma ferramenta de uso restrito às elites para um meio amplamente acessível e integrado à vida cotidiana (Kossoy, 2012). Inicialmente limitada pelo alto custo de produção, sua popularização no final do século XIX refletiu os avanços tecnológicos e culturais da época (Tessari, 2012). Segundo Kossoy (2012), a fotografia ampliou as formas de conhecer e representar a realidade, antes restritas a tradições escritas e pictóricas.

Walter Benjamin (1985, 2012) destacou o impacto da fotografia na sociedade moderna, prevendo seu papel essencial como linguagem de

comunicação e expressão. A reprodução técnica das imagens, embora tenha reduzido sua “aura” de autenticidade, atribuiu um novo valor à fotografia, especialmente em contextos como redes sociais e livros didáticos (Bittencourt, 2011). A fotografia, assim, torna-se tanto um registro quanto um meio de expressão cultural.

Kossoy (2012) diferencia a história da fotografia, que analisa sua evolução como meio de comunicação, da história pela fotografia, que utiliza imagens como testemunhos visuais do passado. Nesse contexto, a fotografia funciona como um “documento-monumento” (Le Goff, 1990), preservando memórias e influenciando interpretações históricas. No entanto, sua análise requer uma abordagem crítica que considere as relações de poder e os contextos sociais de sua produção (Cardoso e Mauad, 1997).

Para Borges (2003), o rigor na verificação da autenticidade e origem das fotografias é essencial para sua utilização como fonte histórica. A interdisciplinaridade é necessária para integrar a análise de imagens à historiografia tradicional, expandindo o conceito de documento e permitindo que as fotografias desempenhem um papel ativo na construção da História. Como observa Kossoy (2012), ao congelar momentos da realidade, a fotografia também reflete as interpretações do fotógrafo sobre o mundo, consolidando-se como uma ferramenta dinâmica e significativa na compreensão do passado.

O ensino de História do Brasil

Elza Nadai é uma referência no campo da educação histórica no Brasil, destacando-se por sua obra *O ensino de História no Brasil: Trajetória e Perspectiva* (1993), que enfatiza a necessidade de um ensino crítico e inclusivo, vinculado às realidades sociais e culturais brasileiras.

Segundo Nadai (1993), o ensino de História deve transcender a mera transmissão de conteúdos, promovendo reflexão crítica e participação ativa dos estudantes, sendo este um “espaço de construção de conhecimento que possibilite a formação de cidadãos críticos” (p. 146).

Nadai também aborda a construção eurocêntrica da disciplina de História, que, desde sua institucionalização no século XIX, marginalizou temas como a História da África, dos povos indígenas e das mulheres, em prol de narrativas que exalte a colonização portuguesa e a formação do Estado Nacional (Nadai, 1993; Fonseca, 2007). Essa perspectiva é corroborada por Circe Bittencourt (1993), que analisa a produção de compêndios históricos voltados à consolidação de uma memória oficial e nacionalista.

Com o regime militar (1964-1985), o ensino de História foi ainda mais limitado, reduzido a uma abordagem tecnocrática que omitia tensões sociais e reforçava narrativas oficiais (Caimi, 2001; Ferreira Jr., 2010). Entretanto, a redemocratização trouxe novas propostas alinhadas às teorias de Jörn Rüsen, Peter Lee e outros, que defendem uma prática pedagógica voltada à formação de sujeitos históricos reflexivos e críticos, desconstruindo o eurocentrismo e conectando a História às realidades dos alunos (Rüsen, 2006; Schmidt & Cainelli, 2009).

Essas discussões apontam para a necessidade de uma educação histórica que privilegie a alfabetização histórica e a consciência crítica, permitindo que os estudantes compreendam o passado como um processo dinâmico e plural, fundamental para a formação de cidadãos engajados (Cerri, 2011; Schmidt, 2014).

Considerações finais

O ensino de História no Brasil apresenta uma trajetória marcada por mudanças significativas, influenciadas por contextos políticos, sociais e culturais. Desde o período Imperial, quando a História foi utilizada para consolidar a identidade nacional, até o regime militar, com sua abordagem ideologicamente restrita, o ensino histórico permaneceu, em grande parte, limitado a uma perspectiva unidimensional. Contudo, a redemocratização na década de 1980 trouxe novas abordagens pedagógicas que buscavam uma compreensão mais crítica e plural do passado.

Autores como Rüsen, Cerri, Lee, Barca e Schmidt destacam a importância de superar a memorização de fatos e datas, promovendo a interpretação e a reflexão crítica no ensino de História. A aplicação das teorias de Rüsen, em particular, introduz uma abordagem inclusiva voltada para a formação da consciência histórica crítica, incentivando os estudantes a refletirem sobre sua posição no mundo e a reconhecerem a diversidade e a complexidade do contexto histórico brasileiro.

Dessa forma, o ensino de História deve adotar práticas pedagógicas que estimulem a análise crítica das fontes, a construção de significados históricos e o reconhecimento das múltiplas dimensões temporais e culturais, consolidando a disciplina como uma ferramenta para a formação de cidadãos críticos e para a transformação social.

Referências

- BARCA, Isabel. **Literacia e consciência histórica**. In. Educar, Curi-
tiba, p. 96 – 112, 2006.

- BARCA, I., MARTINS, E. R., SCHMIDT, M. A. (orgs). **Jorn Rüsen e o ensino de história.** Curitiba: Ed. UFPR, 2010.
- BARCA, Isabel. **Literacia e consciência histórica. Educar em Revista**, Curitiba, v. 22, n. especial, p. 93-112, 2006. DOI: doi.org/10.1590/0104-4060.401. Acesso em: 10 de junho de 2024.
- BITTENCOURT, Circe M. F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar.** Tese (Doutorado)-FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de história: Fundamentos e métodos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Abordagens históricas sobre a história escolar.** Educação e realidade., v. 36, n. p. 83-104 ja/abr. 2011, 2011Tradução. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/15136/11519>. Acesso em: 13 de julho de 2024.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O Saber Histórico na Sala de Aula.** São Paulo: 12. ed., 5^a reimpressão - São Paulo: Contexto, 2018.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador** - Rio de Janeiro: Zahar, 2001
- CAIMI, Flávia Eloisa. **Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980- 1998).** Passo Fundo: Ed. UPF, 2001.
- CAIMI, Flávia Eloisa. **Porque os alunos (não) aprendem história?** Reflexões sobre ensino aprendizagem e formação de professores de História. Rio de Janeiro, Ed. da UFF, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/ng5vPksgkCHSvWYm-Zsnh5t/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 03 de junho de 2024.
- CERRI, Luis Fernando. **Os conceitos de consciência histórica e os**

- desafios da didática da História.** Revista de História Regional, Ponta Grossa, vol. 6, n. 2, ed. de inverno. 2001.
- CERRI, Luis Fernando. **Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática.** Revista de História Regional, v.15, p.264-278, 2010.
- CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia & história** / Boris Kossoy. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.
- LEE, Peter. **Em direção a um conceito de literacia histórica.** In. Educar, Curitiba, p. 131 – 150, 2006.
- LEE, Peter. **Literacia histórica e história transformativa.** Educar em Revista, Curitiba, n. 60,p. 107-146, 2016. DOI: doi.org/10.1590/0104-4060.45979. Acesso em: 05 de junho de 2024.
- MALVERDES, André; LOPEZ, Andre Porto Ancona. A fotografia e seus tentáculos: interpretações possíveis no universo dos arquivos. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, Brasil, v. 8, n. 1, 2017. [DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v8i1p24-45](https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v8i1p24-45). Disponível em: <https://revistas.usp.br/incid/article/view/103427>. Acesso em: 03 agosto de 2024.
- MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem: Fotografia e História – Interfaces.** In.: Revista Tempo. Rio de Janeiro, Vol. 1, nº2, 1996.
- NADAI, E. O. **Ensino de História no Brasil: Trajetória e Perspectiva.** Revista Brasileira de História, n. 25/6. São Paulo, ANPUH, 1993, p.143-162.
- NADAI, Elza. **O ensino de História e a “pedagogia do cidadão”.** In: PINSKY, J. (org.). In: **O ensino de História e a criação do**

- fato.** São Paulo: Contexto, 2011.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática.** Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, n.3, p. 421-461, 2003.
- PORTO, Ana Luiza Araújo. **Entre práticas e saberes históricos: um diálogo entre o ensino de História Contemporânea e as teorias curriculares pós-críticas.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIV, 2007, São Leopoldo. Anais. São Leopoldo: Unisinos, 2007.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica.** Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 2001.
- RÜSEN, Jörn. **Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão.** In: Práxis Educativa. Ponta Grossa, PR. V.1, n.2, p.7-16, 2006.
- RÜSEN, Jörn. **História viva – Teoria da História III: forma e funções do conhecimento histórico.** Brasília: UnB, 2007(a).
- RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado – Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica.** Brasília: UnB, 2007(b).
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica.** 1^a reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2010.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Didática reconstrutivista da história.** Curitiba: CRV, 1998.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** 2^a Edição, São Paulo: Scipione, 2009.
- SCHMIDT, Maria A. M. S. **Cultura histórica e aprendizagem histórica.** Revista NUPEM (on-line), v.6, p.31-50, 2014a. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/nupem/article/view/526> Acesso em: 12 de junho de 2024.

**SCHMIDT, M. A. Jörn Rüsen e a sua contribuição para a didática
da História.** Intelligere.

Formação cultural e religiosa no contexto histórico social da Vila de Itaúnas (Conceição da Barra-ES)

Mariana dos Santos Albuquerque¹

Introdução

O presente artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é investigar as relações entre história, memória e o ensino de história na educação básica, com foco na história local. A pesquisa é desenvolvida a partir de uma experiência pedagógica com alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Bennónio Falcão de Gouvêa”, localizada em Itaúnas, no município de Conceição da Barra, Espírito Santo, abrangendo estudantes do 7º e 8º ano do ensino fundamental, no período de 2024-2025.

Adotando uma abordagem qualitativa e exploratória, a pesquisa utiliza a metodologia da história oral, com entrevistas semiestruturadas e observação participante como instrumentos de investigação. O estudo se fundamenta na concepção de memória como uma construção coletiva, conforme os estudos de Maurice Halbwachs (2006) e Ecléia Bosi (1994), e na perspectiva de Pierre Nora (1993) sobre os lugares de memória. A análise também é orientada pela crítica de Walter

¹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Ensino da Educação Básica da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, mariana.santos.2@edu.ufes.br.

Benjamin (1996) à narrativa linear e à ideia de progresso contínuo. Além das entrevistas, a pesquisa inclui um levantamento da produção historiográfica da região e uma análise documental.

A história oral, como metodologia, permite uma visão mais abrangente do processo educativo, que vai além dos limites da escola e se expande para diversos contextos de troca de saberes. Ao dar voz às narrativas pessoais, essa abordagem facilita o acesso à memória do passado e à cultura presente, estabelecendo um vínculo entre gerações e comunidades. A utilização desse método no ensino de história possibilita uma conexão mais profunda com as experiências dos alunos, aproximando o conteúdo histórico da realidade vivida e proporcionando uma compreensão mais contextualizada.

Os eixos temáticos abordados na pesquisa incluem: o uso da medicina ancestral no cuidado com o corpo, a alimentação, a formação social, as práticas religiosas, entre outros aspectos da cultura local. Esses temas são explorados como formas de preservar e transmitir saberes e tradições que, muitas vezes, ficam à margem das narrativas históricas tradicionais, mas que são essenciais para a compreensão da identidade e da memória de uma comunidade.

A Memória no Ensino de História Local: o caso da Vila de Itaúnas/ES

A memória, enquanto fenômeno coletivo e dinâmico, oferece uma base fecunda para a compreensão das práticas culturais e da construção de identidade dentro de uma comunidade. Nesse sentido, a pesquisa propõe investigar como a memória local, particularmente as memórias relacionadas à trajetória da população da Vila de Itaúnas, pode ser utilizada para fortalecer o ensino de História, possibilitando

aos estudantes uma compreensão mais profunda e contextualizada de seu passado. Ao integrar as histórias locais e as narrativas compartilhadas ao processo educativo, o ensino de História se torna mais significativo, permitindo aos alunos uma conexão mais estreita com sua história e identidade cultural.

Para alcançar o objetivo principal, este estudo apresenta os seguintes objetivos específicos. Primeiro, realizar um levantamento bibliográfico da produção historiográfica da região de Itaúnas, com foco especial na produção a partir da década de 1950. Esse levantamento visa compreender como a história local foi documentada e interpretada ao longo do tempo, fornecendo um panorama das principais narrativas históricas associadas à comunidade. A análise dessas fontes permitirá mapear as diferentes visões sobre a história da vila e como elas influenciam a construção da memória coletiva local.

O segundo objetivo específico é analisar como a trajetória e a memória das pessoas da comunidade podem fortalecer o estudo da História local na educação básica. A pesquisa se concentrará em problematizar os impactos decorrentes do crescente movimento de urbanização e do turismo nas últimas décadas, fatores que transformaram profundamente a vida social e cultural de Itaúnas. O estudo buscará compreender de que maneira essas transformações afetaram as práticas culturais e sociais da comunidade e como o ensino de História pode contribuir para o resgate e a preservação da memória local, integrando o passado vivido à realidade contemporânea dos estudantes.

Por fim, o terceiro objetivo é investigar, por meio da história oral, os conhecimentos tradicionais relacionados aos cuidados com o corpo e às práticas religiosas da comunidade de Itaúnas. A pesquisa se concentrará nas dinâmicas culturais e religiosas específicas, analisando

como essas práticas influenciam a identidade local e a continuidade das tradições. A partir dos depoimentos orais, busca-se explorar como esses saberes tradicionais podem ser integrados ao ensino de História, oferecendo aos alunos uma compreensão mais rica e abrangente de sua cultura e história local. A história oral, enquanto ferramenta metodológica, permitirá resgatar experiências individuais e coletivas que, de outro modo, poderiam ser esquecidas ou marginalizadas.

Com base nesses objetivos, a pesquisa visa contribuir para a reflexão sobre a importância da memória na construção de uma educação de História mais conectada à realidade local. Ao valorizar o conhecimento compartilhado e as experiências vividas pela comunidade, a pesquisa busca oferecer uma abordagem crítica que integra o conhecimento acadêmico e a vivência cotidiana dos alunos. A memória, como elemento essencial no processo educativo, proporciona uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e culturais, fortalecendo a identidade coletiva e o pertencimento dos estudantes ao seu território. Dessa forma, o estudo pretende mostrar como o ensino de História pode ser mais transformador e significativo, ao mesmo tempo em que resgata e preserva as tradições culturais de uma comunidade.

A construção da identidade local: a integração da memória no ensino de história

“Fala-se tanto em memória porque ela já não existe mais. A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa

colocar o problema da encarnação". (Nora, 1993, p. 7)

A citação em questão destaca a complexa relação entre memória e passado, sugerindo que o discurso contemporâneo sobre memória surge em um contexto de ruptura e fragmentação. A frase “fala-se tanto em memória porque ela já não existe mais” sugere uma nostalgia por um passado distante, cada vez mais difícil de acessar, evidenciando a crescente dificuldade de estabelecer uma conexão direta com aquilo que foi vivido, que, com o tempo, se torna quase inacessível.

Essa reflexão propõe uma visão da memória não como um repositório estático de recordações, mas como um fenômeno dinâmico, em constante transformação e recriação. De acordo com Nora (1993), os “lugares onde a memória se cristaliza” são essenciais nesse processo, funcionando como pontos de ancoragem para a construção da identidade coletiva e individual ao longo do tempo. A busca por esses lugares reflete a necessidade humana de reconectar-se com suas raízes e compreender sua identidade em meio à fragmentação da experiência contemporânea.

A Vila de Itaúnas, localizada no município de Conceição da Barra, Espírito Santo, contexto central desta pesquisa, oferece um cenário significativo para explorar a intersecção entre história, memória e ensino, especialmente no contexto da educação básica. Em um momento de grande urbanização e avanço tecnológico, muitas comunidades enfrentam o desafio de preservar suas tradições e identidades culturais. Itaúnas se destaca como um exemplo relevante de como a memória de seus habitantes pode ser integrada ao currículo escolar.

A transformação urbana acelerada, frequentemente associada à substituição de espaços históricos por novos empreendimentos, afeta di-

retamente como os habitantes se relacionam com o passado coletivo. À medida que a cidade se reinventa e suas memórias físicas desaparecem, a sensação de perda se intensifica, gerando a necessidade de reconstituir essa história. Nesse cenário, a memória se estende para as construções afetivas que as pessoas desenvolvem sobre os lugares que habitam, afetando também a forma como o passado é lembrado, reconstruído e valorizado.

Esse impacto da urbanização vai além da transformação do espaço físico, influenciando a maneira como o passado é interpretado e res-significado. As transformações características da contemporaneidade exigem novas estratégias pedagógicas no ensino de história, especialmente no que diz respeito à incorporação de contextos locais e experiências vividas pelos alunos. Nesse sentido, a integração da memória local no ensino de história oferece uma oportunidade única para que os alunos compreendam as transformações em suas comunidades, reconhecendo o valor de suas histórias e tradições na construção do conhecimento.

A Vila de Itaúnas, lugar onde nasci e atuo como professora, é uma comunidade² que conta com cerca de 1.800³ habitantes, está situada a 25 km de Conceição da Barra e a 270 km de Vitória, a capital do Espírito Santo. A área é ambientalmente protegida pelo Parque

2 Compreende-se pelo termo comunidade os grupos sociais com elevado grau de contato social direto, unidos por laços afetivos, apoiados em limites territoriais que delimitam o espaço correspondente a determinada comunidade. O termo comunidade contrapõe-se à sociedade (ou, para alguns autores, à sociedade societária em oposição à sociedade comunitária) e suas relações baseadas em necessidades instrumentais determinadas pela acentuada divisão do trabalho e os múltiplos papéis sociais. Ou seja, nesse caso há um acordo racional de interesses entre os indivíduos ao invés de uma associação solidária fruto de uma vontade coletiva fundada em relações de parentesco, como ocorre nas comunidades (CHAUÍ & OLIVEIRA, 2009; TÖNNIES, 1963).

3 Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Conceição de Barra, 2019.

Estadual de Itaúnas (PEI), criado em 1991. Esse parque, além de preservar ecossistemas diversos, foi influenciado pela ação do Projeto TAMAR-IBAMA, que iniciou a proteção das tartarugas marinhas na região. Em 1992, o PEI foi declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, integrando a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

O acesso à Vila de Itaúnas pode se dar de três maneiras diferentes, através das estradas estaduais pavimentadas e sem pavimentação: pela ES-010, proveniente do cruzamento com a estrada que liga a sede de Conceição da Barra com a BR-101, que é a mais utilizada, recentemente asfaltada e de fácil acesso; via Pedro Canário, pela BR-101 até a ES-416 (não pavimentada) - na divisa da Bahia com o Espírito Santo até a Vila de Itaúnas; via Braço do Rio, pela BR-101 até a ES-209 (não pavimentada) - até a Vila de Itaúnas. As distâncias aproximadas dos principais centros urbanos: Vitória – 270 km; São Mateus – 53 km; Pedro Canário – 41km; Prado – 264km.

Itaúnas, hoje, possui, aproximadamente, 1.800 habitantes, em seu entorno encontram-se diversas comunidades tradicionais , como Comunidade Quilombola do Angelim 1; Aldeia - conhecida como Paulo Jacó (que vem construindo seu processo de auto identificação indígena Pataxó e também o reconhecimento do território); Comunidade de Pescadores Artesanais do Riacho Doce (que também vem construindo seu processo de auto identificação indígena Tupiniquim); Comunidade Ribeirinha Maria Chuchu; e outras rurais camponesas, como o Assentamento Paulo Vinhas, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e as outras formadas pelas recentes ocupações de terras antes destinadas ao cultivo de eucalipto (inicialmente pela empresa Aracruz Celulose na década de 1960, a partir de 2009, pela Fibria, e a partir de 2019, pela Suzano).

Percorrendo a Vila de Itaúnas, no sentido norte, encontra-se o rio Itaúnas, de águas escuras, que deságua no mar por duas fozes: uma natural e uma artificial. O rio é atravessado por uma ponte de concreto armado com barras de ferro, substituindo outras pontes anteriormente construídas de madeira, que caíram devido ao grande número de vegetação nas ilhas flutuantes que desciam rio abaixo. A estrada segue margeando os alagados à esquerda, enquanto à direita se revela uma belíssima vista, onde se mesclam as dunas, o rio, os alagados e fragmentos da Mata Atlântica. Esse bioma, de grande diversidade ecológica, compreende seis ecossistemas distintos presentes na Vila de Itaúnas: o rio, o mar, a restinga, o alagado, as dunas e o manguezal, além das áreas de mata de tabuleiro, criando uma paisagem única e rica em fauna e flora.

Itaúnas enfrenta o desafio do crescimento turístico, que tem distanciado as relações comunitárias e o caráter tradicional do local. No entanto, práticas e valores tradicionais, como o entalhar de redes, a pesca artesanal, o uso de ervas medicinais e as manifestações culturais, como o Ticumbi e o Samba de São Benedito, continuam a resistir, mantendo vivas as raízes culturais da comunidade. Essas tradições, profundamente enraizadas na história local, estão sendo impactadas pelas transformações sociais em curso, o que levanta a questão: como o ensino de história local pode contribuir para o conhecimento dessas tradições e como as transformações impactam a dinâmica cultural da comunidade?

Os relatos históricos dos moradores mais velhos se tornam uma ferramenta valiosa para compreender essas mudanças. Ouvir suas experiências e memórias oferece uma visão mais profunda das tradições que persistem e de como elas se adaptam. A participação dos alunos no projeto de memória e história oral permite que se envolvam dire-

tamente com as narrativas da comunidade, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, este trabalho propõe uma abordagem que estabelece a relação entre memória e ensino de história, utilizando os testemunhos como subsídios importantes. Essa conexão entre as experiências pessoais e a prática educativa oferece uma compreensão mais profunda e contextualizada da história local, destacando que elementos ameaçados de esquecimento, diante da destruição iminente, podem também representar uma esperança de ressignificação e preservação cultural.

O distanciamento entre as práticas culturais locais e o ensino formal de História constitui um desafio significativo para a preservação da identidade cultural. As transformações econômicas, sociais e culturais que ocorrem na Vila de Itaúnas frequentemente resultam na perda da continuidade das tradições e das histórias locais, o que compromete a função da memória na construção da identidade coletiva. Esse processo, por sua vez, pode gerar um afastamento crescente entre as novas gerações e o conhecimento de seu próprio passado.

Neste contexto, a reflexão sobre o papel da memória no ensino de História em Itaúnas evidencia a necessidade urgente de resgatar e valorizar as narrativas locais. Essas narrativas não devem ser compreendidas apenas como um recurso didático, mas também como um meio de reconectar a comunidade com sua história e suas tradições. A integração dessas memórias pessoais e coletivas ao currículo escolar é fundamental para aproximar o ensino de História da realidade vivida pela população local, promovendo um ensino mais sensível às questões de identidade e pertencimento.

Conforme Pierre Nora (1993), “fala-se tanto em memória porque ela já não existe mais”. Essa reflexão sublinha o processo de apagamento

e fragmentação das narrativas que anteriormente permeavam a vida comunitária, tornando urgente a afirmação da memória como uma ferramenta para reconectar o presente ao passado. O apagamento das memórias coletivas, como evidenciado por Nora, ressalta a importância de resgatar essas narrativas, não apenas como um meio de preservar o passado, mas também como um recurso vital para o processo educativo.

O cenário contemporâneo de fragmentação da memória coletiva desperta uma reflexão sobre a perda do vínculo com as narrativas que, anteriormente, sustentavam e davam sentido à vida comunitária. A memória, que antes era compartilhada e vivida no cotidiano, foi se distanciando da realidade social local, tornando-se cada vez mais difícil de acessar e, consequentemente, de transmitir. Esse distanciamento da memória reflete uma transformação no modo como as comunidades preservam e ressignificam suas histórias. O que antes era vivido e transmitido nas práticas diárias, conforme observa Pierre Nora, agora se transforma em um “objeto de memória”, exigindo um esforço crescente para ser rememorado. Nora (1993) destaca que a memória, ao ser deslocada para um espaço de distanciamento, perde sua função imediata de vivência cotidiana e passa a ser resgatada por meio de esforços conscientes, criando uma lacuna entre o presente e o passado.

Essa concepção de memória está em sintonia com o pensamento de Walter Benjamin, que enfatiza a importância da narrativa histórica como um meio de refletir e reconstruir a memória coletiva. Benjamin (2012) argumenta que “a narrativa histórica esboça ao mesmo tempo uma reflexão sobre a necessidade de sua reconstrução para garantir uma memória e uma palavra comuns, malgrado a desagregação e o esfacelamento social da tradição” (p. 115). Esse conceito sublinha a

necessidade urgente de continuar desenvolvendo e aprofundando a pesquisa sobre temas menos abordados, a fim de garantir que as histórias das diversas comunidades sejam devidamente reconhecidas e compreendidas. A narrativa histórica, portanto, não se limita à transmissão de fatos, mas se propõe como uma forma de reconstruir a memória de uma sociedade que, em seu processo de modernização, tem perdido suas raízes coletivas.

Benjamin também reflete sobre como a arte de contar histórias se torna cada vez mais rara na sociedade capitalista, dado que ela depende da transmissão de uma experiência compartilhada, cuja base social e cultural se desfaz com o tempo. Segundo ele, a experiência transmitida pelo relator deve ser comum ao narrador e ao ouvinte, o que pressupõe uma comunidade de vida e discurso. Contudo, “o rápido desenvolvimento do capitalismo, da técnica, sobretudo, destruiu” essas condições de realização, tornando a distância entre os grupos humanos, particularmente entre as gerações, um abismo, “porque as condições de vida mudam em um ritmo demasiado rápido para a capacidade humana de assimilação” (Benjamin, 2012, p. 10). Este fenômeno ilustra como o avanço tecnológico e a modernização têm dificultado a transmissão intergeracional da memória, distanciando as novas gerações das narrativas que antes faziam parte do cotidiano.

O crescimento populacional, a expansão comercial e a intensificação do turismo na Vila de Itaúnas são elementos que exemplificam essas transformações. A vila, anteriormente caracterizada por sua simplicidade e charme bucólico, tem sido cada vez mais transformada em um destino turístico altamente procurado, especialmente durante as temporadas. A introdução de novos empreendimentos, como pousadas e residências, além da intensificação do fluxo turístico impulsionado pelas novas mídias e tecnologias, têm modificado profundamente o

tecido social e cultural da comunidade. Dados do Parque Estadual de Itaúnas (2019) indicam que o turismo desordenado pode ultrapassar os 70.000 visitantes, evidenciando a pressão sobre os recursos naturais e a identidade local.

Esse fenômeno reflete a crítica de Benjamin (1994, 2009) à modernidade, que caracteriza a história da humanidade como um processo contínuo de avanço técnico, orientado pela ideologia do progresso. Para Benjamin, a modernidade impõe uma velocidade de mudanças que resulta no apagamento de saberes e tradições locais, uma dinâmica que pode ser observada em Itaúnas, onde a identidade da comunidade está sendo moldada por um modelo de desenvolvimento turístico que privilegia o consumo e a exploração do meio natural. O asfaltamento da estrada que liga a vila a Conceição da Barra e as propostas de concessão de unidades de conservação à iniciativa privada exemplificam como a exploração do território e a busca por lucro impactam diretamente as relações culturais e sociais da comunidade. Essas mudanças, guiadas por uma ideologia de progresso e crescimento contínuos, colocam em risco a preservação da memória local e, consequentemente, a continuidade das tradições e identidades que moldam a história da Vila de Itaúnas.

A valorização das memórias coletivas, através da rememoração do passado, oferece uma oportunidade de estabelecer uma ligação entre o ensino de História e a realidade dos alunos. Este processo não só enriquece o conteúdo histórico, mas também fortalece a percepção de pertencimento e identidade cultural. O trabalho com as memórias orais pode, portanto, proporcionar um ambiente educacional mais reflexivo e transformador, no qual as narrativas locais se tornam parte integrante da construção do conhecimento histórico e da identidade coletiva, promovendo uma educação mais contextualizada

e humanizada.

Nora (1993), argumenta que a memória e a história, embora intimamente relacionadas, desempenham papéis distintos: enquanto a história se fundamenta no rigor das metodologias acadêmicas e se organiza em um tempo contínuo, a memória é fragmentada, subjetiva e frequentemente associada a sentimentos de perda. A memória, para Nora, é, portanto, o que resta da história, ou o que sobrevive daquilo que foi esquecido ou abandonado pela história oficial. Ele sugere que, ao longo do tempo, o conceito de memória se tornou um campo de estudo, especialmente quando se relaciona com os “lugares de memória” – locais, objetos ou práticas que funcionam como ancoradouros simbólicos da memória coletiva, preservando fragmentos daquilo que, de outra forma, se perderia.

Como Nora (1993) destaca, os lugares de memória são onde a memória se cristaliza, permitindo que ela se preserve e se transmita entre as gerações. Porém, na medida em que essas tradições são desafiadas pelas mudanças sociais e econômicas, esses lugares tornam-se cada vez mais raros, e a memória que eles sustentam começa a se dissipar. Assim, o trabalho de Nora tem sido fundamental para entender como, na contemporaneidade, a memória e a história se inter-relacionam, e como os “lugares de memória” se tornam espaços essenciais para a manutenção da identidade e da continuidade das tradições culturais locais.

Esses conceitos de Nora se conectam com as ideias de Maurice Halbwachs, que, em sua obra, também destaca a memória como um fenômeno coletivo, construído e transmitido por meio da interação social. Halbwachs (2006) sugere que a memória não é apenas um fenômeno individual, mas um produto das relações sociais, uma vez

que a lembrança é moldada e compartida dentro dos grupos aos quais pertencemos. De acordo com Halbwachs, a memória é moldada pelo contexto social e pelas referências coletivas, o que a torna uma construção dinâmica, em constante transformação.

Baseando-se na teoria de Halbwachs, exposta em seu livro *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*, Ecléa Bosi (1993), oferece um substrato fundamental para esta pesquisa ao enfatizar a importância das lembranças dos mais velhos. O objeto central deste estudo são os testemunhos narrados por pessoas idosas, moradores nativos da Vila de Itaúnas, em interação com a atividade escolar dos alunos do ensino fundamental, conduzidas em atividades de campo. Nesse sentido, as memórias desses indivíduos constituem a principal fonte primária para a investigação, possibilitando uma análise aprofundada das experiências e narrativas que moldam a compreensão da memória coletiva. Assim, ao abordar a memória das pessoas idosas, a autora afirma:

“Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta.” (Bosi, 1994, p. 60).

A autora argumenta que as memórias dos mais velhos são essenciais para a compreensão da dinâmica cultural, das mudanças sociais e dos desafios enfrentados ao longo do tempo. Assim, a pesquisa focada nas lembranças dessas pessoas permite acessar uma rica fonte de conhecimento que frequentemente é negligenciada, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada da memória coletiva e ressaltando o valor das vozes que, muitas vezes, permanecem à margem das

narrativas predominantes.

A coerência com pensamento de Halbwachs (2006), se revela ao enfatizar que a atividade mnêmica é, em última instância, regida pela função social que o sujeito exerce no presente. Ecléa Bosi (1993) corrobora essa ideia ao afirmar que, à medida que o indivíduo envelhece e deixa de ser um membro ativo da sociedade, sua contribuição não desaparece; pelo contrário, ele assume uma nova função: a de lembrar. Nesse contexto, o idoso torna-se a memória da família, do grupo, da instituição e da sociedade. Essa dinâmica evidencia a importância das lembranças dos mais velhos como elementos cruciais na construção da memória coletiva, permitindo uma continuidade nas narrativas sociais que moldam a identidade de uma comunidade.

As teorias de Halbwachs, Nora e Bosi oferecem uma abordagem multifacetada para o estudo da memória, especialmente no contexto escolar. Halbwachs e Bosi concentram-se na interação entre memória individual e coletiva, enfatizando a lembrança como uma história vivenciada através do trabalho qualitativo do sujeito. Por outro lado, Nora aborda o papel dos “lugares de memória” e dos processos de memorização na preservação e reconstrução do passado. Essas perspectivas teóricas são fundamentais para uma compreensão mais aprofundada da memória histórica e cultural, além de serem essenciais para a análise das dinâmicas de preservação e transformação da memória na sociedade contemporânea.

Os trabalhos de pesquisa escolar, que utilizam os testemunhos de pessoas idosas como fonte primária, proporcionam uma rica oportunidade de aprendizagem. Ao coletar e analisar essas narrativas, os alunos não apenas conectam-se com a história local, mas também reconhecem a importância das experiências dos mais velhos na cons-

trução da memória coletiva. Esse processo, que integra atividades de campo e a ferramenta da história oral, permite que os educandos construam narrativas que enriquecem seu aprendizado e fortalecem os laços entre as gerações.

Essa reflexão, inspirada pela associação entre Nora e Halbwachs, leva à consideração da importância de integrar esses conceitos ao ensino de História na educação básica, especialmente em uma comunidade tradicional como Itaúnas. O crescimento do turismo de massa e a expansão urbana têm provocado mudanças nas práticas sociais e culturais locais, resultando na diluição das tradições e no enfraquecimento dos “lugares de memória”, fundamentais para a construção da identidade da comunidade. Nesse contexto, os testemunhos orais de pessoas idosas se revelam essenciais para manter as memórias coletivas que, gradualmente, estão sendo perdidas. Os relatos dessas gerações mais velhas representam não apenas uma rica fonte de saberes, mas também um meio de resgatar práticas, valores e eventos históricos que ainda influenciam a identidade local.

O ensino de História, ao incorporar esses testemunhos, permite aos alunos uma conexão mais intensa com sua própria história e cultura, proporcionando uma compreensão mais ampla das transformações pelas quais a comunidade passou. Além disso, ao incluir essas narrativas no processo educativo, reconhece-se o valor do conhecimento transmitido por meio da oralidade, essencial para a manutenção das tradições que a modernidade tende a fragmentar. Dessa forma, o estudo da memória coletiva, mediado pelos relatos de pessoas idosas, não só enriquece o aprendizado, mas também fortalece o vínculo dos alunos com suas raízes culturais, promovendo uma educação que valoriza a continuidade das memórias locais e contribui para a construção de uma identidade histórica sólida.

Nesse contexto, a aplicação dos relatos orais não apenas aprofunda a compreensão dos alunos sobre o passado, mas também os conecta de forma direta com a história local de Itaúna. Esse método permite uma análise mais rica de temas frequentemente negligenciados na pesquisa bibliográfica, como a formação religiosa e os aspectos sociais das religiões, em particular a decadência das mesas de cabula. Tais tópicos, ainda pouco explorados na literatura acadêmica, ganham nova luz através dos relatos orais. Assim, esses testemunhos se apresentam como uma ferramenta essencial, não só para a criação de novas fontes históricas, mas também para a geração de conhecimento inexplorado, oferecendo uma perspectiva mais autêntica e imersiva das experiências vividas pela comunidade de Itaúna.

Referências

- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** 8. ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras escolhidas, v. 1).
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos** – 3. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CEPEMAR – Serviços de Consultoria em Meio Ambiente Ltda. (Espírito Santo). **Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.** (org.). *Plano de manejo do Parque Estadual de Itaúna*. Vitória, 2004. Disponível em: <https://iema.es.gov.br/PEI>. Acesso em: 12 de dezembro de 2024.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** In: NORA, Pierre. *Os lugares da memória*. Tradução de

Yara Aun Khoury. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

Ensino de História e consciência histórica: possibilidades para a valorização da mulher

Keila Nascimento de Almeida Peroni¹

Introdução

Formada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e professora efetiva na rede estadual de ensino, este ano ingressei no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH), no mestrado profissional do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Minha pesquisa está ligada à linha de práticas educativas, na temática “Consciência histórica e Ensino de humanidades”, orientada pelo professor Dr. Marcelo Durão Rodrigues da Cunha². Com mais de dez anos de prática docente nos espaços escolares e ministrando a disciplina de História em sala de aula, sempre ficou evidente a importância de projetos educacionais que visem à conscientização acerca das lutas e conquistas por direitos. A escolha do tema “Ensino de história e Consciência histórica: possibilidades para a valorização da mulher” é baseada em experiências pessoais, profis-

1 Professora de História efetiva na rede estadual do Espírito Santo; mestrandona programa de pós-graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo; keilinha_89@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/0182718056784098>

2 Professor permanente do programa de pós-graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo e bolsista produtividade pela FAPES (553/2023 P 2023-H7CC3 - 2023-H7CC3); marceloduraocunha@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/3416308333458306>

sionais e sociais que motivam práticas docentes que corroborem para a busca por uma sociedade mais justa e igualitária para todas e todos.

Em minha atuação docente, busco o diálogo com os estudantes, levando-os a reflexões que mobilizem seus saberes, experiências e percepções. Essas discussões objetivam a compreensão de aspectos da sociedade em que vivem a partir dos estudos históricos e colaboram para que o discente, ao compartilhar suas vivências, perceba-se como parte do processo de ensino. Nesta troca, há relatos que registram problemas estruturais da sociedade brasileira, como a naturalização da inferiorização feminina, mas também há momentos de conscientização e importantes reflexões. Entre as produções reflexivas dos alunos, ressalto a elaboração de um vídeo feito por três estudantes da 3^a série do Ensino Médio no ano de 2023 para um trabalho multidisciplinar sobre minorias, que, com sensibilidade e engajamento, retrataram o conto “Portas”, de Bruna Novaes, levando-me a questionar como seria possível sensibilizar outros estudantes para a temática das mulheres, o que me direcionou a escrever o projeto de pesquisa³.

Para além do âmbito pessoal e profissional, a análise de dados referentes à violência contra a mulher aponta para situações alarmantes, como o fato do Brasil situar-se em 5º lugar no ranking mundial de feminicídios, segundo a OMS - Organização Mundial de Saúde (*apud* Bueno; Lima, 2019, on-line). Dentro desse contexto nacional, o estado do Espírito Santo também apresenta altos índices de violência doméstica. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (Sesp), mais de 7,3 mil casos de violência contra a mulher foram registrados apenas de janeiro a abril de 2023, ou seja, cerca de 60 mulheres foram agredidas por dia em solo capixaba (*apud* G1, Espírito

3 Os dois primeiros parágrafos estão em primeira pessoa do singular por se tratar de um memorial descritivo.

Santo, 20 mai. 2023, on-line).

Outro dado importante, que ajuda a visualizar os desafios ainda presentes na sociedade capixaba para as mulheres, refere-se ao resultado do 1º turno das eleições municipais de 2024. Das 78 cidades capixabas, apenas duas terão mulheres como prefeitas. O Espírito Santo foi o estado com menor proporção de mulheres eleitas para as prefeituras brasileiras, 2,63%, segundo o TSE - Tribunal Superior Eleitoral (*apud A Gazeta, Eleições 2024, 15 de out. 2024, on-line*). Sabe-se que esta sub-representatividade política e os altos índices de violência doméstica relacionam-se com heranças históricas e culturais, por isso, pesquisas sobre a valorização da mulher associada ao ensino de Humanidades fazem-se pertinentes e necessárias no combate à perpetuação dessas situações.

A abordagem dessa temática deve passar pelas políticas públicas educacionais e práticas escolares, uma vez que o estudo e a problematização do papel da mulher ao longo da história vão ao encontro do intuito educacional de favorecer o cumprimento de direitos previstos em leis, como o estabelecido pelo artigo 3º da Constituição Federal de 1988: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988, art.3º inciso IV). Como parte da sociedade, as escolas devem estar atentas à realidade em que estão inseridas, constituindo-se como agentes da equidade e do combate às desigualdades, contribuindo, assim, para uma educação voltada à democracia e à cidadania, bem como afirmam as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, na defesa de uma educação “que se comprometa com a superação do racismo, sexism, homofobia, e outras formas de discriminação correlatas e que promova cultura de paz e se posicione

contra toda e qualquer forma de violência” (Brasil, 2013, p. 496).

Diante desse cenário desfavorável e na defesa de que a educação deve favorecer a valorização das mulheres na sociedade atual, é urgente refletir como o ensino de história pode contribuir na tomada de consciência histórica sobre a construção social do papel da mulher na escola estadual de Ensino Médio localizada no município de João Neiva?

Para responder a este problema de pesquisa, foi traçado um objetivo geral: fomentar a tomada de consciência histórica na EEEFM João Neiva por meio de um ensino de História que contribua para a valorização das mulheres na atualidade. E três objetivos específicos: incentivar estudantes do Ensino Médio a refletirem a partir de suas realidades, de modo a perceberem que também são sujeitos históricos, capazes de modificar e se modificarem; avaliar as narrativas dos estudantes sobre o papel social das mulheres conforme os parâmetros *rüseneanos*⁴ de análise da consciência histórica; elaborar como produto educacional um *e-book* detalhando uma prática de ensino marcada pela utilização de diferentes fontes históricas relacionadas à construção social do papel da mulher ao longo do tempo.

Referencial Teórico

Na defesa de que o conhecimento histórico escolar não pode ser apenas o conhecimento acadêmico simplificado, “mas um daqueles focos sociais nos quais a história é produzida em formas, conteúdos e funções próprios ao seu contexto” (Cerri, 2017, p. 19), este trabalho almeja novas possibilidades de reinterpretação da posição social da

4 Rüsen (2015) estabelece parâmetros cada vez mais complexos da consciência histórica (tradicional, exemplar, crítica e genética), explicados posteriormente.

mulher, levando a articulação entre os conteúdos dos componentes curriculares e a realidade vivida. Visando promover ações didáticas que problematizam esse assunto, o conceito de consciência histórica é entendido como expressão utilizada para

designar a consciência que todo agente racional humano adquire e constrói, ao refletir sobre sua vida concreta e sobre sua posição no processo temporal da existência. Ela inclui dois elementos constitutivos: o da identidade pessoal e o da compreensão do conjunto social a que pertence, situados no tempo (Martins, 2019, p. 55).

A análise da consciência histórica sobre a construção do papel da mulher será realizada à luz da teoria de Rüsen (2015), pela qual a história constitui-se como uma “conexão temporal, plena de eventos, entre passado e presente (com uma projeção para o futuro), que, por sua representação sob forma narrativa, possui sentido e significado para a orientação da vida prática atual” (Rüsen, 2015, p. 52). Vale ressaltar que o autor classifica a consciência histórica em quatro tipos cada vez mais complexos de construção narrativa da história: (1) o tipo tradicional, quando a continuidade da tradição torna-se uma repetição e há negação das diferenças; (2) o tipo exemplar, quando o passado é usado para direcionar ações atuais; (3) o tipo crítico, quando a necessidade de continuidade da tradição é questionada; (4) o tipo genético, quando a diferença é compreendida em sua complexidade temporal, ou seja, é historicizada (Rüsen, 2015, p. 253-255).

A consciência histórica, ao possibilitar a interpretação do passado, compreensão do presente e orientação para o futuro, contribui para a formação da identidade, uma vez que não há aprendizagem histórica sem a apreensão de “processos de apropriação da própria experiência, o que pressupõe uma educação calcada na experiência do tempo que

ative, amplie e modifique significados acerca dessa experiência, por meio da narrativa” (Schmidt, 2017, p. 65). A formação dessa identidade constitui-se como elemento essencial no incentivo dos estudantes a fim de refletirem sobre suas próprias realidades, de modo a se perceberem como sujeitos capazes de modificar a realidade e de modificarem-se.

Certamente, as discussões a respeito da necessidade de conscientização dos indivíduos não se esgotam em escritores europeus, aliás, são abordadas deveras por pensadores latino-americanos, como Freire (1987), segundo o qual a conscientização precisa estar atrelada a *práxis humana*, ou seja, a unidade indissolúvel entre a ação-reflexão sobre o mundo. Com grandes contribuições para este estudo, foi postulado uma educação como prática da liberdade, pois “a consciência que se faz presente na opressão só se transforma em consciência de si no processo de luta dos oprimidos por sua libertação” (Freire, 1987, p.34). Nesta defesa, propõe-se o estímulo às práticas no ambiente escolar que favoreçam o trabalho humanizante de desmistificação sobre as mulheres, afinal, a conscientização é tomar posse da realidade produzindo desmitologização (Freire, 1979, p. 16). E, a desmitologização é capaz de desnaturalizar preconceitos e papéis sociais definidos como forma de controle e subjugação feminina.

Enriquecendo essa abordagem, Bell Hooks⁵ (2013) exalta o pensamento de Paulo Freire em prol de uma educação crítica e transformadora. Em sua obra, reconhece que o autor a fez pensar sobre a construção de uma identidade de resistência, concedendo-lhe linguagem política (Hooks, 2013, p.66). Entretanto, identifica sexismo na linguagem das produções de Freire, ressaltando, contudo, as

5 Pseudônimo escolhido por Gloria Jean Watkins, grafado em letra minúscula como forma de posicionamento político contrário ao ego intelectual.

estimadas contribuições do estudioso e sua busca por superar essas limitações. Aliás, Hooks (2013) afirma que suas ideias a encorajaram a criar estratégias de consciência e engajamento crítico em sala de aula (Hooks, 2013, p.26). Ao discorrer sobre a perspectiva *freiriana*, a autora descreve o termo conscientização como “aquele momento histórico em que começamos a pensar criticamente sobre nós mesmas e nossa identidade diante das nossas circunstâncias políticas” (Hooks, 2013, p. 67). Tendo em vista essa tomada de consciência, este trabalho busca evidenciar que, entre mudanças e permanências da história, ainda se estabelecem práticas de dominação/submissão dos homens para com as mulheres que precisam ser desconstruídas, inclusive no ambiente escolar.

Embora as mulheres sempre tenham sido agentes da história, por muito tempo foram impedidas de conhecê-la. Aliás, “a falta de consciência da própria história de luta e conquista é uma das principais formas de manter as mulheres subordinadas” (Lerner, 2019, p. 273). Lerner (2019) indica que a transformação da consciência das mulheres sobre elas mesmas é uma precondição para a mudança, libertando-as do pensamento da estrutura patriarcal. Para tanto, destaca a importância da história neste processo de conscientização, dando significado à vida humana e permitindo que, “ao preservar o passado coletivo e reinterpretá-lo no presente, os seres humanos definem seu potencial e exploram os limites de suas possibilidades” (Lerner, 2019, p.276).

O pensamento de Segato (2021) também vem ao encontro do objeto desta pesquisa, ao valorizar a voz das mulheres, grupo marginalizado ao longo da história. A autora afirma que as relações de gênero “próprias do padrão colonial capturam as formas precedentes de patriarcado que, embora existentes e hierárquicas, não obedeciam à

mesma estrutura, e as transformam em uma forma muito mais letal de patriarcado, como é o moderno” (Segato, 2021, p. 69). Nesta perspectiva, suas contribuições favorecem a desconstrução do mito de superioridade do homem branco europeu e a crítica ao eurocentrismo ao denunciar a modernidade e o colonialismo como promotores de uma forma muito mais cruel de patriarcado.

Buscando estimular a tomada de consciência histórica sobre problemas da atualidade, a abordagem sobre a construção do papel da mulher na sociedade objetiva contribuir para que os estudantes compreendam a relevância do ensino de História no seu dia a dia, por meio da problematização do conhecimento em sua relação com a realidade concreta para melhor comprehendê-la, explicá-la e transformá-la (Freire, 1975, p. 52). Com vistas à formação de cidadãos mais críticos, dignos e humanos, sejam eles ou não do sexo feminino, conscientes da necessidade de se problematizar e combater heranças históricas que naturalizam a subjugação feminina e evidenciar as conquistas das mulheres no processo de luta por direitos e autonomia.

Metodologia

O público-alvo são os discentes da 3^a série do Ensino Médio que estudam no turno intermediário da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João Neiva. Esta pesquisa é caracterizada como qualitativa, uma vez que se preocupa com a realidade que não pode ser quantificada, ou seja, com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 2011). Como suporte teórico-metodológico, será abordado a teoria da história como ciência de Rüsen (2015), entendendo a unidade do método da pesquisa histórica como a coesão interna de regras de procedimento.

O método histórico é a regulação desse processo cognitivo, que torna seus procedimentos cognitivos (ou etapas reflexivas) particulares (distinguíveis artificialmente uns dos outros) reconstituíveis, controláveis e, com isso, criticáveis. Esse método pode ser explicitado enquanto unidade das três formas de pensamento ou estratégias cognitivas: heurística, crítica e interpretação (Rüsen, 2015, p. 170-171).

Entre as etapas da pesquisa, conforme proposto por Rüsen (2015), estão o levantamento do problema e a obtenção/classificação dos documentos (heurística), a crítica das fontes históricas (crítica) e a conexão dos fatos obtidos em sequências temporais que podem ser narradas (interpretação).

No desenvolvimento da pesquisa com os alunos, ainda não iniciada, haverá a aplicação de questionário para melhor conhecimento da realidade dos estudantes, público-alvo deste estudo. A fim de evitar constrangimento e exposição dos educandos, não haverá identificação pessoal nos questionários e o aluno poderá recusar-se a responder. Haverá perguntas como: “quem mora com você?”, “na sua casa, quem trabalha e ajuda nas despesas da família?”, “você já presenciou algum tipo de violência contra a mulher?” e “se você fosse escrever sobre a trajetória de alguma mulher que considera importante para a cidade de João Neiva ou para sua vida, quem seria?”. Os levantamentos das respostas serão analisados com vistas a identificar questões de gênero e o papel da mulher nas vivências constituídas pelos estudantes, contribuindo para a análise dos dados coletados posteriormente.

Tendo como referência um ensino pautado na compreensão de que o processo de construção da aprendizagem passa pelo desenvolvimento da autonomia do educando, a pesquisa visa fomentar a tomada de consciência histórica sobre a construção social do papel da mulher ao longo da história, a partir de uma experiência didática marcada pela

utilização de fontes históricas variadas, como reportagens, charges, filmes, fotografias, propagandas, músicas, leis e cartas produzidas por mulheres ou que retratam a figura feminina. Dentre esses documentos, serão selecionadas fontes que possibilitem a percepção da invisibilidade das personagens femininas na história tradicional capixaba e o questionamento da “narrativa histórica da superação do atraso no Espírito Santo”, postulada por Nascimento (2018), centrada no feito de homens-brancos que simbolizariam o progresso, em detrimento de grupos que representariam o atraso.

A lógica atraso/progresso e o presente com suas expectativas como marco temporal que orientaram a qualificação e hierarquia dos períodos do passado local definiram, também, o modo de dizer sobre os personagens. Indivíduos e grupos foram avaliados pelo papel que exerceram em termos de contribuição para o desenvolvimento do Espírito Santo. Governantes, colonos, funcionários reais, religiosos, indígenas ganharam um lugar e um valor nas narrativas em função da colaboração (ou não) para o progresso do Espírito Santo (Nascimento, 2018, p. 135).

Além da conscientização histórica, a utilização dessas fontes nas aulas de História objetiva maior envolvimento e interesse nas atividades propostas, fazendo com que os educandos mobilizem seus conhecimentos prévios sobre o tema, os relacionem ao período em que as fontes foram produzidas e problematizem questões do tempo presente. Espera-se que o contato com as fontes históricas possibilite que os discentes percebam mudanças e permanências, reconheçam-se como sujeitos históricos, analisem o ofício dos historiadores e fortaleçam suas capacidades de raciocinarem baseados em uma dada situação (Schmidt; Cainelli, 2009).

Ao longo da aplicação da prática de ensino nas aulas, informações

e conceitos levantados durante a revisão bibliográfica serão socializados e problematizados com os discentes. Durante essas trocas, as construções das narrativas históricas dos estudantes estarão relacionadas à categorização dos tipos de consciência histórica propostos por Rüsen (2015). Os dados serão compilados, com registros devidamente identificados com datas, locais, horários e atividades desenvolvidas, os quais ajudarão a perceber comportamentos, conhecimentos, interpretações e opiniões dos participantes.

Como parte da sociedade, as escolas devem estar atentas à realidade em que estão inseridas, constituindo-se como agentes de promoção da equidade e combate às desigualdades. Nesse sentido, o ensino de Humanidades muito tem a contribuir para a tomada de consciência histórica e consequente valorização das mulheres na sociedade atual, visto que, segundo Circe Maria Fernandes Bittencourt, ao professor de História “cabe ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemática” (Bittencourt, 2012, p. 57).

Portanto, propõe-se a análise de uma prática didática no ensino da História, diretamente ligada à vivência dos estudantes, contemplando recursos didáticos que fomentem a construção do pensamento crítico do aluno da Educação Básica. Assim, espera-se que o desenvolvimento deste trabalho, por meio de uma aprendizagem com significado social, contribua na tomada de consciência dos indivíduos por ele impactados, a fim de colaborar na busca por uma sociedade mais justa, digna e igualitária para as mulheres.

Produto Educacional

Por se tratar de uma pesquisa vinculada a um mestrado profissional na Área de Ensino, há a obrigatoriedade de gerar um produto educacional, que precisa ser aplicado em condições reais. “A dissertação deve incluir um relato fundamentado dessa experiência, do qual o produto educacional desenvolvido é parte integrante” (Leite, 2019, 186). O material educativo deve ser elaborado para o público-alvo da pesquisa, neste trabalho ligado a linha de práticas educativas do PPGEH, para estudantes da 3^a série do Ensino Médio.

Optou-se por apresentar o produto educacional no formato de um *e-book*, modelo que possibilita a inserção de outras mídias e com facilidades de divulgação. Esse material será construído ao longo da pesquisa, com linguagem e diagramação direcionadas aos discentes, objetivando contribuir para a conscientização acerca das conquistas e desafios perpassados pelas mulheres, constituindo-se como uma ferramenta de visibilidade a esse grupo por tantas vezes silenciado na História.

A história é o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas é também o relato que se faz de tudo isso. Os ingleses distinguem *story* e *history*. As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal (Perrot, 2019, p. 16).

O material educativo será composto pela parte teórica que embasa a pesquisa, com conceitos como *consciência histórica e patriarcado*; propostas de atividades didáticas e vivências realizadas durante a pesquisa; biografias femininas nacionais e locais produzidas pelos estu-

dantes; dados atualizados sobre as mulheres no Brasil, especialmente do estado do Espírito Santo; análise de fontes históricas que propiciem a problematização a respeito da construção social do papel da mulher; informações sobre políticas de valorização e ampliação dos direitos femininos; sugestões de livros, filmes e vídeos que abordem o tema de forma crítica – entre eles, o vídeo produzido por alunas no ano de 2023, mencionado na introdução.

A temática elucidada no *e-book* objetiva evidenciar a história das mulheres, abordagem urgente e de grande relevância social, como mostram os dados sobre a violência doméstica e sobre a baixa representatividade feminina na política capixaba. Sua divulgação visa possibilitar a replicabilidade de práticas educativas, em espaços formais e não formais, que busquem na conscientização das discentes e dos discentes a valorização das mulheres no tempo presente.

Referências

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. Dados de violência contra a mulher são a evidência da desigualdade de gênero no Brasil. **G1**, São Paulo, 08 mar., 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/03/08/da>>

- dos-de-violencia-contra-a-mulher-sao-a-evidencia-da-desigualdade-de-genero-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 5 ago. 2023.
- CERRI, Luis Fernando. Um lugar na história para a didática da história. **História & Ensino**, v. 23, p. 11-30, 2017.
- ES registra 7,3 mil casos de violência doméstica em 4 meses; são 60 mulheres agredidas por dia. **G1**, Espírito Santo, 20 mai., 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2023/05/20/es-registra-73-mil-casos-de-violencia-domestica-em-4-meses-sao-60-mulheres-agredidas-por-dia.ghtml>>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- Espírito Santo tem a menor proporção de prefeitas eleitas do país. **A Gazeta**, Eleições 2024, 15 de out., 2024. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/politica/espírito-santo-tem-a-menor-proporção-de-prefeitas-eleitas-do-pais-1024>>. Acesso em: 22 out. 2024.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1975.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LEITE, Priscila de Souza Chisté. Proposta de avaliação coletiva de materiais educativos em mestrados profissionais na área de ensino. **Campo Aberto**, v. 38, n. 2, p. 185-198, 2019.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

- MARTINS, Estevão Rezende. Consciência histórica. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Orgs.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, p.55-58.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis (RJ): Editora Vozes Limitada, 2011.
- NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **A narrativa histórica de superação do atraso**: um desafio historiográfico do Espírito Santo. Serra: Editora Milfontes, 2018.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2019.
- RÜSEN, Jörn. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Jörn Rüsen e sua contribuição para a didática da História**. Intelligere, Revista de História Intelectual, vol. 3, nº2, p. 60-76. 2017. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em 13/09/2023.
- SEGATO, Rita Laura. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

Parte 2

Memória afrobrasileira no Espírito Santo

Memória coletiva e História local, o Instituto Cultural Tambor de Raiz e a resistência quilombola do Sapê do Norte

Letícia Giuberti Borghi¹

Introdução

É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança.

Provérbio africano.

É por meio de vivências, conhecimentos adquiridos por meio delas, e passado de geração a geração, que a história, e cultura de um povo, é perpetuada ao longo dos anos. O provérbio africano citado, tem origem na Nigéria, mas existem em outros países e regiões africanas, como na Tanzânia “um joelho só não ampara uma criança” e na região da África Central “uma mão só não nina uma criança”. Esses provérbios fundamentam uma questão importante dessa pesquisa sobre a escola de Arte do Instituto Cultural Tambor de Raiz, a responsabilidade com uma criança, não é apenas dos pais, mas de toda família e comunidade.

O Instituto Cultural Tambor de Raiz, é certificado como Ponto de

¹ Mestranda em Educação no Programa de Pós Graduação em Ensino na Educação Básica (UFES). Contato: leticia.g.borghi@gmail.com.

Memória² pela Secult. É uma Instituição que reúne vertentes ligadas a arte, cultura popular e ensino. Em todas as obras dessa instituição, a memória coletiva é a base principal, tendo como objetivo, reverberar o saber tradicional da região conhecida como Sapê do Norte³, em especial, o município de Conceição da Barra⁴, norte do Espírito Santo.

O Instituto Cultural Tambor de Raiz nasce de um coletivo, em 2012, a partir da necessidade de promover a arte e ser uma ferramenta de valorização e preservação dos patrimônios culturais de Conceição da Barra.

É dessa Instituição Cultural que nasce o tema dessa pesquisa, a escola de Arte. Tendo em vista que, a escola é a mais recente obra dessa instituição, é importante nos perguntar: como as obras anteriores influenciaram na criação dessa escola? E seguindo nessa análise, questionar: qual é o propósito de uma escola de arte, fora dos padrões formais de ensino, para o público atendido?

Para chegar na escola de Arte fundada em 2022, é necessário compreender os pilares que serviram como base para a criação da escola:

2 Programa que tem por objetivo promover ações de reconhecimento e valorização da memória social, promovidos por coletivos e entidades culturais, para que sejam valorizados e reconhecidos como parte integrante e indispensável da memória social brasileira (Instituto Brasileiro de Museus, 2021).

3 Denominação dada a região que engloba as comunidades quilombolas de São Mateus e Conceição da Barra. Em suas origens, o “sapê” remete à vegetação encontrada no “nativo”, que acompanha as “muçunungas” dos tabuleiros terciários, protegendo os afloramentos de água subterrânea. É pioneiro após a derrubada, queima e abertura de clareiras dentro da floresta tropical para a plantação das roças de mandioca. Se a roça não vem, é o sapê que desponta na terra, da mesma forma que o faz após a colheita. (Ferreira, 2010, p. 1).

4 Foi criada Conceição da Barra de São Mateus, por decreto de 11/08/1831, subordinado ao município de São Mateus. Em 02/04/1833, foi desmembrado de São Mateus e elevado à categoria de vila, com denominação Barra de São Mateus. É elevada a condição de cidade por Decreto Estadual nº28, de 19/09/1891. (Prefeitura Municipal de Conceição da Barra/ES, 2017).

as obras anteriores a ela, o Pocar Festival de Cultura, bem como suas etapas educativas. E os espetáculos teatrais Memórias à Venda e Caburé, e as pesquisas realizadas para a construção deles.

Pocar Festival de Cultura

Em 2012, a gestão de Conceição da Barra decidiu transformar a praça em estacionamento. Segundo o Século Diário (2012), no dia 13 de junho do mesmo ano, o prefeito começou a demolição da praça, e os moradores, que não haviam sido informados, protestaram e conseguiram embargar a obra.

Foi então que começou a corrida pelo tombamento da Igreja e da praça, movimentação popular, criação de conselho, projetos articulados, e a movimentação popular. O Jornal A Tribuna (2012) acompanhou a manifestação, estima-se que, cerca de 200 pessoas se colocaram a frente das máquinas para impedir a destruição do espaço que já existia há mais de 200 anos. Diante de toda luta e movimentação popular, a Igreja e todo conjunto arquitetônico ao redor foi tombado e o prefeito teve que voltar tudo que já havia sido retirado para o lugar. O passado carrega a história de ancestrais e acontecimentos que são perpetuados por gerações. Em razão disso, a iniciativa da população de defender o patrimônio, mostra a importância que tal espaço tem para a memória coletiva. Sobre essa questão afetiva, necessária culturalmente, Canclini (1983, p. 108) diz que “apropriar-se do passado, reuni-lo, reordená-lo, aponta-lo como algo a ser admirado por si mesmo e por outros, é mantê-lo vivo, é lutar contra o que no passado existe de perecível.”

A união das pessoas, segundo Meihy (2015, p.51), se dá a partir de dramas comuns, como no caso da demolição da pracinha que com-

põe o conjunto arquitetônico da igreja. Eles afirmam que “a memória se constitui assim em artifício político-social para marcar os elementos identitários de uma comunidade”. O autor afirma que:

Em termos de história oral, as afinidades que enlaçam cidadãos que passam a ter destinos comuns são sempre distinguidas pela repercussão dos fatos na vida comunitária. Seja por ter sofrido prisões, terremotos, abalos climáticos, padecido torturas, epidemias, os grupos são identificados na história oral como portadores de uma “*comunidade de destino*”. (Meihy, 2015, p.52)

Levando em consideração a visão de Halbwachs (2003), a memória coletiva é formada a partir de acontecimentos afetivos, por fatos que envolvem um conjunto de pessoas, ou seja, é a partir do coletivo, e não de acontecimentos desmembrados que não façam parte de um coletivo.

E foi a partir dessa mobilização pelo tombamento da praça, e consequentemente, a conquista, que surge o Pocar Festival de Cultura. O festival, que já tem mais de 10 anos, conta com diversas atividades educativas, que vão fomentar o anseio por uma escola de arte.

Fabiola Guimarães (2024), cantora e atriz, relata que, a partir de uma oficina ministrada na segunda edição do festival, levou-a para o teatro.

Fiz a primeira oficina em 2014, no segundo Pocar, com Nieve, em Itaúnas, imitando Dona Domingas, a voz imitando Dona Domingas. E nós fizemos essa oficina e apresentamos na praça. A repertório foi dar essa oficina no Pocar, e eu conheci Nieve lá. Didito “vai fazer essa oficina”, e eu não queria fazer, mas ele já tinha alguma coisa em mente.

Didito Camillo (2024), é artista e produtor cultural, diz que “a ideia do Pocar é sair dessa cadeia de consumismo cultural, é um momento de vivenciar outras coisas”. Celebrar a democracia, a união e a memória coletiva, assim surge o festival, e por isso, não seria diferente. Um festival democrático, que une a cultura popular, erudita, literatura, poesia. É um festival que vai nas comunidades quilombolas, e também leva as comunidades para o centro do município. Didito define como “um festival de multilinguagens, que a história das culturas, a história do local está muito entrelaçada com todo fazer artístico”.

A partir das vivências do Pocar, Danilo Lopes (2024), músico e professor de capoeira da escola do Instituto Cultural Tambor de Raiz, se reconhece como artista:

Quando você vem trabalhar no Pocar, você entende o que de fato é ser artista. Foi nesse período que me reencontro e reconheço como artista. Porque até então, eu tinha muito preconceito de ser artista, porque a sociedade traz isso. Eu tinha esse trem entranhado, por mais que eu trabalhasse a vida toda com arte, que eu ganhasse mais dinheiro tocando, do que com meu trabalho formal, eu ainda tinha preconceitos gigantes. (Lopes, 2024).

Dessa forma, pode-se observar que o processo educativo já estava presente na Instituição por meio das oficinas ministradas durante o Festival. Segundo Portifólios de registros da Instituição, durante os festivais, ao longo dos anos, foram ministradas oficinas em parceria com o Núcleo de bandas da Orquestra Ouro Preto, vivência na casa de farinha na comunidade quilombola do Linharinho e posteriormente, oficinas de flautas, ministradas nas comunidades quilombolas do Córrego do Alexandre. Além de oficinas de Teatro, ministradas por companhias diversas, como a Cia Repertório e o Coletivo Elas Tramam, de Vitória (ES).

Todas essas oficinas deram base para as linguagens trabalhadas hoje na escola de arte. Mais recente, com a escola já em funcionamento, durante o Festival, aconteceu a vivência com o tradicional grupo de Congo Madalenas do Jucu⁵. Essa vivência contou com participação das alunas da escola de Arte, mesclando o Jongo com o Congo.

O Pocar vem com uma troca de vivências, um intercâmbio cultural. E é um dos pilares para a implementação da escola de arte no município.

Espetáculos

Os dois espetáculos do Instituto Cultural Tambor de Raiz contam as histórias locais e as memórias compartilhadas. A tensão entre a arte e a vida são presentes nos espetáculos da instituição. Ambas obras, retratam histórias do Sapê do Norte. Nesse tipo de trabalho desenvolvido, não é possível pensar a arte, o teatro, sem levar em consideração as vivências, sem as lutas diárias, de combate ao preconceito racial, das pessoas que compõe essa instituição. Porque a intenção de levar essas histórias, baseada em fatos coletados por meio da história oral, produz, no espectador, uma relação do fictício com as realidades concretas.

O teatro, é uma das linguagens trabalhadas na escola de Arte do Instituto Cultural Tambor de Raiz. O Teatro Experimental do Negro foi o pioneiro na forma de retratar os negros como eles são, sem os estereótipos pré-determinados, foi fundado por Abdias Nascimento em 1944. Foi um divisor de águas, que abriu portas para que negros e negras fossem vistos em outros papéis nos palcos e na televisão. Leda

5 Grupo de Congo formado apenas por mulheres na Barra do Jucu (ES), criado a partir de editais de incentivo à cultura da Secult.

Maria Martins (1995, p. 51-52) pontua que:

Falar de Teatro Negro demanda um duplo processo: 1. uma imersão crítica nas formas de representação próprias da cultura negra, em que se inscreve a expressão teatral em seu sentido mais amplo; 2. a incorporação dessa reflexão primeira na análise de produção teatral stricto sensu, em que os elementos dessas formas de expressão ganham uma sistematização cênica convencional, sem, contudo, perder sua acepção original. Para tanto, é de fundamental importância estabelecer-se uma direção metodológica que permita acoplar, na análise da experiência teatral lato sensu, numa via que rompa não apenas com os limites das paredes do palco convencional, mas sobretudo, com os critérios de leitura, interpretação e violção crítica desse teatro.

Esses dois autores são importantes para pensar o teatro tanto nos espetáculos que circulam pela Instituição, tanto quanto as aulas de teatro ministradas na escola de arte, em razão de pensar uma outra perspectiva para a representação do negro. Nos teatros da Instituição, onde os atores, todos negros, não estão na posição caricata. E nas aulas, onde a maioria dos alunos são negros, também buscam enredos onde há valorização da cultura negra e filosóficas afro-brasileiras, como o caso a ser tratado mais a frente da cena apresentada no aniversário de 1 ano da escola “Ubuntu”.

Memórias à venda

É sexta-feira, é sexta-feira, é sexta-feira, vou na Barra, vou na feira
[...]Tem gente de dentro, tem gente de fora
Os mais antigos já foram embora
Ficou a resenha, ficou a história
Que tá bem presente na nossa memória⁶.

6 Composição de Elinho Guimarães, para o Espetáculo teatral Memórias à Venda.

“Sabores e aromas das histórias que alimentam as comunidades quilombolas da região do Sapê do Norte, no Espírito Santo.” Essa é a definição que apresenta o espetáculo teatral “Memórias à Venda”, a primeira peça desenvolvida pelo Instituto Cultural Tambor de Raiz. Esse espetáculo é fruto de uma pesquisa realizada na feira tradicional de Conceição da Barra, que acontece toda sexta-feira, há muitos anos. Teve sua primeira apresentação em 2016, em Conceição da Barra.

Esse espetáculo conta com a encenação de Didito Camillo e Fabíola Guimarães, impulsionado pela experiência teatral que Guimarães (2024) menciona ter experienciado na oficina de teatro ministrada na segunda edição do Pocar. Fabiola Guimarães (2024) conta que para o processo de criação, Didito Camillo, propôs que eles passassem pela feira, um processo de pesquisa para conhecer a história de cada feirante. A memória coletiva tende a dar uma sequência, relacionando o passado com o presente. Para Halbwachs (2003), representa um papel importante para a história e seus processos, porque fomenta objetos culturais que resultam em fontes históricas. Ao ver, a memória coletiva da feira, que caminha lado a lado com as manifestações culturais locais. Essa relação, resultou nos espetáculos teatrais, mais específico em Memórias à Venda, que representa momentos históricos. Além disso, Guimarães (2024) relata como o teatro a levou a reconhecer sua história, como pertencente a um lugar:

A gente passou umas duas sextas pesquisando, conversando com o povo, gravando no celular. E tem muita coisa boa, tem muita história que não entrou. Trilogia, já falei. E a gente foi conhecendo, pouco do cotidiano da galera. Tem muita gente de fora, mas tem muita gente daqui que eu não conhecia a história. Quando eu fui fazer o Memórias, que a gente foi pesquisar pro memórias à Venda, eu consegui ver outro mundo, outra dinâmica, outra coisa. Porque ouvi histórias

de outra pessoa, é muito doida. E começou meu reconhecimento, começou meu empoderamento, minha representatividade, o que que aquilo ali representava pra mim. Olha que doido, você ta na sua cida-de, não saber a quão rica é. “A barra não tem nada”, como assim não tem nada, sabe?! Vai num ensaio do Ticumbi, vai na associação de folclore procurar saber, vai lá em Itaúnas festa de São Sebastião, vai ver o Alardo se apresentar. Coisa que eu achava que era só folclore. E eu fui criando esse pertencimento, através do teatro, que até então, eu tinha uma “ah, eu sou preta, mas qual a dimensão disso? Tinha escravizados, mas e aí, o que isso me afeta?”, pra mim era que “a gente foi escravizado, nossos antepassados escravizados, mas e aí?” eu não tinha essa consciência, não tinha papel político, social, não tinha voz ativa, não sabia o que era também. Quando começou o Memórias, que eu comecei a saber história do nosso povo, falei “não, gente, é muito importante essa representatividade”.

Sobre a tradição oral, Nieve Matos (2021) fala sobre a coleta da história oral, em que as pessoas que realizam, são pessoas dali, da comunidade:

Sai desse pesquisador estrangeiro, externo, como no meu caso que venho de fora. Mas pra entrar na cozinha, pra entrar dentro da casa, naquele cafezinho na beira do fogão, uma conversa mais intima. E aborda assuntos mais profundos, principalmente com relação a religiosidade, completamente criminalizada na região, e abordando outros temas também. E com a escuta, que só a oralidade, que valoriza a palavra, dessa memória e dessa narrativa oral dentro do texto. Os trabalhos trazem as mesmas narrativas em alguns momentos, mas são colocadas de forma diferentes. É como vou contar a história, que vai contar pro outro, que vai contar pro outro e acrescento as minhas percepções.

Abdias Nascimento (2019) fala da urgência do negro brasileiro recuperar sua memória. Ele critica o fato de, após a abolição, a elite não medir esforços para impedir que o negro assumisse suas raízes étnicas, históricas e culturais. Quando há uma pesquisa em que pessoas negras, vão em busca de suas raízes, é uma forma de resgatar

essa memória ancestral, promover a igualdade racial, a valorização da história do povo preto.

Memórias à Venda, é um espetáculo que conta várias histórias, vivenciadas por diferentes pessoas, num mesmo núcleo, a feira de Conceição da Barra. De forma descontraída, traz à tona questões raciais e a necessidade de preservar a memória coletiva das comunidades tradicionais.

Caburé

“Se os brancos contaram nossa história, como a história dos derrotados, hoje aqui, narramos nossa própria versão, a história dos vencedores.”⁷

O segundo espetáculo teatral do Instituto Cultural Tambor de Raiz, foi apresentado pela primeira vez, na Má Companhia, residência da Cia de Teatro Repertório Artes Cênicas, é fruto das pesquisas realizadas por Didito Camillo, que contemplam, assim como Memórias à Venda, a história e memória de resistência do povo preto do Sapê do Norte. Lopes (2024) define Caburé como:

E o Caburé um trabalho muito forte, e uma responsabilidade gigantesca, que você acorda quem talvez devia ser acordado, levanta questões muito atuais sobre racismo, sobre religião, e tem pessoas que não estão preparadas pra ouvir, não querem ouvir muitas vezes. Mas é um trabalho muito forte e dependendo do local, é um trabalho que dói, que fere, muito. Por exemplo, em cidades que pessoas não queriam ouvir aquilo, queriam receber. Em contrapartida, tinha gente na plateia que precisava saber que não estavam sozinhos, que não era só com eles. O Caburé traz essa mistura no público, de quem

7 Texto proferido em cena por Didito Camillo, nos últimos momentos da apresentação transmitida em 2021. Disponível em: Pocar Festival de Cultura. Acesso set. 2024.

não quer e de quem precisa. Porque você tem comunidades pretas, que as pessoas não tem noção do tamanho delas, e acham que sofrem sozinhas, só que na verdade não sofrem sozinhas, tudo que elas sofrem, pessoas do lado sofrem igual ou pior, então ela entende que não é só com ela, e ela tem como lutar, fazer diferente, brigar. Caburé é muito pra fazer revolução mesmo, literalmente.

Tanto Caburé quanto Memórias à Venda, carregam consigo linguagens que são ministradas nas oficinas da Escola de Arte, como a capoeira, muito utilizada pelo personagem de Silvestre Nagô, representado por Danilo Lopes, professor de capoeira. A dança afro, representada nas danças dos Orixás, que todos os personagens utilizam em ambos espetáculos. O canto, em ambas encenações está presente, nas músicas compostas por Elinho Guimarães para os espetáculos. E o teatro em si, que também é uma linguagem trabalhada na escola, e que vem dessa base da instituição.

Portanto, pensar a escola de Arte, sem caminhar pelas obras anteriores do Instituto Cultural Tambor de Raiz, não é possível. Haja vista que, todos os caminhos percorridos, carregam em si um processo educacional e de pesquisa.

Para responder os questionamentos iniciais, é preciso adentrar o espaço físico do Instituto: a escola de arte-educação.

A Escola de arte-educação do Instituto Cultural Tambor de Raiz

A escola de Artes do Instituto Cultural Tambor de Raiz foi fundada em maio de 2022. Por meio de relatos dos entrevistados, pode-se observar que o Instituto Cultural Tambor de Raiz, realiza desde 2010, ações de arte que se relacionam a educação. Com o tempo, essas atividades artísticas, foram se transformando, despertando nas

pessoas envolvidas, a necessidade de envolver as manifestações culturais locais, juntamente com as pesquisas da instituição, e promover a educação artística no contra-turno da escola básica.

Aqui não é uma escola convencional, a gente não quer que as crianças fiquem sentadas olhando a gente explicando, não é pra isso, tem os limites da brincadeira, tem que prestar atenção na aula, aprender, mas a gente quer formar cidadãos aqui, que a criança respeite em casa. A gente atende crianças que vivem em situações que nenhuma criança deveria viver, e aqui a gente mostra um outro horizonte pra ela, “tá ruim pra caramba, você tá sofrendo, mas tem um caminho diferente pra seguir”, a gente tá aqui pra mostrar que pode quebrar esse paradigma. A gente aqui é um exemplo de outro caminho, nenhum professor aqui é rico, de família tradicional, aqui tem pessoas normais, que tiveram vida normal, mas a arte talvez tenha salvado eles, pessoas que talvez não tenham tido oportunidade de buscar outras coisas que as pessoas convencionais buscam, mas que a arte proporciona dignidade, pra eles, pra mim, pra todo mundo.

Os objetivos traçados para a escola de arte do Instituto ficam nítidos nas entrevistas, quando percebe-se que todos eles direcionam para um mesmo lugar, quando fala-se sobre a escola: buscar uma forma de mostrar para as crianças que ali estão, que a arte é um caminho de transformação.

Lopes (2024) menciona em sua fala que a escola de Arte é um sonho de Didito Camillo, o principal idealizador da Instituição, mas o envolvimento de todos nesse projeto, é evidente. Na canção de Raul Seixas, ele traz que “sonho que se sonha só, é um sonho que se sonha só. Mas sonho que se sonha junto, é realidade”, e esse sonho em conjunto, em maio de 2022, inaugurou a escola de arte do Instituto Cultural Tambor de Raiz.

Vim pra Conceição da Barra e comecei a trabalhar pra abrir a es-

cola. Teve parceria com a Academia de Letras e a gente começou. Começou a implementação da escola, e aquilo que eu fiz um planejamento, eu tive que entender também que eu teria que ter calma, porque senão, a frustração de não conseguir aquilo que eu planejei nos primeiros anos, ia ser tão prejudicial pra mim, que poderia o projeto acabar. Então, eu abri mão de algumas coisas pra que a escola funcionasse, saísse do papel. Então assim, até hoje muitas coisas que eu não quero, no primeiro momento, eu deixo acontecer, porque um profissional não se faz do dia pra noite, e uma escola, que não é convencional, não se forma do dia pra noite. E um profissional ideal, é o que tem que ter paciência, porque mesmo eu que sou dono do sonho, que hoje esse sonho é de várias pessoas, eu que sou o sonhador, eu não sou um profissional capacitado pra executar esse sonho.

Fabiola Guimarães (2024), relata a experiência com a filha, que é aluna da escola de arte do Instituto:

Quando eu inscrevi Lavinia pra participar da escola do Instituto eu não imaginava que seria da forma que é. Ela gosta de estar lá, e por incrível que pareça, as coisas que eu não prestigiei pequena, ela tá prestigiando agora, o Jongo, tocar um tambor. Coisas que eu tinha medo pequena. Eu não degustei, não foi palpável pra mim, e pra ela tá sendo.

As atividades educacionais, sempre estiveram presentes na Instituição, seja por meio das pesquisas citadas para a realização dos espetáculos, seja a motivação para a realização do Pocar Festival de Cultura. Embora citadas anteriormente, essas atividades artísticas e culturais, que também possuem caráter educativo, são presentes nesse trabalho para compreendê-las como base para o principal dessa pesquisa: as atividades educacionais colocadas em pauta pela escola de arte-educação do Instituto Cultural Tambor de Raiz.

O início da escola, foi constituída uma equipe para executar o projeto. Desde os primeiros planejamentos, a escola contaria com uma equi-

pe gestora, professores, secretários e equipe de cozinha. O recurso utilizado nesse momento inicial, foi o valor recebido por Didito Camillo no Prêmio Trajetórias⁸, e recurso pessoal, ainda não contavam com o patrocínio de empresas e de outras leis de incentivo a cultura. Não sendo suficiente para promover tudo que havia sido planejado, a busca por recursos e remanejamento de verbas dentro da própria instituição foram necessárias, como a Lei Rouanet, que viabiliza o Pocar Festival de Cultura.

Segundo os gestores da escola, executar tal projeto não é tarefa fácil, principalmente quando os recursos, tanto materiais e financeiros, quanto humanos, não são suficientes.

Com uma instituição que não tem o orçamento ideal, pra pagar pras pessoas se capacitarem. Então assim, como a gente tá fazendo a entrevista, eu não posso falar assim, mas parece que eu falo “Didito não tá cuidando”. Não, Didito tá colocando um freio na ansiedade dele de solucionar as coisas do dia pra noite, mas tem um problema muito grave que é a falta de recurso. Porque eu gostaria muito de chegar por exemplo, numa Universidade dessa e falar “ah, eu quero o seu melhor aluno”. Então assim, eu fico pensativo, preocupado, porque eu quero que melhore, eu quero receber mais, eu quero pagar mais. Não é uma instituição onde os diretores querem receber mais pra que os funcionários sejam mais capacitados e ganhar menos, porque a escola mais humanizada que eu almejo, é uma escola que seja mais humanizada pra todo mundo, tanto pros alunos quanto pros funcionários. (Camillo, 2024).

Em contrapartida, a adesão dos alunos e da família foi significativa. Em planejamento, no momento inicial, o público escolhido para compor o corpo de alunos, foram as crianças de comunidades quilombolas. Para esse convite aos alunos, a equipe gestora contou com

8 Prêmio Trajetórias, lançado em 2020 pela Secretaria da Cultura (Secult), por meio da Lei Aldir Blanc. O prêmio foi direcionado ao reconhecimento das trajetórias de instituições culturais de destaque no Espírito Santo.

apoio de Gessi Cassiano mestra de Jongo e líder da comunidade quilombola do Linharinho.

As linguagens trabalhadas na escola do Instituto Cultural Tambor de Raiz são: Canto coral, Capoeira, Dança Afro, Jongo, Violino e Teatro. As crianças, na faixa etária entre 8 e 12 anos, realizam todas as aulas, Didito Camillo, idealizador do Instituto, explica que, os alunos experimentando todas as linguagens, eles terão uma “cordinha”, que interligam uma oficina a outra.

O projeto educacional, conta com uma estrutura que permite aos alunos acesso à diversas linguagens artísticas, algumas do cotidiano e da cultura local, como a capoeira e o jongo, e outras muitas vezes desconhecidas, ou de acesso difícil, como é o caso do violino. A escolha de cada uma dessas linguagens seguiu critérios e cautelas. O violino, como citado, é um instrumento considerado erudita e, que circula em lugares de capital mais elevado, dessa forma, os alunos, em sua maioria de comunidades quilombolas e periféricas, não teriam acesso caso não fosse oferecido gratuitamente na escola de Arte do Instituto Cultural Tambor de Raiz. Além disso, é oferecido gratuitamente às crianças alimentação, transporte e uniformes. Ademais, a escola fornece os instrumentos e demais materiais para o desenvolvimento das aulas.

Considerações Finais

Por meio da história e trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Cultural Tambor de Raiz, vê-se que a escola é a “menina dos olhos”. Afim de proporcionar as crianças de comunidades quilombolas e periféricas de Conceição da Barra, o acesso a diferentes linguagens artísticas, o Instituto, como uma somatória de todas as atividades educacionais

desenvolvidas no Pocar Festival de Cultura, bem como as pesquisas para os espetáculos teatrais Memórias à Venda e Caburé, reúne em sua estrutura objetivos de transformação. Ou seja, mostra as crianças que há outros caminhos a serem percorridos, e que a arte pode ser um caminho para mudar vidas. O trabalho desenvolvido pela Instituição, no campo da arte-educação, traz linguagens que formam o aluno para vida, não é apenas sobre o aprendizado em determinado instrumento, performance, mas sim, como aqueles ensinamentos e métodos podem ser utilizados no dia a dia e nas vivências do cotidiano.

Referências

- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. 19. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CAMILLO, Didito. **História Oral de vida**. 2024. Entrevista concedida a Letícia Giuberti Borghi. Conceição da Barra, 19 de maio de 2024.
- CASSIANO, Gessi. **História Oral de Vida**. 2021. Entrevista Concedida a Didito Camillo. Conceição da Barra, 2021.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei nº 10.660 de 25 de maio de 2017. **Reconhece Conceição da Barra como Capital da Diversidade Folclórica**. Vitória, ES. Diário Oficial da União, 2017.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). Resolução 002/2013. **Tombamento da Igreja Matriz de Conceição da Barra, praça e casarios ao entorno**. Vitória, ES. Diário Oficial dos Poderes do Estado, 28 de jun. 2013.
- FERREIRA, Simone Raquel Batista. “**Donos do lugar”: a geo-geografia negra e camponesa do Sapê do Norte-ES**. Revista Geografafares, Vitória, Brasil, nº 8, 2010.

GUIMARÃES, Fabíola Santos. **História Oral de vida.** 2024. Entrevista concedida a Letícia Giuberti Borghi. Conceição da Barra, 16 de ago. 2024.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** 2^a ed. São Paulo: Centauro Editora, 2003.

Instituto Brasileiro de Museus. **Pontos de Memória.** 2021. [Site Institucional]. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/pontos-de-memoria>. Acesso em: 23 de setembro de 2024.

LE GOFF, Jaccques. **História e Memória.** 7^a. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

LOPES, Danilo Oliveira. **História Oral de vida,** 2024. Entrevista Concedida a Letícia Giuberti Borghi. Conceição da Barra, 15 de maio de 2024.

MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo /** Cleber Maciel; organização por Osvaldo Martins de Oliveira. –2^a ed. – Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

MARTINS, Leda Maria. **A cena em sombras.** São Paulo: Perspectiva, 1995.

MATOS, Nieve. **Ontem, hoje e amanhã: narrativas capixabas.** Vitoria, ES: Maré, 2023.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: Como fazer como pensar.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MESA DE CONVERSA: **Teatro e Memória ancestral- Ciclo de palestras Tradição, Cultura e Memória do Espírito Santo.** Pocar Festival de Cultura, Conceição da Barra/ES. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dmKqsHDe9QE&t=3253s>

MOREIRA, Vânia Maria Lousada. **Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. 1914-2011. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista.** 3^a ed. Rev. São Paulo: Editora perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

Njila: trajetória e história dos Bantu no Espírito Santo

Maycon de Souza Bernardo¹

Auê, meu irmão café!
Auê, meu irmão café!
Mesmo usados, moídos, pilados,
Vendidos, trocados, estamos de pé:
Olha nós aí, meu irmão café!
Jongo do Irmão Café – Nei Lopes e Wilson Moreira.

Tráfico Transatlântico

Comumente o processo de tráfico humano praticado por mais de quatro séculos por países europeus que dominavam o litoral africano visando espoliar toda riqueza que aqueles povos dominavam, tem como marco o dia 22 de abril de 1500. Essa data funciona até hoje como referência histórica de um “descobrimento”, que na verdade, foi uma invasão que daria início ao processo diáspórico de negros africanos, o extermínio de indígenas e o etnocídio de inúmeras etnias.

A palavra descobrimento significa achar algo novo, avistar o que até

1 Professor de Sociologia na Secretaria Estadual de Educação (SEDU-ES). Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PGCS) na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Contato: maycoon.sbernardoo@gmail.com.

então não tinha sido encontrado por alguém. Não é bem verdade essa ideia. Existia uma infinidade de povos indígenas vivendo e produzindo modos de vida no que hoje conhecemos por Brasil. O mito de origem brasileiro precisa de uma data, nomes, heróis e vilões para conseguir permanecer no imaginário nacional como um momento de pleno conhecimento e, finalmente, início de nossa civilização tardia.

Atravessariam o atlântico um contingente sem precedentes de corpos negros em navios portugueses, espanhóis, ingleses e holandeses para servirem de escravos em terras recém invadidas. Inúmeras foram as etnias que compunham esses navios que partiam a todo momento de feitorias e portos localizados em Angola, São Tomé, Moçambique e Rota da Mina.

Povos como os *fanti*, *axanti*, *fon* e *yorubá* foram trazidos da África Ocidental de países como Nigéria, Mauritânia e Benim. Os chamados *jejes* eram compostos por diferentes grupos como os *minas*, *ewes* e *fon*. *Ovimbundo*, *bakongo*, *mbunda*, *ndogo*, *chokwe* foram algumas etnias que vieram para cá dos chamados povos *bantu*.

O tráfico negreiro perdurou intensamente do ano de 1550 até 1850, porém, mesmo com a proibição do comércio humano, cativos ainda entraram de forma ilegal até o ano de 1856. Cerca de 14.910 viagens foram realizadas nos três séculos de comércio entre países africanos e Brasil, contabilizando 4,8 milhões de escravizados (Alencastro, 2018).

Contudo, antes da segunda metade do século XVI já chegavam tumbeiros com carga humana para abastecer a recém estabelecida capitania hereditária como conta Nei Lopes em *Bantos, Malês e Identidade Negra* (2011):

Em 1532 é fundado no Brasil, por Martin Afonso de Souza, o primeiro centro produtor de açúcar, que é a Vila de São Vicente, no atual Estado de São Paulo. E parece que é nesse ano que, trazidos pelo negreiro Jorge Lopes Bixorda e vindos certamente para trabalhar nesse núcleo pioneiro, chegam à Colônia os primeiros escravos africanos.

Esse primeiro contingente de escravos pode ter sido integrado no todo ou em parte por negros Bantos, pois apesar de os embarques iniciais com destino à Europa terem ocorrido através do Forte de Arguim na Mauritânia, no Congo, ao tempo da investidura de Nzinga Mbemba (1508) o tráfico já era intenso. Percebendo, entretanto, que o tráfico arruinava o Congo (ninguém queria exercer outra atividade e não a de comerciante de escravos) e não tendo forças para aboli-lo, Nzinga Mbemba (1508-1543) induz os traficantes a irem caçar suas presas em outras terras, por exemplo entre os Bundas e Imbangalas (MUKUNA, [s.d.], p.46) (Lopes, 2011, p. 158-159).

Esses quase 400 anos de escravidão fizeram o Brasil figurar na posição de maior importador de mão de obra africana para suprir toda necessidade da nova colônia e futuro império português. Negros foram brutalmente capturados em suas terras e forçados a atravessar o Atlântico, contribuindo com seu trabalho e cultura para a construção econômica, social e cultural do que viria a ser o Brasil atual.

Os litorais do sudeste e nordeste foram os primeiros locais a receber os africanos. No entanto, vale ressaltar certas confusões sobre a origem dos navios que ainda persistem por conta da escassa documentação e de estratégias pertinentes de identificação na época do comércio:

Omitem esses autores as condições em que os africanos aqui chegavam depois de meses de fome e torturas, despersonalizados, desestruturados física e psicologicamente de maneira irreversível. Esquecem-se, também, que muitos escravos aqui dados como Sudaneses, como “peças da Guiné”, eram na realidade originários de Angola e do Congo. Isto porque, pelo menos no século XVIII, o nome “Gu-

né” designava todo o território que vai hoje do Senegal ao Gabão, incluindo a Ilha de São Tomé (RIBEIRO, 1978, p. 16). E porque, durante certo tempo, os navios negreiros procedentes do Congo e de Angola tinham todos que primeiro ir àquela ilha pagar impostos antes de rumarem para o Brasil (SALVADOR, 1981, p. 32), advindo daí a confusão nos livros de registros. (ibid, p. 95)

A chegada desses povos ocorreu de maneira sistemática e complexa. De acordo com os ciclos econômicos que o país sofria, eram trazidos povos que tinham o domínio de tecnologias que subsidiaram a manutenção do ciclo da cana-de-açúcar, do ouro e do café, por exemplo. Atracaram no litoral brasileiro os primeiros navios portugueses com povos *bantu* devido seu largo conhecimento sobre agricultura, metalurgia e pecuária – que posteriormente, devido sua expansão em Pernambuco, geraria intensos conflitos com indígenas.

A vinda de *houssas* e *yorubas* foram recorrentes na segunda metade do século XIX devido guerras enfrentadas por esses povos. O primeiro grupo contra o avanço do islã, já o segundo, por conta de guerras na principal cidade nigeriana, *Oyo*, que fragilizaram o reino.

Mary Del Priore (2017) relata que não à toa em 1752, no ciclo do ouro ainda eram usadas técnicas ruins e pouco eficazes na extração do metal. Consta um relato ao rei sobre a chegada de técnicas especializadas vindas com africanos que seriam exímios mineradores e metalurgistas. Na comarca e área mineradora de Rio das Velhas, estimava-se que cerca de 40% dos negros eram Minas e as outras mais relevantes ao trabalho eram 26% de Angolas, 8% de Benguelas e Congos somavam 4%.

O desembarque significava o fim de uma jornada que durava meses e o início de outra que talvez nunca acabasse ainda em vida para esses cativos. A captura, a venda, o transporte, as mortes, doenças e toda

uma série de percalços sofridos por esses africanos e africanas até serem comercializados e divididos pelos portos, e logo em seguida pelas capitanias e fazendas para servirem até o fim da vida era responsável por um processo de aculturação etnocêntrico e etnocida. O abandono compulsório de sua terra, sua cultura e seus laços ancestrais foram a tentativa de apagar histórias e cultura de uma série de povos.

O processo de invasão e colonização nas Américas por espanhóis, portugueses e holandeses foi genocida e etnocida. Inúmeros povos indígenas foram dizimados, extintos pela ganância europeia e por interesse em dominar cada vez mais o restante do globo. O africano era tratado como mercadoria, era considerado um bem semovente, portanto, passível de punição, mas não da morte sem motivo plausível para a época: insubordinação, revoltas, idade avançada ou inutilidade para o trabalho.

Levando em conta o escopo deste artigo, consideramos tais cenários como ações genocidas e etnocidas. Em um artigo intitulado *Do Etnocídio*, presente em *Arqueologia da Violência* (2014), Pierre Clastres define o conceito de etnocídio e o diferencia de genocídio:

Se o termo genocídio remete a ideia de “raça” e à vontade de exterminio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para a destruição física dos homens (caso em que se permaneceria a situação genocida), mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito. Em ambos os casos, trata-se sempre da morte, mas de uma morte diferente: a supressão física e imediata não é a opressão cultural com efeitos longamente adiados, segundo a capacidade de resistência da minoria oprimida. Aqui não é o caso de escolher entre os dois males o menor: a resposta é muito evidente, mais vale menos barbárie que mais barbárie. Dito isso, é sobre a verdadeira significação do etnocídio que convém refletir. (Clastres, 2017, p. 78-79)

E continua a distinção:

Ele tem em comum com o genocídio uma visão idêntica do Outro: o Outro é a diferença, certamente, mas é sobretudo a má diferença. Essas duas atitudes distinguem-se quanto à natureza do tratamento reservado à diferença. O espírito, se é possível dizer, genocida quer pura e simplesmente negá-la. Exterminam-se os outros porque eles são absolutamente maus. O etnocida, em contrapartida, admite a relatividade do mal na diferença: os outros são maus, mas pode-se melhorá-los obrigando-os a se transformar até que se tornem, se possível, idênticos ao modelo que lhe é proposto, que lhes é imposto. A negação etnocida do Outro conduz a uma identificação a si (Clastres, id.)

No Brasil colônia ocorreu em diferentes escalas os dois fenômenos. Porém, no pós-abolição o processo já realizado de etnocídio – que é muito mais duradouro por afetar gerações e difícil de ser revertido – continuou de maneira intensa tendo o genocídio uma velha alternativa de eliminação de tudo aquilo que representa o que não pode, não deve e não querem lembrar aqueles que ainda não se desprenderam de uma ideia colonizada. O passado escravocrata ainda persiste sem a menor complacência daqueles que fizeram e fazem parte de uma tradição colonial, retrógrada e violenta. É nosso objetivo tratar em seguida das diversas tentativas de etnocídio dos povos² *bantu*, grupo étnico que inspirou o presente trabalho.

2 No âmbito da presente monografia usaremos “povos” segundo critério de auto-definição e também reconhecido pelos institutos tais como o Decreto Nº 6.040 de 2007 que define em seu Art. 3º povos como “I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

O Bantu³

Há muito ocorre o apagamento proposital e sistemático do primeiro grupo que desembarcou na então colônia para servir como escravizado por quase quatro séculos. A ausência de informação e negligência nos momentos de reconhecimento das diversas contribuições à cultura brasileira não é meramente um lapso de memória ou desconhecimento dos fatos pretéritos, mas sim um interesse em supervalorizar determinado grupo em detrimento de outros que também sofreram com a escravidão.

Isso se deve ao interesse de famosos intelectuais do chamado *pensamento social brasileiro*, já no final do século XIX e início do XX, quando começou uma série de pesquisas sobre folclore e a contribuição dos negros para a construção do nacionalismo, ainda muito frágil.

Sílvio Romero, Raimundo Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto, Oliveira Viana são alguns nomes que compõem o grosso caldo que atribuiu o descrédito *bantu* para a história nacional. Famosos estudiosos do candomblé como o sociólogo francês Roger Bastide, o etnólogo brasileiro Edison Carneiro e o fotógrafo também francês Pierre Verger são nomes de peso que ajudaram a corroborar a ineficácia *bantu* na construção de todo um complexo étnico brasileiro.

Nei Lopes (2011) traz um curioso, porém, interessante trecho de uma entrevista cedida por um negro que estudou em Lagos chamado Antônio – explanar o país que estudou é sinônimo de legitimidade – para o conhecido repórter João do Rio ainda no início do século passado, em 1904:

³ Escrevo *bantu* sem o S pois já está no plural. O singular da palavra seria *muntu*. O plural em línguas bantu é definido pelo prefixo e o não sufixo como no português, por exemplo.

- O eubá [ioruba] para os africanos é como o inglês para os povos civilizados. Quem fala o eubá pode atravessar a África e viver entre os pretos do Rio. Só os cambindas [congo, embarcado em Kabinda] ignoraram o eubá. Mas esses ignoram até a própria língua, que é muito difícil. Quando os cambindas falam, misturam todas as línguas...

- Por negro cambinda é que se comprehende que africano foi escravo de branco.

Cambinda é burro e sem-vergonha! (Lopes, 2011, p. 94)

Já Edison Carneiro em seu livro *Os Candomblés da Bahia* (2008) fala sobre a distribuição dos deuses do panteão nagô e quando trata do *bantu*, deixa nítida sua desonestade intelectual:

Os negros de Angola e do Congo não tinham deuses próprios, conhecendo apenas, remotamente Zambi (Angola) Zambi-ampungu (Congo), que, talvez por influência da concepção católica da pomba do Espírito Santo, se transformaram e reuniram em Zania-pombo. Há um ou outro inquice, apenas, de criação Angola ou Congo, e entre estes Angoraméa, derivado de Angorô e identificado com Santa Isabel; Vumbe, as almas dos mortos; Zacaí e Umpanzo, espíritos inferiores que habitam as árvores... Os inquices atuais foram apropriados de outros povos, como os nagôs e os jejes, ou são criações recentes e sem passado. (Carneiro, 2008, p. 74-75)

Afinal, de onde veio essa gente? Por qual motivo foram os primeiros? Ocuparam lugar de destaque na história nacional ou foram passivos? O número foi substancial ou apenas figurativo no processo colonial? Essas e tantas outras perguntas sobre os *bantu* têm respostas há bastante tempo. Não contarei nenhuma novidade aos olhos atentos e interessados pelo maior tráfico humano que se tem registro.

A presença *bantu* está em toda África austral, central e parte da África oriental. Grosso modo, poderíamos traçar uma linha reta iniciada em Camarões indo até a ilha de Madagascar considerando todos os

Estados abaixo dessa linha sendo predominantemente *bantu*.

Mesmo ocupando praticamente metade do continente africano, o *bantu* não representa homogeneidade cultural. São diversos povos com distinções relevantes e características singulares que compõem esse grupo que convencionou-se chamar de *bantu*.

Quando lemos algo sobre história do Brasil ou dos grupos vindos no período da escravidão é habitual que não exista, ou ocorra pouca diferenciação desses grupos. Fala-se mais dos países de onde vieram ou dos portos que embarcaram como se fosse um dado normal, como se essas informações bastassem para o entendimento da identidade étnica dessa gente. Como se fosse algo intrínseco ao negro escravizado. A delimitação geográfica foi feita pelos invasores anos depois. As sociedades africanas conheciam bem seus reinos e territórios, não sendo preciso traçar uma linha para que isso fosse feito.

Importante lembrar que diversos povos foram erroneamente inseridos na categoria *bantu* por falarem a mesma língua. Isso fez com que por muito tempo fossem compreendidos como um povo uno, sem características distintas e como inferiores. Nei Lopes (2011) explica a origem do termo adotado até hoje para definir um enorme grupo díspar etnicamente e similar linguisticamente:

O nome genérico *banto* foi dado por W. H. Bleck em 1860 a um grupo de cerca de 2.000 línguas africanas que estudou (BALANDIER, 1968, p. 64) analisando essas línguas, Bleck chegou à conclusão que a palavra *muNTU* existia em quase todas elas significados a mesma coisa (gente, indivíduo, pessoa) e que nelas os vocábulos se dividiam em classes, diferenciadas entre si por prefixos. Assim, *baNTU* é o plural de *muNTU*, porque nas línguas bantas os nomes são sempre antecedidos de prefixos, que distinguem, por exemplo, o indivíduo (*Mu, Um, Am, Mo, M, Ki, Tchi, N, Ka, Muxi, Mukua* etc.) o grupo étnico a que ele pertence (*Ba, Wa, Ua, Ova, A, Va, Ama, I,*

Ki, Tchi, Exi, Baxi, Bena, Akua etc.), e terra que ele ocupa ou de onde é originário (*Bu, U, Le* etc.) e a língua que ele fala (*Ki, Tchi, Chi, Shi, Si, Se, U, A, Li, Di, Lu* etc.) Desta forma, um indivíduo *Nkongo*, (congo), por exemplo, pertence ao povo *Bakongo* (Congo) e fala o idioma *Kikongo* (Quicongo). (Lopes, 2011, p. 96)

A estreita ligação do então *manicongo Nzinga Nkuyu*, senhor do Congo, com os portugueses, que tinham interesse em estabelecer relações comerciais voltadas para o ouro e a prata em terras africanas, deu início - com forte incentivo português - à criação do comércio de bantos com Portugal, como afirma Lopes (2011):

O marco universalmente aceito pelos historiadores como o do início do comércio escravista pelos portugueses é o ano de 1442, quando são feitas as primeiras capturas de negros na atual Mauritânia. A partir daí, a rota do tráfico português para o Brasil vai caminhando costa africana abaixo até atingir os territórios bantofones a partir talvez de 1482, ano provável da chegada de Diogo Cão à foz do rio Congo. Nesses territórios, os locais onde o tráfico vai se concentrar serão: na costa atlântica, entre o Cabo Lopo Gonçalves, no Luango, e o rio Coporolo, ao sul de Benguela, e na costa oriental, principalmente entre o Zambeze e o Limpopo, no atual Moçambique (GEBEAU, 1979, p. 247) (Lopes, 2011, p. 158)

A chegada desses povos logo no início da colonização ocorreu devido os negócios entre líderes *bantu* e portugueses. As guerras internas, conhecimento da agricultura, pecuária e metalurgia por esses povos foram suficientes para criar a fórmula perfeita do mercado de africanos para serem escravizados na promissora colônia como discorre Alberto da Costa e Silva em sua grande obra *A Enxada e a Lança* (2011):

Quanto ao banto oriental, ele foi desenvolver-se na região dos Grandes Lagos. Os que o falavam já conheciam possivelmente o cultivo

de cereais, desde que deixaram os Camarões e seguiram para leste pela borda setentrional da floresta. Nos Grandes Lagos, converteiram-se à pecuária e passara a fundir o ferro. Com milhetes, sorgo, bois e instrumentos de ferro, foram descendo a África. Por volta do ano 100 de nossa era, já se haviam imposto em partes da Zâmbia e de Chaba habitadas por bantos ocidentais. E, com os milhetes de sorgo, o ferro e o boi, foram ocupando as áreas onde não prosperavam o inhame, e o dendê, até as praias do Atlântico (Silva, 2011, p. 216-217)

O tráfico de bantos não cessou logo no começo. Até meados do século XVII ainda era maciça a presença de negros e negras angolanos, moçambicanos e congoleses em diversas atividades econômicas, principalmente as que exigiam especialização do trabalho. Até os defensores mais ortodoxos da tradição *nagô*, como Juana Elbein dos Santos em *Os Nagô e a Morte* (2012), confirmam que os *bantu* foram os primeiros a chegarem no período de tráfico humano e eram ocupados preferencialmente com trabalhos braçais:

Enquanto os africanos de origem Bantu, do Congo e de Angola, trazidos para o Brasil durante o duro período da conquista e do desbravamento da colônia, foram distribuídos pelas plantações, espalhados em pequenos grupos por um imenso território, principalmente no centro litorâneo, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, numa época em que as comunicações eram difíceis, com os centros urbanos começando a nascer a duras penas, os de origem sudanesa, os *Jeje* do Daomé e os *Nagô*, chegados durante o último período da escravatura, foram concentrados nas zonas urbanas em pleno apogeu, nas regiões suburbanas ricas e desenvolvidas dos estados do Norte e do Nordeste, Bahia e Pernambuco, particularmente nas capitais desses estados, Salvador e Recife. (Santos, 2011, p. 31-32)

Pode-se notar que os *bantu* estão espalhados por grande parte do sudeste do país já em contato com outros povos vindos de outras lo-

calidades africanas. Porém, há certa confusão quando buscamos diretamente a origem dos escravizados em terra capixaba. Cleber Maciel em seu célebre livro sobre *Candomblé e Umbanda no Espírito Santo* (1992) explana:

Conclusivamente então pôde-se dizer que a origem dos negros capixabas é difícil de ser determinada de forma pormenorizada. Entretanto, temos como aceito que a maioria dos africanos que chegaram eram, principalmente da grande etnia Banto, muitas vezes chamados de Angola e de Minas, mesmo entendendo que sob estas denominações estavam diluídas muitas culturas e mesmo etnias. Assim aparecem outras denominações como Cabindas, Benguelas, Caçanjes e Congos. (Maciel, 1992, p. 31)

O Espírito Santo foi um importante receptor de escravizados desde o início do tráfico iniciado pela coroa portuguesa, seja recebendo dos tumbeiros ou de outros estados. Após guerras entre holandeses em Recife, a capital de Pernambuco, passou a ser o centro de distribuição de escravos para outras capitâncias da colônia e até para outros países sul-americanos. O monopólio negreiro saiu das mãos da Holanda para o Recife (LOPES, 2011, p. 162)

Em *Negros no Espírito Santo* fala sobre a necessidade em “destacar que os historiadores são unânimes em afirmar que a Capitania do Espírito Santo era uma das que mais fazia contrabando de escravos” (Maciel, 2016). Por esse motivo o cálculo do contingente de escravizados presentes no Espírito Santo não é simples. Havia registros de negros “Angola” no sul do estado, em São Mateus e na capital, Vitória.

A espoliação europeia não foi capaz de destruir as inúmeras culturas trazidas para o outro lado do atlântico pelos negros africanos. Juntos com povos *bantu, jeje, iorubás*, vieram um sem-fim de hábitos, formas

distintas de se praticar suas religiosidades, seus deuses e deusas, reis, rainhas, culinária, saberes tradicionais, novas formas de socialização, sons, línguas e o que é comum a todas elas; o culto aos ancestrais e o desejo de liberdade.

Calundu, Cabula e Macumba

Um dos principais aspectos da cultura afro-brasileira é a religiosidade marcante e a diversidade no culto aos ancestrais, seres divinos e sagrados.

Atualmente temos o candomblé, batuque e tambor de mina como formas mais populares e conhecidas da sistematização dos cultos existentes desde o período colonial. O candomblé se formou na Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Já o batuque é presente no Rio Grande do Sul e o Tambor de Mina no Maranhão.

Antes de existir um nome que identificasse uma prática religiosa, já ocorria a identificação das pessoas — homens em sua grande maioria — que eram responsáveis por manipular energias, fazerem beberagens e se comunicar com espíritos ancestrais. Luiz Mott (2008) em pesquisa no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa, teve acesso a documentação do santo ofício sobre inquéritos a respeito de feitiçaria envolvendo povos banto, explana de forma mais completa:

- 1) Antiguidade da presença das religiões de matriz angolana no Brasil: data de 1591 a primeira referência conhecida à atuação de um sacerdote “quimbanda” na cidade do Salvador, cabendo a Francisco Manicongo o equivalente ao título do mais antigo “*Tata de Inquice*” do Novo Mundo. (Mott, 2008, s/p)

E continua a discorrer sobre o termo *calundu, batuque e umbanda*:

2) A mais antiga referência a um ritual de origem congo-angola nos remete à classe dos “quimbanda” - apontado pelos documentos como um dos sacerdotes mais respeitados e poderosos dentro da hierarquia ceremonial nativa. Só mais tarde, nos meados do século XVII, que começa a aparecer o termo “calundu” e “batuque” como sinônimo de ritual religioso afro-brasileiro, incluindo genericamente além das cerimônias de Angola, as práticas divinatórias, curativas e ceremoniais das demais nações africanas. Não encontramos nenhuma vez na documentação do Santo Ofício da Inquisição portuguesa o termo Candomblé: Umbanda sim, aparece desde dos meados do século XVIII. (ibid, s/p)

Nota-se que Mott traz o século XVIII como data dos primeiros registros da palavra umbanda⁴ em documentos. Dessa maneira, torna o mito de que a umbanda surgira em 1908 por Zélio Fernandino de Mores, mais frágil.

Gisèle Cossard em *Ewó – Mistério dos Orixás* (2011) conta sobre uma angolana de nome Luzia que fora acusada de *calunduzeira* na primeira metade do século XVIII, data que coincide com o trecho de Luiz Mott sobre os *quimbanda*:

Entre 1725 e 1750, Luís de Melo e Souza descreveu a existência de nove calundus. Em 1738, o superior dos Beneditinos de Salvador escrevia que os negros não abandonavam suas superstições, e se reuniam, secretamente, para fazer seus “calundus”. Em 1739, em Sabará, Minas Gerais, a liberta angola Luzia Pinto foi acusada de “calunduzeira, curandeira e adivinhadeira” É a partir desses calundus que começam a se estruturar as comunidades religiosas, que a princípio cultuavam uma só divindade. Mais tarde, chegaram a agrupar

⁴ *Umbanda* segundo Nei Lopes: escreve Redinha (1975, p.375) é uma palavra das línguas *mbunda*, usada entre os *Mbundos* e outras etnias do sul de Angola, e constando também nos dicionários de *kimbundo* com as sinônimas de magia e arte de curar.”

várias divindades, com uma organização interna mais estruturada. Em 1785, na repressão do calundu do Pasto, em Cachoeira (perto de Salvador, Bahia), encontrou-se uma comunidade já bastante elaborada, com espaço próprio, altares sacralizados, danças de roda e tocadores. (Cossard, 2011, p. 28.)

A prática dos calundus era comum por homens e mulheres. Essas pessoas atendiam a clientes de diferentes lugares e diferentes fés. Procuravam para saber sobre o futuro, curar doenças, espantar mal olhado e quebrar feitiços realizados por outras pessoas. Além, claro, de pedir proteção para si.

Tratando de outro ritual muito famoso em terras capixabas, a cabula era feito dentro das matas com uso de cipós e raízes que objetivavam o transe do crente. Assim como nos calundus, também ocorria a incorporação dos chamados espíritos guias. Os rituais eram coordenados pelo *embanda*, feitos no período noturno e eram em sua maioria secretos. Apenas iniciados podiam participar. Stefania Capone em *A Busca da África no Candomblé* (2009) explica de forma mais completa como funcionava o ritual:

Os adeptos da cabula eram chamados de *camanás* (iniciados); reuniam-se sob a direção do *embanda* (o chefe do culto) para cerimônias chamadas mesas. As reuniões, *enjiras*, aconteciam no meio da noite no *camoucite*, o templo. O *embanda* era ajudado por um assistente, o *cambono*. Todos os presentes permaneciam descalços e vestidos de branco. Durante o ritual, secreto, os iniciados invocavam Calunga (o mar), Tatá (espírito benéfico “que se encarna nos indivíduos e assim os dirige mais de perto em suas necessidades temporais e espirituais”) e Baculo (os ancestrais). Os cantos eram ritmados com palmas, enquanto o embanda era possuído pelos espíritos. O objetivo do ritual era a aquisição, pelo transe místico, de um ou vários espíritos protetores (Capone, 2009, p. 92).

Cleber Maciel (1992, p. 127) explica que “o ritual de Cabula é dividi-

do em duas mesas: a de Santa Barbara e a de Santa Maria. A primeira é feita em Terreiro próprio e especial. É Mesa “que só faz o bem”, diferente, por exemplo, da Mesa de Santa Maria “que é para o mal”.

Uma prática citada por Maciel que ainda é muito comum nos candomblés Angola é a utilização da *mpemba*⁵:

Pela descrição do bispo, “receber o Santo” é assim: em vários pontos do local joga-se a “emba” ou “pemba”, um tipo de pó aromático preparado com ervas e outros materiais sagrados, para o ar. O objetivo da pemba é afastar os maus espíritos e cegar os profanos, não devassando assim seus sagrados mistérios. (Maciel, 1992, p. 129)

O termo macumba surge com intensidade no Rio de Janeiro com práticas muito parecidas com as da cabula. A figura do *cambono* também era presente nas *giras*. Espíritos ancestrais continuam a prestar auxílio espiritual aos participantes e necessitados.

A macumba se populariza rapidamente e aparece com novo elemento:

Na macumba, a relação entre culto religioso e magia estava marcada tanto pela herança africana (*bantu*) quanto por fortes raízes na tradição mágica de origem ibérica. Durante a época colonial, as práticas religiosas africanas haviam sobrevivido ao lado de crenças mágicas e demoníacas de origem europeia. Na maior parte do tempo, eram confundidas na repressão levada a cabo pela inquisição além-mar. (Capone, 2009, p. 94)

Com a mistura de elementos africanos *bantu*, indígenas e europeus,

5 Divindade da pureza. Suas cantigas são entoadas logo após as cantigas de *Njila* em Candomblés Angola e o pó branco que a representa é soprado por todos os cômodos sagrados do barracão. É utilizada na Umbanda como giz branco para riscar ponto das entidades.

a macumba aparece como uma religião degenerada que deveria ser extinta e purificava. Nesse processo de distanciamento daquilo que representava uma pureza nagô ou o “bem cristão”, tendo como seu maior inimigo o diabo, ou seja, *Njila, Exu*. A macumba carioca sofre forte apagamento intencional por parte dos grupos que buscavam um essencialismo africano e o título de “macumbeiro” torna-se algo ruim, pejorativo.

KANDOONBELE

Acredito que seria impertinente considerar que calundu e cabula representam o início do candomblé da atualidade. Penso que suas maneiras de existir e a forma que seus adeptos resistiram para que o legado ancestral trazido por negras e negros foram basilares na construção do que temos atualmente como candomblé. Gisèle Cossard (2011) fala sobre documento achado no início do século XVII:

Essas primeiras comunidades eram esporádicas; mas, aos poucos, foram se desenvolvendo, e criou-se uma rede sob o nome de candomblé. Esse termo provavelmente de origem angola, aparece pela primeira vez em 1807 num relatório de um oficial militar, na repres-são de uma comunidade liderada por um escravo angola chamado Antonio, dito “o presidente do terreiro dos candomblés”. (Cossard, 2011, p. 28-29.)

Com os calundus e cabula tendo como líderes homens e mulheres de origem *bantu*, sendo palavras *bantu* e com elementos dessa cultura, poderíamos pensar que o candomblé também surgiu como maneira *bantu* de cultuar os seus deuses que depois foi amalgamada por outras culturas como os *jeje* e *yorubás*, formando a estrutura do candomblé atual. A palavra seria o aportuguesamento de *Kadoombele*, palavra

surgida da aglutinação do verbo na primeira pessoa *LOOMBA*, que significar pedir, rezar, cultuar. Após a conjugação na terceira pessoa do singular, o verbo toma a forma de *LOOMBELE*, significando “ele reza”. Na primeira pessoa do singular “eu rezo” é *NDOONBELE*. Acrescenta-se o prefixo KA para se referir a *Nzambi Mpungu*, isto é, o Deus supremo. O resultado é *KANDOOMBELA*, ou seja “eu peço a Deus”, “eu cultuo Deus”.

A lógica *bantu* de cultuar seus deuses é feita de maneira estreita com o culto aos ancestrais. Para muitas etnias que ocuparam a colônia com todo seu complexo cultural, abandonar sua ancestralidade é deixar extinguir sua existência atual e qualquer outra que possa surgir. Lembrar dos que nos antecederam é fundamental para a manutenção do rito. Lopes (2011):

Para o africano em geral e para o Banto em particular o ancestral é importante porque deixa uma herança espiritual sobre a Terra, tendo contribuído para a evolução da comunidade ao longo de sua existência, e por isto é venerado. Ele atesta o poder do indivíduo e é tomado como exemplo não apenas para que suas ações sejam imitadas mas para que cada um de seus descendentes assuma com igual consciência suas responsabilidades. Por força de sua herança espiritual, o ancestral assegura tanto a estabilidade e a solidariedade do grupo no tempo quanto sua coesão no espaço. Assim, o culto aos ancestrais (míticos, reais e familiares) tem uma repercussão inestimável na estatuária e na escultura da tradição negro-africana, que são manifestações mais características da Arte Negra como um todo (e da banta em especial), distinguindo-a da arte europeia, por exemplo. (Lopes, 2011, p. 152.)

Essas etnias que compõem o complexo linguístico *bantu* foram as primeiras a desembarcarem e, portanto, os primeiros grupos africanos que tiveram contato com povos indígenas. Levando em consideração o sistema de crenças desses povos, podemos compreender

melhor o motivo pelo qual os *bantu* ainda hoje em seus terreiros cultuam caboclos e os pretos velhos da umbanda, que costumam ser identificados por nacionalidades banto, como por exemplo: Angola, Cabinda, Congo. O respeito desses povos pelos reais donos da terra pode ser compreendido com o texto de Slenes (2018):

Quais teriam sido os princípios culturais comuns aos cativos da zona atlântica e seus congêneres mais interioranos? Em primeiro lugar, em praticamente toda a África bantu existiam dois tipos básicos de espíritos: os dos ancestrais “nomeados” – cuja memória ainda se guardava e que eram ciosos do bem-estar dos vivos de seu clã – e os espíritos tutelares da Terra, organizados em hierarquia, preocupados com os diversos grupos de parentesco de uma determinada área. Em geral, os ancestrais mais antigos eram incorporados ao topo desse grupo de espíritos tutelares. Tal configuração que permitia aos ancestrais ainda lembrados de acompanhar os migrantes, ao passo que os entes tutelares zelavam pelas gentes em certos espaços, foi de suma importância para as estratégias na milenar expansão bantu. Uma série de pesquisas sobre as fases iniciais dessa expansão deduz que a primeira pergunta que um grupo de migrantes fazia aos autóctones ao entrar em novo território era: “Quem são os donos da terra?”. Isto é, os espíritos tutelares particularmente as sombras do “primeiros [seres humanos] a chegar”. A segunda pergunta era: “Quais são os rituais próprios para contatar esses espíritos?”.⁶

A relevância para a última e mais dolorosa expansão bantu é evidente. Em muitos cultos afro-brasileiros, especialmente os associados à influência “congo-angolana”, os espíritos dos “caboclos” – na acepção mais antiga, “índios bravos da floresta” – são muito poderosos. Há quem avalie os caboclos como elementos estranhos numa religião “africana”, o resultado de sincretismo impuro. Ora, não poderia haver nada mais (centro-)africano do que se aproximar dos donos da terra, tomando emprestados a seus descendentes os rituais (Slenes, 2018, p. 66-67).

Certa vez em conversa com o *taata lubitu Konmannanjy*⁶ ouvi que

⁶ *Taata Lubito* significa “pai da chave”, em tradução livre. É o cargo responsável pelo segredo, pelas chaves das portas do terreiro. *Taata Konmannanjy* figura como uma das principais lideranças do candomblé que lutam pela cultura banto e pelos

não é aconselhável ter assentamentos⁷ de *Njila* próximo ao assentamento de caboclos. O motivo da observação foi muito simples. O caboclo é o dono da terra, ele conhece o caminho. Um pedido feito para *Njila* nas circunstâncias inadequadas provocam o atraso na realização porque o caboclo já conhece os atalhos. Dessa maneira é simples entender que o *bantu* respeita os ancestrais em qualquer espaço que ele esteja presente e o culto é fundamental para o bom funcionamento de sua própria religiosidade.

Com a relação entre os inúmeros grupos que vieram no processo de diáspora, ocorreu a incorporação de divindades antes exclusivas a uma nação no culto de outras. O processo inverso também ocorreu. Algumas deidades antes cultuadas em África não receberam culto no Brasil ou tiveram seus preceitos esquecidos pela morte de sacerdotes e pela oralidade presente e necessária a religião. Sobre esse fato discorre Maciel (1992):

Assim, pode-se afirmar que a pureza africana não existe. Há, sim, uma tendência à tentativa de caracterizar os Candomblés na busca de uma africanidade perdida. Isso é manifestado pela vontade, explicitada por muitos praticantes, de visitar a África, aprender línguas africanas, usar frutos, folhas e raízes de plantas africanas, resgatar, enfim, o conhecimento africano e assim dar mais “fundamentos” e mais segurança aos “trabalhos” (Maciel, 1992, p. 117).

Conclusão

Na produção intelectual brasileira os *bantu* sempre foram apartados de algum lugar de destaque. Talvez pelo tempo que chegaram na

povos tradicionais de terreiro. É presidente da Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – **ACBANTU**.

7 Receptáculo feito de barro, louça ou madeira que serve para abrigar os elementos de certa divindade. Abrigam a pedra sagrada, búzios e moedas.

colônia, fossem considerados povos com sua cultura “diluída” no período que foram escravizados. O fato de serem povos em sua grande maioria agrícolas, poderia ter causado um contraponto com os negros *yorubás*, desembarcados no século XVIII e famosos comerciantes que se organizavam preferencialmente em cidades. Talvez essa facilidade na manutenção de sua cultura fosse resultado de fortes laços com o país de origem como Juana Elbein relata: “O comércio intenso entre Bahia e a Costa manteve os *Nàgô* do Brasil em contato permanente com suas terras de origem” (Elbein, 2012, p. 32).

Outro indício que possa ajudar na compreensão de todos esses esquecimentos e descrédito aos *bantu*, é a intensa inserção de intelectuais, músicos, artistas e políticos em terreiros de origem nagô. Muitos foram iniciados ou receberam cargos⁸ de confiança dentro dessas comunidades que floresceram como sinônimo de pureza no século passado.

Cabula, calundu, umbanda, macumba e candomblé são religiões surgidas em solo brasileiro pela necessidade que os inúmeros povos situados abaixo da linha do Equador africanos em se organizar e manter seu patrimônio no Novo Mundo.

Não é meu objetivo discutir pureza, impureza e essencialismos dessas etnias em detrimento de outras. Apenas escrevo visando fazer com que os *bantu* sejam lembrados e que sua cultura não seja depreciada quando comparada a outros povos. Lilia Schwarcz e Heloísa Starling em *Brasil: Uma Biografia* (2018) nos lembram de um trecho escrito por um religioso católico sobre Angola e Brasil: “A associação entre Brasil e Angola era tão evidente que o jesuíta Vieira escreveu: “Quem

8 Cargos são funções atribuídas pelas divindades ou pelo sacerdote a um filho ou filha de santo e/ou pessoa de confiança. São posições de autoridade que auxiliam na manutenção do terreiro e do ritual.

diz açúcar, diz Brasil, e quem diz Brasil, diz Angola". (2018, p. 89).

Terreiros de candomblé servem historicamente como espaços de resistência ancestral. Abrigam em seu interior muito mais que um rico complexo religioso, o candomblé traz à tona uma maneira de viver, comer, falar, vestir e compreender o mundo ao redor de uma maneira distinta da oferecida fora dele. A invasão dos europeus foi violenta e produziu marcas significativas no povo brasileiro que ainda não estão superadas. O racismo, as tentativas diárias de apagamento de tudo que é preto, escuro, africano ou descendente são os sinais mais forte que ainda temos um caminho árduo a percorrer em busca de uma equiparação nos direitos e da integridade dos ritos.

Referências

- ALENCASTRO. Luiz Felipe de. África, números do tráfico Atlântico. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos – 1^a ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 57-64.
- CAPONE, Stefania. **A busca da África no candomblé:** tradição e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Pallas, 2009. 376 p.
- COSSARD, Gisèle Omindarewá. **Awó:** o mistério dos orixás. 2. ed. – Rio de Janeiro: Pallas, 2011. 229 p.
- CLASTRES, Pierre. Do etnocídio. In: _____ **Arqueologia da violência:** pesquisas de antropologia política. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2014. cap. 4, p, 75-89.
- LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra.** – 3. ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. 224 p.

- MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**; organização por Osvaldo Martins de Oliveira. – 2^a ed. – Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016, 282 p. il. – (Coleção Canaã, v.22)
- _____. **Candomblé e umbanda no Espírito Santo**: práticas culturais religiosas afro-capixabas. Vitória. Departamento Estadual de Cultura. 1992.
- MOTT, Luiz. **Feiticeiros de Angola na América portuguesa vítimas da inquisição**. Revista Pós Ciências Sociais. v.5 n. 9/10 jan/dez, São Luis/MA, 2008.
- PRIORE, Mary del. **Histórias da gente brasileira**: volume 1 – São Paulo: LeYa, 2016. 432 p.
- SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nàgô e a morte**: Pàde, Àsèsè e o culto Ègun na Bahia; traduzido pela Universidade Federal da Bahia. – 14. ed. – Petrópolis, Vozes, 2012.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. – 2^a ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança**: a África antes dos portugueses. – 5. ed., rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Nova Frontera, 2011.
- SLENES. Robert W. Africanos centrais. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos – 1^a ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 64-71.

Parte 3

Questões de gênero

Como construímos o gênero?

Kleanne Rocha Sartorio¹

Introdução

Partindo do pressuposto que gênero é uma construção social, é necessário localizá-lo historicamente em seu lugar e tempo. Para localizá-lo neste trabalho serão necessários três passos: a) entender e localizar o sexo como categoria anterior de discussões sobre diferença sexual e relações de sexo homem/mulher; b) compreender a mudança de sexo para gênero e as disputas que ocorrem junto a história das mulheres; c) buscar localizar essa discussão na construção dos discursos sobre gênero no Brasil.

Este artigo não possui o objetivo de questionar a validade e a utilidade do gênero como categoria de análise, proponho pensar a estrutura construtiva do conceito/categoria ao decorrer dos anos, em um processo historiográfico, incluindo na trajetória do conceito/categoria uma perspectiva explicativa de como o sistema binário forjou, junto do sexo, uma nova forma de se pensar a própria binariedade, sendo o conceito/categoria gênero construído a partir de um mesmo sistema, a partir da binariedade.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História na área de História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Sendo aluna bolsista, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Email para contato: klesartorio22@gmail.com.

A construção das diferenças sociais, que estabelecem os papéis de gênero na sociedade ocidental, formou, a partir de quais discursos e formas de linguagem, o estabelecimento de funções e diferenças que dividem as sociedades entre homens e mulheres? Este artigo se apresenta com intuito de localizar através da historiografia, historiadoras e historiadores que se debruçam sobre estudos de gênero, sexo, sexualidade. Sob a premissa que as construções sociais são observadas nas linguagens, nos discursos, nas relações cotidianas, nas relações de poder, nas instituições e estruturas cotidianas, as discussões de discurso, performance, linguagem e o pensamento heterossexual.

Com base em autores diversos dos campos da História, Ciências Sociais e Filosofia como Joan Scott, Michel Foucault, Paul B. Preciado, Oyérónké Oyéwùmí, e outros, busco pensar a forma como a sociedade europeia moldou as categorias de sexo e gênero e as influências das construções discursivas nas sociedades afetadas pelo colonialismo. De forma breve percorro a história do sexo como categoria ampla de discussão sobre a diferença sexual e sua trajetória nos discursos da medicina e da psicanálise, observando seus impactos diretos nas relações sociais e culturais, afetando as sexualidades e contribuindo para um processo profundo de enraizamento da binariedade.

No segundo momento dedico minha atenção para os artigos de Joana Maria Pedro, Paulo Roberto Ceccarelli, José Anselmo Brasil, Flávia Rios e Edilza Sotero. Tais autores e seus respectivos textos auxiliam na elaboração sobre o conceito/categoria de gênero que emerge a partir da metade do século XX, dentro dos movimentos sociais e na academia. Momento em que o gênero passa a se afastar de categorias biológicas, acessando campos socioculturais mais amplos, incluindo as discussões dentro da interseccionalidade, pensando como países afetados pela colonialidade produzem e reproduzem as discussões

acadêmicas sobre o gênero, tendo como fundo um processo contínuo de mudança e reorganização da binariedade que não se afasta da divisão mulher/homem, sendo ainda centrada nesses pilares, busco demonstrar que a utilidade do conceito de gênero não se isenta das reproduções sistêmicas binárias e cisgêneras.

O sexo

No texto *Gênero e Pós-modernidade*, o autor José Anselmo Brasil, apresenta uma dimensão mais evidente do surgimento do conceito de gênero, o autor realiza um trabalho analítico entre as obras de Joan Scott e David Harvey, com o intuito de localizar o leitor em dois termos: o gênero e a pós-modernidade. Evidenciando que gênero como categoria de análise tal qual utilizamos, emergiu no final do século XX e se utiliza dos questionamentos surgidos da pós-modernidade. Além disso

“a questão do gênero só será explicada de forma complexa pela análise dos sistemas simbólicos, isto é, pelos modos como as sociedades representam o gênero e servem-se dele para articular as regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. É necessário perceber os poderes das ações e a influência que os símbolos, as metáforas e os conceitos exercem na definição da personalidade e da história humana” (Brasil, 1999, p. 88)

Colocado de outra maneira, os símbolos e conceitos relacionados ao gênero tem um papel muito importante na formação dos sujeitos e de suas subjetividades, de modo que esses símbolos, posturas, comportamentos e performances se tornam processos históricos, tais concepções se dão a partir das leituras de Joan Scott e Michel Foucault , publicados no século XX, e a partir de inquietações sobre essas

leituras, podemos questionar: como eram tratados os problemas das diferenças das relações sexuais e o que era gênero antes desse período? É possível observar que utilizava-se o sexo como categoria abrangente de muitos problemas, perdurando seu uso desde o medievo, sendo a partir do final do século XVIII, por um novo discurso da medicina, com o conhecimento anatômico tomando novos rumos, o sexo passar a ser localizado nas discussões biológicas, aprimorando sinônimos para explicações culturais, sociais, políticas, institucionais e estruturais para as diferenças entre homens e mulheres, através da escrita e da linguagem, a localização do sexo se dá em larga escala pelo discurso. Michel Foucault destaca em *A ordem do discurso*,

“Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 2014, p. 10).

O que descreve, escreve e discursa sobre o sexo, molda e perpetua suas organizações nas sociedades até o século XXI. A medicina, a psicologia e a própria psicanálise irão utilizar as linguagens, dos discursos da ciência para definir, categorizar e organizar quem são os sexos, dividindo seu discurso num condicionamento binário infinito. Não posso afirmar que o regime da diferença sexual surge nesse processo, no entanto, autores como Paul B, Preciado (2021), ao se debruçar sobre os estudos da Teoria Queer afirma que,

“[...] O regime de diferença sexual que vocês consideram universal e quase-metafísico, no qual toda teoria psicanalítica é baseada e articulada, não é uma realidade empírica, nem uma ordem simbólica fundadora do inconsciente. É apenas uma epistemologia dos vivos, uma cartografia anatômica, uma economia política do corpo e uma gestão coletiva das energias reprodutivas. Uma epistemologia histórica que se constrói em relação a uma taxonomia racial na época do desenvolvimento mercantil e colonial europeu, e que se cristaliza na segunda metade do século XIX” (Preciado, 2021, p. 305).

Essa cristalização não é realizada de forma pacífica, porém os jogos discursivos do poder foucaultianos auxiliam no entendimento das institucionalidades, assim como Preciado (2021), que em suas obras tensiona os limites dessas relações e formaliza novas jogadas. Nesse sentido as construções dos discursos sobre sexo, sexualidade e gênero estão em constantes embates pelas disputas de poder. Um exemplo bem localizado se encontra ainda na obra de Preciado (2021) ao relatar sobre Andrea Prader, um pediatra suíço que,

“inventou e introduziu o “Orchid Scheme” na prática do diagnóstico do gênero, também conhecido como “orquidômetro” ou “rosário endócrino”: uma paleta de 25 bolas de diferentes tamanhos que, segundo Prader, são utilizadas para medir o grau de virilizarão dos testículos de crianças pré-púberes” (2021, p. 315)

A contradição desse estudo será dita por Preciado em sua obra e eu direi neste artigo com minhas palavras: a morfologia corporal, os processos anatômicos, os estudos e distinções da diferenças biológicas sexuais dos corpos forçam e organizam todos os seus esforços para manutenção do sistema binário que limita a classifica os corpos em homens e mulheres, atribuindo à eles determinismos sociais e biológicos que organizam as instituições como a família, a religião, a política, a educação e mesmo a própria cultura, no entanto não

é capaz de admitir, mesmo em meio a suas próprias produções de evidências que não existem apenas duas formas de existirem biologicamente como homens e mulheres, insistindo na naturalização que permanentemente cria e estrutura discursos para eliminação de corpos trans, intersexo e todo e qualquer que não seja enquadrado na linguagem da binariedade.

Ainda localizando do sexo, como último apontamento, é importante compreender que a linguagem da medicina, do controle sexual através da religião e os discursos científicos e sociais, colocou sexo como um grande guarda-chuva dos problemas das diferenças entre as relações socioculturais, econômicas e políticas entre homens e mulheres, além de garantir e estruturar de forma clara e definida as funcionalidades biológicas de cada corpo e seus papéis e funções sociais. Essas funções são reproduzidas e condicionadas até o século XXI.

Os discursos não se findam apenas no sexo biológico, a sexualidade também será parte do processo de organização da binariedade, além de Michel Foucault e suas obras dedicadas a história da mesma, utilizarei um exemplo específico para proporcionar um momento de reflexão sobre sexo e sexualidade. Em *O Pensamento Hétero* de Monique Wittig de 1980, a autora segue uma discussão baseada nos discursos sobre o sexo, realizando um trabalho de explicar as relações entre o sexo e a sexualidade e a função da heterossexualidade na sociedade. Para Wittig (1980) o desejo heterosexual não é apenas um desejo, é uma construção e uma estrutura que visa aprisionar mulheres em um contrato sexual através do casamento, da reprodução e da submissão, uma forma de manutenção de uma família nuclear e uma estrutura binária. Através dos estudos feministas marxistas ela tece uma análise sobre a problemática da naturalização de homens e mulheres em que o papel da construção da família nuclear heterosexual e defende que

a dominação do opressor (homem) sobre a oprimida (mulher) deve ser destruída em sua contradição. Seu conceito de heterossexualidade se embasa no discurso e nos modelos discursivos das estruturas no mundo, para Wittig (1980) “a linguagem está ligada a um importante campo político em que o que está em jogo é o poder ou mais do que isso, uma rede de poderes, já que há uma multiplicidade de linguagens que atua constantemente sobre a realidade social” (p, 55). Portanto, as construções discursivas sobre as estruturas que organizam processos de relações sociais também se localizam em discussões sobre a sexualidade.

O gênero

O termo, sexo, passou a não caber mais nos movimentos políticos e sociais na segunda metade do século XX, nem mesmo nos estudos acadêmicos, sendo o encontro com o termo gênero - como precursor do que hoje temos conhecimento -, partindo de alguns autores. Em primeiro lugar a antropóloga Margaret Mead e sua obra *Sexo e Temperamento em Três Sociedades Primitivas* publicado em 1935 sobre as sociedades dos povos Arapesh, Tchambuli e Mundugumor. Nessa obra a autora

“afirmava que cada sociedade humana usava a diferença sexual como argumento na constituição dos papéis sociais. Entretanto, diz ela, estes usos são diferentes em cada sociedade. Ela estava, então, separando sexo – considerado como dado biológico –, do temperamento – definido pela cultura” (Pedro, 2005, 78-79).

Em segundo lugar, o psicólogo John Money e seu artigo *Hermaproditism, Gender and Precocity in Hyperadrenocorticism: A Case Study*

(1955), em seu estudo de caso que analisou uma criança hermafrodita com hiperadrenocorticismo, descrevendo distinções entre sexo biológico e gênero social, sugerindo que existem papéis de gênero na sociedade, sua obra auxiliou na popularização do termo papéis de gênero. Em terceiro lugar, segundo Joana Maria Pedro (2005), Robert Stoller, também antropólogo, em sua obra *Sex and Gender* (1968), utilizou gênero desconexo de sexo, no livro o autor discute as formas de tratamentos dados a pessoas intersexo e transexuais, ele abordava uma separação entre o sexo biológico baseado na genitália e a identidade sexual associada ao gênero. (Pedro, 2005, p. 79).

Essas três abordagens de formas diferentes passaram a influenciar e se difundir entre os pensamentos dos movimentos feministas que a partir da década de 1980 em diante, na falta de um termo que abrangesse suas lutas, buscaram por um termo novo, as feministas tinham o maior objetivo de se afastarem das palavras feminismo e mulheres, tendo em vista que as associações ao feminismo geravam um afastamento teórico e metodológico no espaço acadêmico. Gênero passou a indicar uma rejeição ao determinismo biológico, se afastando completamente do sexo. Com a apropriação nas pesquisas e academias, gênero passou a ser utilizado como sinônimo dos estudos femininos, estudos das mulheres, estudos feministas e

[...] este uso, ainda que referindo-se vagamente a certos conceitos analíticos, trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo (Scott, 1990, p. 6).

As informações citadas a partir da historiadora Joana Maria Pedro, partem de seus textos *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea* (2011); *Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das Homossexualidades no Brasil* em parceria com Elias Ferreira Veras (2014) e *Traduzindo o debate: o uso da categoria Gênero na pesquisa histórica* (2005), textos importantes para observar como a historiografia brasileira ignorou o processo de historicização dos corpos para além da generificação, para além do sistema binário e o próprio processo do estudo de gênero, fazendo apenas inclusões pontuais sobre a participação das mulheres em determinadas circunstâncias, reproduzindo a condicionante sobre os próprios estudos sobre gênero.

No Texto *Traduzindo o debate: o uso da categoria Gênero na pesquisa histórica* (2005) a autora relata que a busca por novos significados para gênero também se justificou na linguagem. Segundo Pedro (2005), a gramática na língua portuguesa e em diversas outras, seres e objetos possuem um gênero e comumente sua descrição se dá entre feminino, masculino e neutro. Com afastamento da idealização do sexo, visto que nas línguas, às gramáticas possuem gêneros e não sexo, o esforço dos

“movimentos feministas e de mulheres [...] buscavam, desta forma, reforçar a ideia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas sim eram definidos pelo “gênero” e, portanto, ligadas à cultura” (Pedro, 2005, p. 78).

Já em seu texto *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea* (2011) a autora reitera que:

“Já sabemos quanto o feminismo, o movimento de mulheres e o de gays e lésbicas têm contribuído para que as reflexões sobre gênero sejam implementadas de forma interdisciplinar. O campo historiográfico, entretanto, tem sido um dos mais resistentes. A acusação de ser uma “história militante”, portanto, não “científica”, continua a assombrar, mesmo quando há muito já se abandonou a certeza da neutralidade. É ainda interessante refletir como, da mesma forma, outras categorias como “classe”, “raça/etnia”, “geração” também são tributárias de movimentos sociais e, obviamente, ligadas a contextos específicos; no entanto, não parecem sofrer a mesma “desconfiança” e desqualificação” (2011, p. 270).

Anselmo Brasil (1999) exemplifica o esforço teórico e acadêmico em teorizar o gênero, segundo o autor o primeiro passo foi um empenho dos movimentos feministas em explicar o patriarcado - que não se deslocou para muito longe de um binarismo biológico universal imutável -, localizando uma dominação centrada no trabalho reprodutivo; o segundo passo foi do feminismo marxista que utilizou o patriarcado e o capitalismo,

“as feministas inglesas e americanas que trabalharam com o quadro marxista encontraram muitas dificuldades, porque no interior do próprio marxismo o conceito de gênero, durante muito tempo, foi tratado como secundário e subproduto das estruturas econômicas, totalmente relegado ao segundo plano” (Brasil, 1999, p. 87).

Para o autor, essas e outras formas de teorizar o gênero, se reduzem aos espaços familiares e domésticos, o que Oyèrónké Oyéwùmí (2004), socióloga nigeriana, vai localizar como o problema ocidental norte americano e europeu, em que as teorizações do gênero estão intimamente enraizadas sobre a família nuclear

“apesar do fato de que o feminismo tornou-se global, é a família nuclear ocidental que fornece o fundamento para grande parte da

teoria feminista. Assim, os três conceitos centrais que têm sido os pilares do feminismo, mulher, gênero e sororidade, são apenas inteligíveis com atenção cautelosa à família nuclear da qual emergiram” (Oyéwùmí, 2004, p. 3).

As afirmações de Oyéwùmí permitem novos passos na construção do gênero, seu trabalho sobre *A invenção das mulheres* (2021), publicado em 1997, analisa um povoado no sudoeste da Nigéria que possuía sua própria língua, signos, significados e significantes. Não havia simbologias generificadas até o processo de colonização, o que nos permite questionar que o gênero como conceito analítico estabelecido pelos estudos de Joan Scott, poderia não existir no período de colonização africana pelos ingleses, porém o significante da estrutura binária que generifica as relações sociais e culturais em estruturas definidas de diferenças nas relações de sexo e gênero, existiam. Como e por que essas estruturas foram constituídas nas sociedades ocidentais de maneiras a exaltar uma binariedade sem fim? Como o gênero se tornou o que é no século XX e no século XXI?

Voltarei um tópico para relacionar os questionamentos. Quando Paulo Roberto Ceccarelli (2019) afirma que “o conceito de gênero não foi inventado pelo feminismo, mas criado e desenvolvido pelos médicos [...] primeira metade do século XX” (Ceccarelli, 2019, p. 21), seguindo seu argumento, que a universalização do conceito gênero possui diversos pontos de partida teóricos e sempre ocidentalizados, exclui todo corpo e todo sujeito que não estão aptos a fornecer à sociedade o modelo universalizado de família nuclear, de mulheres e de homens sempre atracados na binariedade cisgênera e sistêmica.

O processo do gênero como uma categoria útil de análise, após todo o processo histórico até o momento relatado é contemplado na His-

tória por Joan Scott, a historiadora afirma que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (1990, p. 21), o que significa que as formas relacionais linguísticos, sociais, políticos, educacionais, artísticos, religiosos e outros, estão ligados às representações de poder, o que nos permite retornar aos estudos de Oyewùmí (2004), uma vez que a colonialidade e as relações colonizador-colonizado se encontram nas representações de poder, toda e qualquer diferença, seja ela ocidentalizada ou não, serão abarcado pelas relações de poder. Nessa estrutura colonial o sujeito precisa encontrar maneiras de sobreviver às condições estabelecidas e as relações de gênero serão reestruturadas. Ou seja, ao pensar sobre gênero, seu surgimento, suas implicações, não é possível desvincular as interseccionalidades que vem com o mesmo. Países colonizados pelo centro europeu não podem desassociar as implicações do colonialismo e do sistema racista de suas construções sociais de gênero, sendo necessário não ignorar o fato que gênero faz parte de uma construção sócio estrutural datada.

A partir dessas concepções introduzo brevemente o conceito de interseccionalidade abordado por Flávia Rios e Edilza Sotero no texto *Gênero em perspectiva interseccional* (2019), as autoras articulam como o termo tem sido utilizado no Brasil e na América Latina dentro das Ciências Sociais e nos cabe quando suas contribuições dizem

“No contexto mais amplo da América Latina, o debate da interseccionalidade encontra no diálogo com as teorias decoloniais, especialmente em sua interface com o pensamento feminista, espaços para a produção de reflexões que consideram aspectos estruturais e dinâmicos da colonialidade do poder associados aos eixos de opressão (Bernardino-Costa, 2015). Apoiadas na crítica à colonialidade, autoras como Ochy Curiel (2017)1 propõem interrogar os processos

de produção das estruturas de opressão do sistema-mundo colonial” (2019, p.

Reforçando as contribuições realizadas até o momento, compreendendo que o sistema de gênero não está desconexo de outras categorias sociais e históricas. Esse debate não se faz novo, me utilizo do mesmo para reforçar sua existência e importância nas discussões sobre sexo e gênero e como os processos de colonialidades também estão incrustados nas suas produções e nos discursos construtivos sobre o mesmo.

Essas afirmações e organizações dos pensamentos, estudos e pesquisas dos autores relacionados neste artigo, demonstram que o gênero é construído socialmente, porém de forma localizada. Ele, no entanto, mesmo em suas diversas formas não escapa dos problemas subjetivos das sociedades em que se constrói e suas estruturas não se desconectam para tão longe dos regimes das diferenças sexuais, do sistema de binariedade cíclico.

Tais análises são úteis para compreender que mesmo que ele seja uma estrutura de duas partes, como nos coloca Scott, ele não é isento da constante permanência do sistema binário. Preciado (2021) nos auxilia nesse ponto, ele diz “nos próximos anos, teremos que desenvolver coletivamente uma epistemologia capaz de responder pela multiplicidade radical dos vivos e que não reduza o corpo à sua força reprodutiva heterossexual, que não legitime a violência heteropatriarcal e colonial” (2021, p. 324), essa nova construção epistemológica acompanha as mudanças dos processos de representações do poder, que em conjunto alteram as observações e conceitualizações sobre o gênero.

Conclusão

Por conclusão cito algumas historiadoras e pesquisadoras de gênero citadas nas obras de Joana M. Pedro, e outras levantadas por mim, que produzem discussões sobre gênero para além dessas disputas. Como Eni de Mesquita Samara, Rachel Soihet, Maria Izilda Santos de Matos, Mônica Raisa Schpun, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Cristiani Bereta da Silva, Maria da Glória de Oliveira, Carla Bassanezi Pinsk.

Como nos ensina Preciado (2021), se faz necessário olhar para os conceitos e entendê-los para além da lógica da binariedade, sendo possível questionar sem deslegitimar e sim incluir novas perspectivas sobre as construções epistemológicas. Narrativas e discursos podem ser reconstruídos, o papel de historiadoras e historiadores que buscam compreender e estudar o gênero e suas implicações devem levar em consideração de onde partem e localizar seus discursos de modo a compreender que a universalização do gênero também é localizada, assim como o sexo e a sexualidade que também foram e são construídas a partir de uma esfera binária e localizada.

Referências

- BRASIL, José A. N. **Gênero e Pós-modernidade**. Cadernos de Campo, nº 5. 1999, p. 77-93.
- CECCARELLI, Paulo R. As Leituras Contemporâneas de Gênero e suas Repercussões nas Organizações Familiares. In: CECARELLI, Paulo R. (org.). **Psicanálise, sexualidade e gênero: um debate em construção**. Editora: Zagodoni, 2019, p. 17-28.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no

College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.
Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 2014.

OYĚWÙMÍ, Oyérónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas.** Tradução: Juliana Araújo Lopes. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8.

PEDRO, Joana M. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270-283.

PEDRO, Joana M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, N.1, p. 77-98, 2005.

PRECIADO, Paul B. Eu sou o monstro que vos fala. **Cadernos PET Filosofia**, Curitiba, v.22, n.1, 2021 (2022), pp. 278-331.

RIOS, Flávia. SOTERO, Edilza. Gênero em perspectiva interseccional. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.26.1, 2019, p.1-10.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.16, n. 20, p. 5-22, jul. / dez., 1990.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n.13, p. 90 – 109, set./dez. 2014.

WITTIG, Monique. **O Pensamento Hetero e outros ensaios.** Tradução: Maíra Mendes Galvão. 1 ED. – Belo Horizonte, MG. Autêntica, 2022.

A objetificação do corpo feminino na arte surrealista: um olhar para as fotografias de Man Ray

Larissa Rodrigues Sathler¹

Introdução

A inscrição do corpo como objeto de investigação histórica é recente e se deve à busca da Nova História em se tornar mais científica, aproximando-se de outras áreas da Ciência. Por muito tempo, a história tradicional foi “desencarnada”. Mesmo que interessados em compreender a vida dos homens e, de vez em quando, a das mulheres, os historiadores não levavam em consideração os corpos humanos, os lugares que ocupavam no imaginário social e suas representações (Escudero, 2007, p. 142).

As razões precisas para a constituição do corpo enquanto objeto da história devem-se ao fato de que os historiadores são indivíduos que

1 Doutoranda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e membra do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir/ES). Atualmente desenvolve a pesquisa *Corpo, espaço e disciplina na Antiguidade Tardia: João Cassiano e a formação de monges perfeitos nas Gálias (Séc. V)*, sob a orientação do Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva e com o auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes). Este trabalho é fruto da disciplina “Tópicos Especiais I: Arte Moderna”, ministrada pela Profª Dra. Almerinda da Silva Lopes no curso de doutorado do PPGHIS/Ufes, realizada pela autora durante o segundo semestre de 2022. E-mail: lary.sath@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1059-1361>.

não estão aquém dos grupos da sociedade em que vivem. Portanto, mesmo quando julgam seus questionamentos como “puramente” históricos, ainda assim suas indagações sempre estarão impregnadas dos problemas de seu tempo (Prost, 2009, p. 84). Dessa forma, se outrora a curiosidade e a vontade de tudo explorar sobre o corpo coube à relação físico-psíquica (Del Priore, 1994, p. 50), hoje, as variações na forma de representá-lo ou imaginá-lo segundo a etnia, a categoria social, o aborto, a deficiência, a identidade, a alteridade, a sexualidade ou o gênero, dentre outros, disponibilizam uma gama de questões para investigá-lo.

Interessante notar que todos os hábitos desprendidos ao corpo, seja na atualidade ou em qualquer outra época histórica, revelam que ele é expressão da sociedade e dos modos de vida cotidianos. Os padrões que qualificam os corpos como normais e, por isso, aceitos, são representações da organização social na qual os indivíduos se inserem (Douglas, 1976). Em outros termos, o corpo porta em si a marca da vida social, compondo sempre uma representação da sociedade. Na Grécia Antiga, por exemplo, a representação dos corpos contrastava fortes e fracos, honra e vergonha. O próprio Platão em suas *Leis* enfatiza que uma boa educação exige a capacidade de proporcionar ao corpo e à alma toda a beleza e excelência possíveis (Lessa, 2018, 76-7). Sobre a beleza, na arte popular, deuses, atletas e heróis gregos são representados com os corpos belos e formosos. Sem dúvida uma idealização daquela sociedade, já que seria impossível que todos os gregos compartilhassem de um físico igualmente belo (Lessa, 2018, p. 78).

Posto isto, devemos considerar que desde o século passado busca-se superar esse “esquecimento” do corpo na História. Como afirmou Escudero (2007, p. 143), desde a pintura e a literatura, a fotografia e

a escultura até a sociologia e a filosofia, podemos perceber diferentes maneiras pelas quais busca-se reivindicar, estudar, analisar, fundamentar e compreender o papel do corpo como espaço e agente do processo de civilização, levando sempre em consideração suas mudanças e alterações dentro de uma ordem simbólica.

Nas Artes Visuais, o pensamento pós-moderno e as diversas teorias feministas providenciaram uma revisão dos modos de representação do corpo. Aqui, ele deixou de ser percebido como um mero objeto de contemplação visual, um elemento material e passivo, para se tornar uma plataforma artística, um espaço de inscrição de condutas sexuais e sociais resultantes das disputas de poder. Nessa conjuntura, a fotografia tem um importante papel visto que contribui de maneira significativa para configurar nossas concepções de corpo, além de nos permitir refletir sobre o controle social ao qual o corpo está submetido. Como mencionou Annateresa Fabris (2009, p. 417), a percepção da força inegável da fotografia, a possibilidade que ela tem de atingir o imaginário social “tem servido de alimento para muitos artistas contemporâneos interessados em colocar a problemática do corpo no centro de uma reflexão, ora sistemática, ora esporádica”.

Tendo em vista a importância que as representações fotográficas do corpo ocuparam nestas redes de relações de poder que estruturam a sociedade, especialmente as relações de gênero, nosso interesse consiste em perceber o lugar ocupado pelo corpo feminino na arte surrealista e, para isso, voltamos nossa investigação para os trabalhos de Man Ray (1890-1976), fotógrafo de moda que fez da mulher um dos maiores temas de exploração.

Surrealismo e o corpo feminino

A arte moderna não advém da evolução, mas da “ruptura” em relação à arte do século XIX. Contudo, não se trata de uma mera ruptura estética, mas de uma série de razões históricas e ideológicas, em especial, da quebra da unidade espiritual e cultural do século XIX. Neste período, Paris era reconhecida como a capital das artes e das novas ideias políticas, além de abrigar artistas democráticos de todas as partes que queriam renovar e criar uma arte nova (De Micheli, 1984, 27).

Ao menos desde a Revolução Francesa (1789), época em que a burguesia buscava hegemonia política, o transcurso de consolidação do capitalismo moderno acarretou a elaboração de inúmeras teorias acerca do caráter libertador do progresso e da razão. Em outros termos, esse avanço do capitalismo e do mundo moderno impulsionou uma série de discursos filosóficos sobre a modernidade que visava a consolidação da sociedade burguesa. Todavia, não tardou para que os limites desse progresso fossem revelados. Aqui, o suposto “futuro radiante”, o enaltecimento da modernidade industrial, não podia mais dissimular seu caráter estruturalmente desigual (Querido, 2011, p. 82).

De acordo com Di Micheli (1984, p. 17-20), as ideias liberais, anarquistas e socialistas impulsionaram os intelectuais do século XIX: “no curso do movimento revolucionário burguês, a pressão das forças populares [...] é captada pelos intelectuais como um elemento decisivo da história moderna”. Aqui, a arte e a literatura passaram a ser vistas como “espelho desta realidade, uma expressão ativa do povo”. Para Querido (2011, p. 83), foi no contexto de consolidação da modernidade burguesa, em especial sob o impacto das revoluções de 1848, que emerge, na França, uma “modernidade estética e literária crítica, quando não anti-burguesa, cujo horizonte é precisamente a tentativa

de se separar do espírito dominante do século XIX”.

No século XX, o progresso que marcou um novo estágio da história do capitalismo estimulou o aparecimento de novas manifestações críticas. A Primeira Guerra Mundial pode ser considerada um marco neste processo, já que expressa, em todas as proporções, o lado mais destrutivo da sociedade capitalista-moderna. Nessa conjuntura, movimentos socioculturais como o dadaísmo e, em especial, o surrealismo surgem revitalizando a recusa e a crítica radical da civilização moderna.

Em seus primeiros anos, o surrealismo era inseparável de Paris. Paris é o berço do surrealismo, diferente do dadaísmo, cuja fundação se dá em Zurich, no ano de 1916, e, somente mais tarde, com a chegada de Tzara em Paris, se difunde pela capital da França. Segundo Neves (2020, p. 235), a Paris da década de 1920 é uma “cidade moderna paradigmática, mas já envelhecida na época do automóvel”. É uma cidade do comércio, da mercadoria e da moda, com suas vitrines e manequins fotografados por Brassai e Atget. Em resumo, é um lugar de livre circulação de multidões anônimas, veículos e mercadorias. O artista moderno, por sua vez, é aquele que constrói sua arte a partir do tráfego urbano, das inúmeras experiências e do caos da vida metropolitana (Neves, 2020, p. 235-36).

Apesar de inaugurar uma nova fisionomia, muitos dos posicionamentos, gestos, o sentido geral de sua rebeldia e os métodos provocadores do surrealismo se revelam parecidos com o do dadaísmo. Inclusive, tal como o dadaísmo, o surrealismo não se apresentou como uma escola literária ou artística. Posto isto, podemos dizer que a grande diferença é que, com apoio na filosofia e na psicologia, o surrealismo pretendia uma solução que fosse possível de realizar a fim de garantir

a liberdade do homem (Di Micheli, 1984, p. 181-82).

Na visão de Breton (1924), é por meio da psicologia que o surrealismo busca dar uma base científica às investigações sobre a origem e as mutações das imagens ideológicas. Isso justificaria a particular importância dada à psicologia do processo do sonho, tal como Freud elucidou. Nesse caso, as técnicas terapêuticas desenvolvidas por Freud deveriam ser utilizadas a fim de “libertar a imaginação”, isto é, elas compunham um caminho pelo qual o artista poderia alcançar a liberação total do espírito e de tudo o que se assemelha a ele (Carvalho; Caleiro, 2011, p. 4).

Um ponto importante sobre isso é o fato de que os tipos de objetos inventados pelos surrealistas são numerosos e possuíam diversas origens, entre elas, a afetiva, a onírica, a fantástica-experimental e a de origem hipnagógica. Em geral, os objetos surrealistas são híbridos e escapam de preocupações formais e, embora o surrealismo não tenha sido um movimento homogêneo, seus objetos tinham a psicologia como ponto de coesão, mais especificamente a simbologia sexual, de gosto sádico e freudiano, que visava estimular a imaginação erótica (Di Micheli, 1984, p. 193).

De fato, o aspecto sexual era um ponto significativo para os surrealistas e, nesse cenário, a mulher foi representada mais próxima da “loucura” e do “inconsciente” do que os homens. Logo, a mulher era, ao mesmo tempo, a “musa” e o “outro” (Carvalho; Caleiro, 2011, p. 04). De acordo com Caballero Guiral (1995, p. 87), no surrealismo, a mulher seguiu sendo um objeto de desejo para o homem, uma imagem moldada segundo o capricho masculino, o ser inspirador do artista, o objeto cujo caráter é dado como um elemento resultante da natureza: “a irracionalidade, a beleza, o caráter inóspito, as grandes dificuldades

que o ser humano encontra para dominar a natureza, adquirem, em inúmeras ocasiões, traços tipicamente femininos”.

Na aproximação entre a moda e o surrealismo, por exemplo, o corpo feminino se tornou objeto das deformações do vestuário e das fantasias fetichistas e sádicas dos artistas surrealistas. A respeito disso, Neves (2020) defende a hipótese de que o tratamento dado ao corpo da mulher, pelo vestuário do século XIX, é retomado e reelaborado por alguns artistas surrealistas em trabalhos indicadores de representações patriarciais. Por outro lado, existia nestes artistas o impulso em inventar a mulher da moda como um ser compósito, cujo corpo é marcado pela imbricação erótica entre o orgânico e o inorgânico (corpo e objeto), matéria animada e inanimada, tal como podemos observar nos usos e representações que os surrealistas fizeram dos manequins: corpo humano e, amiúde corpo feminino, que mais poderosamente simboliza para o movimento *sex-appeal* do inorgânico e que reaparece sob a forma de mercadoria, erotizado e disponível (Neves, 2020, p. 240).

Nas fotografias de Man Ray, os manequins aparecem com frequência.² Não raro, em suas obras, os manequins surgem vestidos e em poses realistas, tal como modelos de moda. Outras vezes, Man Ray se valeu da combinação com mulheres vivas, fosse para somar ou substituir partes do corpo. Sobre isso, é importante ressaltar que o surrealismo foi utilizado por diversos fotógrafos de moda, como é o caso do próprio Man Ray, Cecil Beaton e Hosrt P. Horst. De

2 Além de Man Ray, outros artistas como Salvador Dalí, Duchamp, Max Ernst e Miró também se voltaram para o uso de manequins em seus trabalhos. A obra *Les Plus Belles rues de Paris*, que consiste na apresentação de 16 manequins criados por estes artistas, foi apresentada na Exposição Surrealista de 1938. Esta obra, que se encontrava exposta no corredor de entrada do prédio, é um exemplo robusto de como o corpo feminino era apresentado na arte surrealista e a sua relação com o movimento da moda.

fato, isso era algo esperado visto que os artistas surrealistas haviam manifestado, desde a fundação do movimento, a utilização de todo tipo de materiais e texturas, a aceitação do elemento mecânico e a inclusão, em suas fileiras, dos fotógrafos e suas produções. Daí o surrealismo e a fotografia de moda se conectarem bem, pois, da mesma maneira que qualquer outra obra surrealista, a fotografia de moda produz imagens que se distanciam da realidade para provocar sonhos e ilusões nos espectadores (González-Valerio; Barreiro Gordillo, 2018, p. 89).³

Segundo Pulla González (2015), o processo de criação fotográfica para além de ser formado pelo “momento de fotografar” e pelo “momento do laboratório”, é construído também pelo “momento posto em cena”, ou melhor, do desenho da “pose” do modelo ou da disposição do objeto que se irá fotografar. Quando nos aproximamos da questão do corpo na arte surrealista, o âmbito da fotografia “posta em cena” é o mais revelador, segundo o autor. Esse tipo de fotografia encenada se constrói com modelos humanos e objetos, muitos deles fabricados pelo próprio artista. Nesse modelo de produção, destacam-se fotógrafos como Man Ray, Roger Parry, Maurice Tabard, Hans Bellmer, Raoul Ubac, Jacques-André Boiffard, parte das imagens de André Kertész e Brassai, além de alguns experimentos do próprio Breton (Pulla González, 2015, p. 5).

Convém destacar que, na encenação surrealista, a nudez do corpo feminino teve um papel de destaque e foi amiúde dotado de alta carga sexual e conteúdo escatológico:

³ De acordo com González-Valerio e Barreiro Gordillo (2018, p. 89), revistas como a *Vogue* ou a *Haper's Bazaar* foram importantes para popularizar o surrealismo, lembrando que estas revistas portavam em si a representação do “moderno”, além de serem muito apropriadas porque chamavam a atenção.

Esta [a mulher], no geral, só tem presença no seio do surrealismo como secretária ou como amante (a esposa e a mãe são figuras irrelevantes no movimento), lhe sendo atribuído neste segundo caso (a amante) funções estereotipadas relacionadas com o oculto (médium), a natureza [...], a histeria e a psicose, a beleza convulsiva, o maravilhoso e o azar objetivo (Pulla González, 2015, p. 6).

Em resumo, na obra surrealista, o papel atribuído à mulher é sobretudo passivo. A mulher aparece, frequentemente, como tema das obras artísticas, mas apenas quando cumpre uma função subsidiária aos desejos do próprio artista. Nesse caso, ela é musa, fonte de inspiração e de prazer, mais que isso, o uso de seu corpo gira em torno da utilidade que ele teria para um criador masculino.

Para Díaz Rodríguez (2021, p. 27-28), a discriminação de sexos tem outras formas de manifestação na arte surrealista. Por um lado, salvo quando vem acompanhado de uma figura masculina, nas telas surrealistas, o corpo feminino aparece, frequentemente, destroçado, mutilado e nunca completo. Por outro lado, alguns artistas do movimento surrealista mantiveram relações com mulheres, também artistas, que vão além da arte. Nesse caso, o corpo feminino perde sua condição de sujeito-ativo-criador para se tornar objeto-passivo-observado dispondendo de grande dificuldade para retornar à primeira condição. Como apontou a autora, Jacqueline Lamba, Dora Maar, Leonora Carrington, Kay Sage e Remedios Varo são exemplos de mulheres cujos méritos pessoais foram esquecidos à medida que foram reduzidas ao título de “parceira de” André Bretón, Pablo Picasso, Max Ernst, Yves Tanguy e Benjamin Péret, respectivamente. Sendo assim, poucas mulheres conseguiram subverter sua condição, como foi o caso de Elizabeth Miller, ex-companheira de Man Ray, que viu sua carreira decolar após a separação do casal, embora o qualificativo

de ex-musa, ex-amante e ex-modelo a tenha acompanhado em toda sua trajetória (Díaz Rodriguez, 2021, p. 31).

As mulheres nas fotografias de Man Ray

Emmanuel Radnitzky nasceu em 1890, na Filadélfia, e morreu em Paris, na sua casa de Montparnasse, aos 86 anos. Em 1911, foi lançado na cena artística de Nova Iorque e passou a frequentar a galeria de Alfred Stieglitz, “291”, o que lhe facilitou o acesso aos artistas vanguardistas na cidade. Foi nesta época que Emmanuel entrou em contato com os trabalhos de Duchamp e Picabia. Tal fator permitiu que o artista experimentasse novas técnicas e circunvagasse entre as artes. Nesse período, as novidades promovidas pelo cubismo viabilizaram a execução de sua primeira pintura, *Retrato de Alfred Stieglitz*, estimulado por este movimento (Dehò, 2007).

Em 1914, Emmanuel se casou com Adon Lacroix, poeta belga conhecida também como Donna Lecur. Quando se mudaram para Nova Jersey, Emmanuel já havia adotado o nome que acompanhou sua fama: Man Ray. Em 1915, começou a usar a câmera e apresentou seu trabalho na exposição *Movimento Moderno na Arte Americana*, onde conheceu Marcel Duchamp. Em 1919, após se separar de Adon Lacroix, Ray se aproximou de Duchamp e, no ano de 1921, publicaram juntos o único número da revista *New York Dada*, na qual apareceu a fotografia do alter ego de Duchamp, Rose Sélavy, produzida por Ray (Dehò, 2007).

A crítica que recebeu após essa publicação decepcionou o fotógrafo que declarou que o “Dadá não pode existir em Nova Iorque”. Após este acontecimento, Ray partiu para Paris com Duchamp, responsável por introduzi-lo aos artistas de vanguarda da cidade. Em Paris,

Ray fez sua primeira *radiografia* e se converteu em um fotógrafo de moda. Durante esses anos, importantes revistas de moda, como é o caso da *Vogue* e da *Harper's Bazaar*, publicaram regularmente as suas fotos (Dehò, 2007).

Estabelecido na Europa, Ray entrou em contato com André Bretón e o surrealismo. Em 1925, se apresentou na Galeria Pierre, durante a primeira exibição surrealista, na companhia de Jean Arp, Max Ernst, André Masson, Joan Miró e Pablo Picasso. Nessa época, ele namorava a modelo Kiki de Montparnasse.

Mais tarde, em 1929, iniciou um relacionamento com Lee Miller, modelo que, como dissemos, se converteu em fotógrafa (Dehò, 2007). De acordo com Díaz Rodríguez (2021, p. 31), a separação do casal fez com que Ray se apropiasse de ideias e técnicas pertencentes a Miller, mais especificamente a *solarização* ou Efeito Sabattier, embora a dominação patriarcal tenha reconhecido Ray como seu inventor.

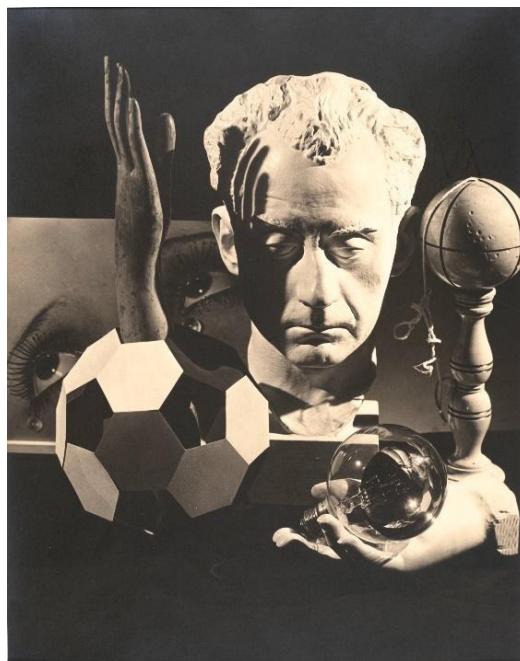
Em 1940, Ray se estabeleceu em Los Angeles junto à sua nova companheira, Juliet Browne. Dez anos mais tarde, em 1951, regressou a Paris e começou a trabalhar com fotografias de cor. Nessa época, o artista ganhou o prêmio fotográfico na Bienal de Veneza.

Pela sua vivência profissional, é muito difícil definir e classificar a arte de Man Ray em um único movimento de vanguarda. Todavia, há certas técnicas usadas pelo artista que são correntes na arte surrealista, dentre elas, o uso criativo do efeito Sabattier (a solarização), o fotograma (raiograma), o uso de colagem, a mescla entre fotografia, desenho e pintura, as distorções, entre outras. Inclusive, foi Man Ray que introduziu o *ready made*, técnica originalmente dadaísta, na fotografia surrealista (Pulla González, 2015, p. 7).

Em Ray, também podemos observar o uso de alguns elementos que

são típicos da arte surrealista, como é o caso da presença da luva e do busto que remete à Grécia e à Roma Antigas (Imagen 01), tão comum em obras dos artistas surrealistas. Além da própria aleatoriedade que marca estes trabalhos.

Imagen 01 — Man Ray (1933). *Sem título*. Fotografia. Impressão de gelatina em prata. .



Fonte: <https://www.sfmoma.org/artwork/80.344/>

No que se refere à mulher, como apontamos no decorrer do texto, o corpo feminino está presente em inúmeras fotografias de Man Ray. Aqui, a nudez feminina teve um papel de destaque e, à mesma maneira que outros artistas surrealistas, a mulher foi dotada de erotismo,

se constituindo enquanto musa, fonte de prazer e objeto passivo e útil ao artista.

De acordo com Pulla González (2015, p. 7), embora a sexualidade e o erotismo feminino sejam traços corriqueiros em Ray, o artista segue uma tendência na qual o corpo feminino é representando como portador de uma natureza mais lírica e mais próximo de um ideal de delicadeza vitoriana, diferentemente dos trabalhos de Hans Bellmer e Raoul Ubac, cuja estética se aproxima mais da pornografia e do sadismo.

De fato, na obra *Le Violon d'Ingres* (Imagen 02), publicada pela primeira vez na revista *Littérature*, em 1924, não encontramos uma imagem sádica ou demasiadamente reveladora, mas um corpo feminino que porta em si uma mescla de inocência e pecado (Dehò, 2007). Nesta obra, Man Ray fotografou Kiki de Montparnasse nua até abaixo da cintura e de costas para o espectador. Sua cabeça, ornada por um turbante, se encontra ligeiramente ladeada e seu corpo é marcado por dois *f-holes* cujo objetivo é evocar no receptor a ideia de que o corpo feminino se assemelha a um instrumento musical, de som suave e formas elegantes, sinuosas e redondas.

Imagen 02 — Man Ray (1924). *Le Violon d'Ingres*. Fotografia. Impressão de gelatina em prata.



Fonte: <https://www.getty.edu/art/collection/object/104E4A>

Como podemos perceber a obra carrega em si a contradição de objetificar, através da sensualidade e erotismo, e também valorizar a mulher, através da exaltação da forma feminina. O próprio título da obra sugere que, enquanto tocar violino era o passatempo de Jean-Auguste-Dominique Ingres, uma vez que *Le Violon d'Ingres* é uma expressão francesa que significa “hobby/passatempo” (Dehò, 2007), brincar com o corpo de Kiki era um entretenimento para Man Ray. A este respeito, podemos afirmar que o corpo feminino foi transformado em um instrumento musical para ser tocado/acariciado por mãos inteligentes e hábeis e, ainda que estejamos diante de uma obra

executada com maestria, nela, a mulher não é capaz de escapar do destino que os surrealistas davam à mulher: objeto (Caballero Guiral, 1995, P. 85).

Esse jogo metamórfico surrealista, marcado pela transformação do corpo feminino em objeto, pode ser observado em outras obras de Ray. Como fotógrafo de moda, é possível observar em alguns de seus trabalhos, principalmente aqueles em que o artista fez uso de manequins, o acoplamento do corpo vivo ao mundo inorgânico, tal como vemos na Imagem 03.

Imagen 03 — Man Ray (1933). *Sem título*. Impressão de gelatina em prata.



<https://www.sfmoma.org/artwork/80.348/>

A imagem acima foi produzida em 1933 e é um dentre tantos trabalhos comerciais que Ray prestou a uma revista de moda. Nela, a mo-

delo Elizabeth Arden se posiciona atrás do tronco de um manequim que se encontra nu e sem braços. A cabeça da modelo é acoplada à extremidade do pescoço do manequim de maneira levemente inclinada para o lado. A fim de intrigar ainda mais o observador, a modelo veste uma roupa preta que cobre seus braços por inteiro e também o seu pescoço, que desaparece no fundo preto do cenário, causando a ilusão de que sua cabeça não está ligada ao seu próprio corpo, mas sim ao corpo do manequim. Nesta obra, temos uma amostra exemplar de como a articulação erótica entre orgânico e inorgânico, corpo e objeto, se apresenta nas fotografias de Man Ray. Mais que isso, a imagem revela, mais uma vez, como o artista se adequava ao jogo metamórfico, tão típico na arte surrealista, cujo principal protagonista é justamente o corpo feminino.

Outro exemplo de como o corpo feminino é reinventado na arte surrealista e transformado em um manequim ornado ao gosto do artista é o conjunto de fotografias que Ray registrou no Pavilhão da Elegância, da Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, ocorrida em Paris, no ano de 1925. Nestas fotografias, manequins de cera aparecem de pernas cruzadas e em outras posições bem realistas (Imagen 04), provocando uma sensação inquietante e de estranhamento no receptor das imagens.

Imagen 04 — Man Ray (1925). Pavilhão da Elegância. Impressão de gelatina em prata.



Fonte: <https://artsandculture.google.com/asset/pavilh%C3%A3o-da-eleg%C3%A2ncia-man-ray/3QEF7oijjB1K5g>

As poses realistas dos manequins somadas ao emprego de cenários artificiais, de uma iluminação dramática, do jogo de ângulos e proporções e da utilização de técnicas de revelação como a solarização fizeram com que as fotos de moda produzidas por Ray estabelecessem relações entre o real e o imaginário, bem como elaborassem estereótipos acerca das mulheres. Além disso, a suntuosidade das vestimentas dos manequins permite deduzir que estamos diante de um retrato da sociedade, embora esta seja uma sociedade desumanizada, formada por corpos sólidos como o mármore e permeada pelo imaginário masculino.

Ainda sobre os manequins, convém ressaltar que, no movimento surrealista, seus corpos lisos e fechados se convertem em figura do

fetiche (Neves, 2020, p. 243; Parejo, 2017, p. 145). O surgimento do fetichismo, no sentido freudiano, advém da descoberta da diferença sexual por meninos na infância. A rejeição dessa diferença, isto é, da ausência no pênis na mulher, é compensada por fetiche que, segundo a ótica psicanalítica, representam substitutos para o falo ausente na mãe. Nesse caso,

[...] um fetiche pode ser um objeto fora do corpo – uma peça de roupa ou um acessório – ou mesmo uma parte do corpo, contanto que ela seja demarcada ou separada do resto, tornada autônoma – uma possibilidade sempre presente em manequins desmontáveis, mas também lograda pelos cortes do enquadramento fotográfico. Também o uso de maquiagens e adereços [...] presta-se à função fetichizante (Neves, 2020, p. 243).

Uma vez que o fetiche é algo ligado ao simbólico, à fantasia e ao imaginário, não causa espanto o fato da fotografia de moda se apropriar dele para representar o desejo, a luxúria e o glamour. Na medida que o corpo feminino tem, nestas imagens, a função de objeto, logo ele se torna fetiche também (Ourofino, 2015, p. 226). Como observou Neves (2020, p. 242), o glamour das imagens de Ray está inextricavelmente ligado aos expedientes surrealistas de idealização fetichista do corpo feminino, isto é, na transformação da mulher em objeto de desejo.

Por fim, outra obra que perpetua o proceder surrealista para com a mulher é a obra *Objet de destruction* de Man Ray (1923).⁴ Neste *readymade*, a ponta de um metrônomo de base comum contém o recorte fotográfico do olho de Lee Miller, ex-companheira de Ray (Imagen 05). Pelo título da obra, Díaz Rodríguez (2021, p. 31) considera este

4 Para este trabalho, utilizamos a imagem da réplica de 1963, feita também pelo artista e intitulada *Indestructible Object*.

trabalho um contra-ataque de Ray à Miller, uma reiteração visual de sua dor, após o fim do relacionamento.

Imagen 05 — *Readymade* por Man Ray (c. 1963). Réplica do *Object to be destroyed* intitulada *Indestructible Object*.



Fonte: <https://veryimportantlot.com/en/lot/view/man-ray-indestructible-object-objet-a-detruire-655407>

Object to be destroyed foi publicada pela primeira vez, em formato de desenho, no ano de 1932, na revista *This Quarter*. A imagem foi divulgada acompanhada dos seguintes dizeres:

Recorte o olho de uma fotografia de alguém que foi amado, mas não é mais visto. Anexe o olho ao pêndulo de um metrônomo e regule o peso para atingir o ritmo desejado. Continue até o limite da resistência. Com um martelo certeiro, tente destruir o conjunto com um único golpe.

Como vemos na figura acima, o olho de Lee, separado de seu corpo, é acompanhado do balancear do pêndulo do metrônomo com o intuito de representar um amor que devora, enfeitiça e que precisa ser destruído. Em todo caso, o que temos aqui é, novamente, a mulher, ainda que fracionada, sendo usada como musa, um objeto a ser manuseado em função do gosto e da imaginação do criador masculino (Díaz Rodríguez, 2021, p. 33).

Conclusão

A idealização dos corpos sempre variou de acordo com o contexto social e, em grande parcela, se dá por intermédio da arte visual. Daí o corpo, este espaço de criações e transformações de significados que constroem a identidade individual e social, ser amiúde representado na História da Arte.

No campo da arte ocidental, o corpo feminino foi e continua sendo transgredido de inúmeras maneiras. Uma variedade de representações revela os diversos papéis simbólicos que lhes foram conferidos no decorrer do tempo. Quando se envolve a mulher na arte, não raro, existe um apelo intenso às suas funções sexuais e reprodutivas. Sendo assim, ao mesmo tempo que os artistas exaltam a nudez do corpo feminino, eles mutilam, fracionam e inativam este corpo, criando uma estética da inferiorização da mulher enquanto coisa (Santos, 2018, p. 46).

Dentro do movimento surrealista, a mulher é condicionada ao papel de musa, de objeto de desejo, de uma figura a ser representada segundo a vontade de um criador masculino. Impregnado do ideário sexual, o que justificava o emprego das teorias freudianas, os surrealistas atuaram sobre o feminino de maneira obsessiva.

As fotografias de Man Ray analisadas aqui são exemplos claros de como acontecia a articulação erótica entre orgânico e inorgânico, corpo e objeto, nas obras surrealistas. De maneira geral, podemos concluir que o jogo metamórfico adotado pelo fotógrafo atendia os expedientes surrealistas de idealização fetichista do corpo feminino, isto é, na transformação da mulher em objeto de desejo.

Permeadas pelo imaginário masculino, as fotografias de Ray colaboraram para a criação de estereótipos acerca das mulheres e o seu papel social. Logo, são obras que se constituem como um terreno fértil de investigação e analisá-las significa questionar e contribuir para o desmantelamento destes estereótipos que condicionam a mulher a um lugar de inferioridade no quadro social.

Referências

- BRETON, A. **Manifesto do surrealismo (1924)**. In: https://www.nodo50.org/insurgente/s/biblioteca/manifesto_surrealista.pdf. Acesso em: 18 de janeiro de 2023.
- CABALLERO GUIRAL, J. Tensiones: el cuerpo de la mujer en el surrealismo. In: **Dossiers Feministes**, n. 5, p. 85-92, p. 2001.
- CARVALHO, M. T.; CALEIRO, M. M. Uma análise de aspectos dadá-surrealistas presentes no trabalho fotográfico de Man Ray. In: **XVI CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE. Anais...** São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2011, p. 1-9.
- DEHÓ, V. **Man Ray/Women**. Michigan: Damiani, 2005.
- DÍAZ RODRÍGUEZ, N. El sujeto femenino como objeto surrealista: Lee Miller. In: **ASRI – Arte y sociedad: Revista de In-**

- vestigación**, n. 20, p. 25-35, 2021.
- DI MICHELI, M. **Las vanguardas artísticas del siglo XX**. Madrid: Alianza Editorial, 1984.
- DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ESCUDERO, J. A. El cuerpo y sus representaciones. In: **Enrahonar**, n. 38/39, p. 141-157, 2007.
- FABRIS, A. O Corpo como território do político. In: **Baleia na rede: Revista online do Grupo Pesquisa em cinema e literatura**, n. 6, p. 416-429, 2009.
- GAULI, J. C. **El cuerpo humano en arte y publicidad: el surrealismo**. In: <http://artevspublicidad.blogspot.com/2014/06/surrealismo-arte-y-publicidad.html>. Acesso em 17 de janeiro de 2023.
- GONZÁLEZ-VALERIO, B. G.; BARREIRO GORDILLO, C. La fotografía de moda y el surrealismo fotográfico: una relación sin fin. In: **RIHC: Revista internacional de Historia de la Comunicación**, n. 10, p. 79-98, 2018.
- LESSA, F. S. Um olhar antropológico sobre o corpo: representações atléticas na Grécia antiga. **Romanitas – Revista de estudos greco-latinos**, Vitória, n. 12, p. 74-85, 2018.
- NEVES, P. P. A beleza convulsiva do manequim: o corpo inorgânico da moda no Surrealismo. In: **dObra[s]:Revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisa em Moda**, v. 13, n. 28, p. 234-254, 2020.
- PAREJO, N. La fotógrafa Denise Bellon: surrealismo, documentalismo y fotografía humanista. In: **Liño: Revista anual de Historia del Arte**, v. 23, p. 140-146, 2017.
- PROST, A. **Doze lições sobre a história**. São Paulo: Autêntica, 2009.
- PULLA GONZÁLEZ, J. **El cuerpo en las imágenes fotográficas**

del surrealismo francés de entreguerras. In: <https://digitum.um.es/digitum/bitstream/10201/44330/1/CongresoImagen140.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.

QUERIDO, F. M. Romântico, moderno e revolucionário: o surrealismo e os paradoxos da modernidade. In: **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 14/15, p. 81-97, 2011.

SANTOS, G. L. Corpo e (des)fragmentação do discurso. In: **Revista Apotheke**, v. 4, n. 1, p. 33-48, 2018.

Mulher e política: atuação feminina na política espiritossantense

Leandro da Silva Lunz¹

Introdução

Ao longo do desenvolvimento da história ocidental se estruturou um modelo de convívio social que valorizava os feitos masculinos e excluía a participação feminina dos feitos políticos. Esse modelo excludente posicionou as mulheres em um papel de menor importância ou de quase invisibilidade na vida política. Nessa conjuntura, de marginalização feminina do espaço público, as metodologias científicas que orientaram as pesquisas no campo das Ciências Humanas, a partir da segunda metade do século XIX, preteriram a um segundo plano as considerações sobre os destinos individuais. Deste modo, os pesquisadores revelavam pensamentos totalizantes que desconsideravam a participação dos indivíduos nos processos sociais. A vista disso, as histórias de vida exerciam um mero papel de caráter mais ilustrativo das diversas áreas de conhecimento que integravam aquele campo e assim, é possível assimilar o porquê da produção historiográfica preterir às mulheres um lugar com pouca ou quase nenhuma representatividade em suas perspectivas.

Existe uma interpretação que destaca a inviabilidade da utilização da

¹ Mestre em História – UFES. Técnico Pedagógico da Secretaria de Estado de Educação – SEDU. Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas – UFES. Contato: leolunz@gmail.com.

racionalidade por parte das mulheres, fundamentada na teoria e na preconcepção idealizada no século XIX, apoiados no discurso naturalista, que acreditava na existência de duas “espécies” com capacidades e recursos desiguais (Perrot, 1992). Nesta perspectiva, competia aos homens a utilização do cérebro, e sua aptidão para tomadas de decisão, enquanto que para as mulheres competia as emoções e o “dever” do cuidado do espaço privado. Assim, foi concebida a concepção simbólica da mulher, como esposa-mãe-dona-de-casa e consequentemente a atuação política tornou-se um campo pouco frequentado pelo público feminino. A História da Política Brasileira foi marcada por inúmeras manifestações sociais e reivindicações pela participação política e apesar disso, pouquíssimas mulheres foram eleitas através do voto para a representatividade e o exercício do poder legislativo nos diversos estados que compunham o país.

Faz-se necessário explicar, que há mais de 80 anos as mulheres conquistaram o direito de manifestarem seu papel como cidadãs brasileiras a partir do voto². Neste mesmo período a primeira mulher é eleita para a representatividade política na Câmara dos Deputados³ no Brasil, ademais também foi considerada a primeira mulher elegida no cenário latino americano. No entanto, a história e o processo de transformação da presença feminina no ambiente político são caracterizados por avanços e retrocessos. As dificuldades históricas e sociais são pertinentes ao processo de inserção feminina na política, não obstante em uma sociedade tradicionalmente caracterizada por resíduos patriarcais e na qual hegemonicamente a política se estabelecia a um tema masculino, as mulheres têm paulatinamente alcançado

2 Em 1930 o voto da mulher era facultativo enquanto o voto masculino era obrigatório (AZEVEDO; RABAT, 2011. p.32).

3 A primeira mulher eleita para a Câmara dos Deputados foi Carlota de Queirós, em 1932 (Azevedo; Rabat, 2011.p.17).

do um espaço que viabiliza sua participação e sua atuação na política feminina.

O homem foi privilegiado nas relações sociais, assumindo uma condição de poder, sendo traduzido na dominação masculina e, com base nesse poder, o homem passou a impor suas vontades (Bourdieu, 2011). O desenvolvimento dessas ações foi possibilitando a criação de uma cultura patriarcal relacionada ao machismo e a desigualdade de gênero, na qual essa estruturação cultural objetiva à continuação das estruturas de poder que determinam os papéis determinados para homens e mulheres, sujeitando e conduzindo às mulheres a um papel de menor relevância social (Saffioti, 2004). O funcionamento do poder patriarcal aproveitou-se do espaço público para a legitimação e sustentação do poder político, neste sentido as representações permitiram as relações de dominação, sendo que essa relação se fez imprescindível para a legalização dos interesses e da diferença entre os grupos (Chartier, 1990). Sendo assim, apesar da busca pela extensão de maior participação política, as mulheres encontravam-se envoltas em um estado de exclusão e discriminação social, enquanto os homens usufruíam das benesses do mundo político. Nessa perspectiva, a atribuição política se apresenta como um mecanismo de ordem ou validação de uma classe sobre outra e isso se caracteriza como uma forma de violência simbólica e no caso particular da política brasileira, essa estrutura representa a sobreposição do mundo masculino em detrimento do mundo feminino (Bourdieu, 2000).

A sistematização política vigente no Brasil, permitiu a estruturação de um estado de marginalização e diferenciação social, organizado pelo ideário de superioridade masculina, e assim o desenvolvimento da vida política toma corpo e se consolida dentro dos espaços considerados genuinamente masculinos. Houve numerosas mudanças sig-

nificativas no Brasil no que se refere ao vínculo das mulheres com o mundo público, especialmente na segunda metade do século XX, no entanto, a participação das mulheres em cargos eletivos encontra-se ainda muito aquém de um quadro de equidade, referente a participação entre os gêneros, demonstrando assim uma presença política feminina muito abaixo de um ideal (Pinto, 2001). Utilizando como referência análises de estudiosos como Michelle Perrot, Luís Felipe Miguel & Flávia Biroli e Schuma Schumaher e Erico Vital Brazil, será abordado neste artigo sobre a participação da mulher na vida política espiritossantense, destacando a atuação das deputadas Emiliana Vianna Emery, Judith Leão Castello Ribeiro, Myrthes Bevilacqua Corradi e Luzia Alves Toledo. Pretende-se descrever sobre a trajetória política de cada uma e suas importantes atividades em proveito dos interesses sociais da classe feminina e consequentemente contribuir para a reflexão acerca das representações e participações das mulheres na política nacional.

Mulheres no exercício político espiritossantense

As mulheres na política espiritossantense enfrentaram diversas dificuldades históricas e sociais que são inerentes ao processo de incorporação feminina na política, estas dificuldades ocorrem em virtude de pertencermos historicamente a uma sociedade caracterizada por ações patriarcais, na qual a política ficou restrita a um assunto masculino e muito vagarosamente foi sendo conquistado o direito à participação e a representação política por parte das mulheres (Costacurta, 2016). Conforme as palavras da autora, o campo político impõe às mulheres alternativas mais onerosas do que aos homens, além de que o fato de “Ser Mulher” se encontra carregado de simbolismo de su-

balternidade e que limitam o acesso feminino às esferas do poder político.

Ao descrever sobre a carreira de mulheres que participaram no processo de construção de uma História política das mulheres no Espírito Santo, é apresentada uma descrição sobre a trajetória política e pessoal da vida da professora, advogada e ex-deputada federal Myrthes Bevilacqua Corradi (Souza, 2014). Nascida na cidade Vitória, que se localiza no estado do Espírito Santo no dia 03 de fevereiro de 1939, era a filha mais velha de Luciano Bevilacqua e Victoria Azevedo Bevilacqua e tinha mais cinco irmãos. Concluiu o ensino primário no estado de Minas Gerais e de volta ao Espírito Santo estudou na Escola Normal Pedro II que funcionava ao lado esquerdo do Palácio Anchieta, onde é hoje a escola Maria Ortiz obtendo o diploma de normalista. Sua carreira teve início na atuação como professora particular, realizando atendimentos nos domicílios da cidade de Vitória. Com o passar do tempo passou a substituir professoras que já atuavam na rede educacional, até que por meio de um concurso público, sendo aprovada, tornou-se professora efetiva da rede pública da educação estadual. Em 1957, quando tinha dezoito (18) anos de idade, exerceu um cargo público no âmbito administrativo do poder executivo estadual, atuando na Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Espírito Santo, localizada no Palácio Anchieta, sede do governo.

A atuação na vida pública, chamou a atenção do secretário de educação que a convidou para ser assessora no gabinete da Secretaria de Educação, exercendo esta função por alguns anos o que a oportunizou a desenvolver um capital de relações com diversos representantes políticos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES). Fez seu curso de Direito na Universidade Federal do Espírito Santo

(UFES) integrando o Centro Acadêmico, local que pôde conhecer outras figuras de destaque do cenário estadual, tais como José Ignácio Ferreira, que foi eleito governador do Espírito Santo, em 1999. Neste período, como estudante chegou a participar da União Democrática Nacional (UDN) feminina e de várias assembleias de estudantes (Souza, 2014). E, apesar de concluir o curso de Direito não exerceu a função de advogada, optando por dedicar sua vida profissional especialmente à educação.

Foi no decurso do regime militar implantado no Brasil, que a professora Myrthes percebeu a exigência de se movimentar no meio político, se convertendo em um projeto pessoal e político necessário em sua vida (Souza, 2014). Vinculada a União dos Professores Primários do Espírito Santo⁴ (UPPES) entidade de organização dos professores primários no estado, foi convidada para compor seu Conselho, sua militância pelos direitos dos professores, criou as condições para que Myrthes fosse escolhida presidente da instituição exercendo a função durante dois mandatos de 1973 a 1977 e de 1977 a 1981 (Damartini, 2016). O ambiente político da ditadura militar existente durante o período de sua gestão à frente da UPES e seu contínuo enfrentamento na manutenção dos direitos dos profissionais da educação vinculados a rede capixaba, fez com que Myrthes fosse taxada de subversiva por Edson Machado, que era o líder do governo Élcio Álvares na Assembleia Legislativa, sendo criado pela Polícia Policial Capixaba um dossiê individual com 147 páginas de documentos (Damartini, 2016).

4 No ano de 1979 a UPPES passou a ser a União dos Professores do Espírito Santo (UPES) e em 1989 a entidade foi transformada em sindicato, passando a ser denominada SINDIUPES (Sindicato dos (as) Trabalhadores (as) em Educação Pública do Espírito Santo). Fonte: SINDIUPES. História. Disponível em: <http://sindiupes.org.br/historia/> Acesso em janeiro de 2017.

A estrutura repressiva que foi implantada no Espírito Santo, mais do que vigiar e monitorar os subversivos, tinha como objetivo silenciar e impedir manifestações públicas. Entre os grupos mais monitorados nas terras espiritosantense destacam-se os militantes das instituições sindicais, os movimentos estudantis, membros estudantis, membros da imprensa alternativa e participantes dos partidos políticos (Fagundes; Angelo, 2014). A chegada de Myrthes na UPES, trouxe uma profissionalização ao magistério capixaba. O ímpeto de sua atuação deu um sentido a conduta do magistério fortalecendo a categoria. Seu papel à frente da associação teve a precaução de evitar o confronto com as autoridades e de conseguir trazer as lutas e demandas do magistério para o centro das discussões, possibilitando uma visibilidade por parte da mídia e da sociedade capixaba segundo (Soares, 2005).

As visitas realizadas pelo interior do Estado, permitiu que a presidente apresentasse ao magistério uma nova entidade com maior proximidade e empenhada às necessidades do magistério capixaba, e assim sendo legitimada como um meio de diálogo junto ao governo. Em sua gestão à frente da UPES, o magistério capixaba construiu uma boa relação de diálogo com outras associações de trabalhadores, tanto da iniciativa privada como de profissionais liberais, participando de forma ativa da estruturação da Frente Sindical no Estado. Nas reuniões que foram realizadas em busca de organizar a constituição da Central Única dos Trabalhadores (CUT), era habitual a participação dos professores, sendo que de modo geral, a presidente Myrthes Bevilacqua Corradi, era liderança feminina exclusiva convidada para ocupar uma das as mesas (Damartini, 2016).

Na realização do I Encontro das Classes Trabalhadoras do Espírito Santo (ENCLAT ES), ocorrido em 1981, a União dos Professores

foi quem movimentou o maior número de profissionais que compunham a delegação que foi ao encontro, reforçando a ligação entre o magistério capixaba com os demais trabalhadores. Em virtude do tamanho alcançado e dimensão de politização e movimentação, a classe do magistério foi precursora dos movimentos grevistas dos funcionários públicos, fomentando possibilidades para os movimentos grevistas que iriam parar o Estado na década de 1980. A categoria participou de vários eventos importantes, como na ação em oposição a criação da usina nuclear no Espírito Santo e na ação a favor das comemorações do Dia do Trabalhador. A publicação do caderno especial⁵ em 28 de outubro de 1980 pelo Jornal A Tribuna, intitulado de: “Funcionário Público: nem herói, nem vilão”, refere a Myrthes como a forte autoridade influente que a categoria possuiu nos últimos 50 anos. Sendo sua atuação e importância acolhida tanto pelos dezoito (18) mil professores que integravam o quadro do magistério, como também pela categoria política dentro e fora do Estado (Damartini, 2016);

A conduta empreendida no decorrer dos oito (8) anos em que atuou como presidente da União dos Professores, permitiu a transformação da entidade em uma grande categoria que conseguiu ser reconhecida e dotada de capacidade para grandes mobilizações, até então jamais pensadas para uma categoria que nasceu da classe média (Souza, 2014). Ainda nas palavras da autora, foi a atuação à frente da UPES que possibilitou a base para o impulso e fortalecimento da candidatura de Myrthes Bevilacqua à Câmara dos Deputados em 1982, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e por consequência possibilitando eleição como deputada federal, se trans-

5 A Tribuna. 28 out. 1980, p. 215 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

formando na primeira mulher capixaba a conquistar o legislativo federal, trabalhando em um cenário constituído predominantemente pelo gênero masculino.

A presença de mulheres no exercício político do Espírito Santo, possui uma valorosa referência na figura de Luzia Alves Toledo. Nascida em 05 de janeiro de 1942 no município de Mimoso do Sul, Espírito Santo, filha dos trabalhadores rurais José Alves Toledo e Diolinda Maria da Conceição. Com seis anos de idade ficou órfã de pai e sua mãe sem condições financeiras para oferecer uma vida com condições e oportunidades permitiu que sua filha fosse criada pelo então Prefeito da cidade de Mimoso do Sul Rubens Rangel, e por sua esposa Helena Di Giorgio Rangel (Souza, 2014). Apesar de não ter sido oficialmente adotada, foi criada como filha do casal, passando a conviver com o cotidiano político ao qual o pai de criação estava inserido. Cursou o ensino médio no Colégio Estadual e Escola Normal Monsenhor Elias Tomasi na cidade de Mimoso, sendo inclusive professora da instituição e posteriormente diretora do colégio.

Luzia Alves Toledo deu seguimento aos seus estudos e formou-se em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo. Com o diploma do curso de Direito exerceu por quase vinte anos a função de advogada sênior da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), até a decisão de dedicar se exclusivamente a carreira política, até que decidiu iniciar a carreira política e se dedicar exclusivamente a ela. Filiada ao Partido da Social Democracia (PSDB), foi uma das pessoas responsável para a formação deste Partido no Espírito Santo em 1988. Como membro integrante do partido, Luzia Alves Toledo desempenhou várias atividades, tendo sido a primeira secretária-geral do primeiro Diretório Regional; delegada do Diretório Nacional; 1^a vice-presidenta da Executiva Regional; sendo escolhida a presidência

da sigla na 3^a Convenção do Partido.

Como presidente do partido, Luzia Alves Toledo incentivou a criação do PSDB Mulher, do PSDB Jovem e do PSDB da Melhor Idade no estado. Na cidade de Vitória, se elegeu por dois mandatos como vereadora, sendo que em seu segundo mandato, a convite do Governador da época Vitor Buaiz (1995-1999), pediu afastamento para comandar a Secretaria de Estado Extraordinária da Representação do Poder Executivo do Espírito Santo, em Brasília. Em 1996 concorreu como vice-prefeita na coligação do candidato a prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas, e após a conquista da eleição, Luzia Alves Toledo assumiu a administração da prefeitura em diversas ocasiões (Souza, 2014).

Ainda filiada ao PSDB foi membro das Comissões de Justiça, Educação e Direitos Humanos e em 1999 surge para a História política capixaba como a primeira mulher Senadora do Espírito Santo, ao ocupar a vaga de José Ignácio que abdicou do cargo por ter sido escolhido como governador do Estado. Durante seu exercício como Senadora, Luzia Alves Toledo se apresenta como a primeira mulher da sigla do PSDB a exercer a vice-presidência da Comissão de Educação do Senado Federal. Sua atuação como Senadora, teve uma duração de menos de um ano e meio, o que não a atrapalhou a ser recordista em propostas na casa, indicou aproximadamente sessenta e duas proposições⁶.

A convite do Governador José Ignácio, abdica do mandato de senadora para chefiar a Secretaria de Estado de Turismo, assumindo logo depois a Secretaria de Estado da Cultura e dos Esportes. Sua trajetória e conhecimentos políticos construídos no decorrer do período

⁶ Fonte Senado Federal. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/158>. Acesso em 17 de janeiro de 2018;

que atuou como vereadora, senadora e secretária em diversas pastas, permitiu a Luzia Alves Toledo disponibilizar seu nome para concorrer ao pleito de 2002 como candidata a deputada estadual na ALES, porém, apesar de alcançar uma votação expressiva acima de dezesseis mil votos, não foi eleita e ficou como primeira suplente. Dois anos após a eleição, com a saída do Titular Gilson Amaro que havia sido eleito prefeito de Santa Tereza, assume a vaga de deputada estadual. Após sua introdução na casa legislativa, Luzia Toledo venceu mais três eleições exercendo os mandatos de 2006 – 2010, 2010 - 2014 e 2014-2018, direcionando seu exercício às questões sociais, criando diversos projetos de leis, voltados especialmente ao atendimento das necessidades das mulheres espiritossantenses.

Vale destacar que antes da atuação no poder legislativo da Professora Myrthes Bevilacqua e da advogada Luzia Toledo, outras mulheres iniciaram este caminho e ousaram enfrentar o sistema político que vigorava no Espírito Santo definida pelo predomínio de uma participação majoritariamente masculina. A garantia a prática do voto foi alcançada pelas mulheres na década de 30 do século XX, com a publicação do Decreto nº 21.076, que aconteceu durante o governo de Vargas em 1932. Entretanto, o voto feminino estava condicionado a certa condição, ou seja, somente as mulheres casadas com autorização dos maridos e mulheres solteiras ou viúvas que possuíssem renda própria poderiam exercer o direito de votar e serem eleitas. Nesse mesmo período foi eleita Carlota de Queirós⁷ a primeira representante mulher para a Câmara dos Deputados no Brasil e também a primeira da América Latina (Miguel e Biroli,2011). A história da trajetória da presença feminina no ambiente político brasileiro é marcada por

⁷ Sobre Carlota de Queiros ver: ORIÁ, Ricardo. Mulheres no parlamento brasileiro: Carlota Pereira de Queiroz. Plenarium, Brasília, v.1, n.1, p. 240-246, nov. 2004.

avanços e retrocessos, sendo que o Brasil foi o quarto país no continente americano a garantir o direito de voto às mulheres, no entanto foi somente em 1946 que o direito ao voto para ambos os sexos foi equiparado (Miguel e Biroli, 2011);

No Brasil é bem notado que as mulheres não são muito presentes nos ambientes de decisão, sendo que homens consequentemente exercem mais autoridade e mais poder político. Ademais pode ser somado a este cenário político a situação de desigualdade feminina que ainda é manifestada no mercado de trabalho, na representação da mídia e na disposição dos recursos econômicos (Miguel; Biroli, 2011). Em relação à inserção das mulheres no espaço do poder legislativo, durante o período que se estende entre 1932 e 1985 ocorreram onze pleitos eleitorais e somente trinta e uma deputadas federais foram eleitas. Somente após o ano de 1986 que as mulheres conseguiram um maior espaço no campo legislativo, apesar disso na maioria destes espaços o número de mulheres eleitas está abaixo de 10 pontos percentuais (Azevedo e Rabat, 2011).

A história política do Espírito Santo seguiu um itinerário parecido ao que se verificou no restante do país, conjuntura que fica perceptível ao estudar sobre a atuação de algumas mulheres que decidiram adentrar este campo com portas tão estreitas. A trajetória política destas mulheres tem sido um referencial para a compreensão das barreiras existentes ao acesso ao campo político, bem como tem demonstrado que é preciso enfrentar estas barreiras para que as vozes femininas ganhem espaços na sociedade e as mulheres se sintam representadas. A conquista do espaço político por algumas mulheres demonstra que é possível fazer política em um ambiente no qual as mulheres não são bem vistas. Ao longo dos anos, foram travadas várias lutas contra o discurso social machista que é o reflexo de uma sociedade caracteri-

zada pelo modelo patriarcal.

A atuação política não se restringe à esfera do Estado e de suas instituições, encontrando-se presente nas diversas relações que são desenvolvidas entre os indivíduos o que consequentemente inclui as existentes entre homens e mulheres. No Livro “A mulher na História do Espírito Santo” da professora Maria Stella de Novaes, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em ocupar um espaço acadêmico, literário e político no Espírito Santo já fazia parte da preocupação da escritora. As mulheres que conseguiram participar de movimentos político no início do século XX eram em sua maioria formadas pela Escola Normal, que no período era a única oportunidade de formação escolar permitida às mulheres (Barreto, 2007).

Compete destacar que a história da busca pela autonomia política das mulheres espiritossantenses se principia com Emiliana Viana Emery (1874-1957) que foi a primeira eleitora capixaba e a terceira eleitora do Brasil, sendo até mesmo parabenizada por Bertha Lutz uma das precursoras do feminismo no Brasil. Nascida na Freguesia do Veado, localidade pertencente ao município de Alegre, casando-se muito jovem aos 13 anos de idade. Tornou-se viúva ainda na juventude com sete filhos que ficaram sob sua responsabilidade, fato este que a impulsionou a desenvolver atividades que não eram da “natureza feminina” (Schumaher e Brazil, 2000).

A construção de uma ferrovia próxima ao vilarejo onde residia, oportunizou que Emiliana desenvolvesse diversas atividades comerciais e políticas na região. Para poder atender a demanda gerada pela construção da ferrovia, construiu um forno para assar pães e junto com seus filhos passou a vender café, leite e pão aos trabalhadores. Tornou-se também uma costureira e passou a prestar este serviço

aos locais, pois apesar de outras mulheres saberem costurar nenhuma costurava para estes homens. Com a conclusão das obras passou a vender seus produtos na própria plataforma da estação. Ao final da década de 20 do século XX ela já possuía uma fábrica de doces e um hotel, se destacando como uma empresária próspera.

Emiliana Vianna Emery apresentou grande protagonismo na vida política da vila sendo uma das principais responsáveis pela emancipação política da Freguesia do Veadó, atualmente denominada de Guacuí. Também teve participação na construção da Igreja na vila como da vinda e estabelecimento de um padre para a localidade, sendo a responsável pela coleta das assinaturas do abaixo assinado, exigido pelo bispo ao qual a Paróquia estaria jurisdicionada, para que fosse autorizada a sagrada da igreja (Schumaher e Brazil, 2000). Em virtude de todas as dificuldades enfrentadas atreladas à condição inferior das mulheres na sociedade da época, Emiliana possuía a vontade de mudar esta situação política. Para tanto, com a certeza que somente através do voto poderia modificar o panorama de desigualdades ao qual estava envolta, requereu o direito de votar ao juiz da Comarca de Alegre, Dr. Aloysio Aderito de Menezes, alegando que tinha todos os requisitos necessários para tal, pois era “chefe de família”. Portanto, 15 de julho de 1929, em uma sentença histórica, o magistrado deferiu o pedido de Emiliana que se tornou a primeira eleitora do Estado do Espírito Santo (Schumaher; Brazil, 2000).

A atuação de Emiliana Emery na conjuntura política de sua cidade a incluiu em um posicionamento de vanguarda no Estado do Espírito Santo e inclusive no Brasil, sendo inclusive designada como presidente de honra da UDN (União Democrática Nacional), partido antigogetulista que ganhou a sua adesão após a implantação do Estado Novo feita no governo Vargas. É a capixaba com maior pres-

tígio político de que se tem notícia em termos de atuação até metade do século XX (Schumaher e Brazil, 2000). Emiliana Vianna Emery contribuiu enormemente para a subversão do papel de inferioridade atribuído às mulheres na esfera pública em sua história de vida. No ano de 1957 com 83 anos de idade veio a óbito, porém seus feitos memoráveis permanecem bastante visíveis e são exemplos de como mulher e política podem caminhar alinhadas. Em 1992, foi homenageada pela Academia Feminina Espírito-Santense de Letras com o título de membro da Galeria dos Notáveis.

A atuação de outra pioneira na política espíritossantense, Judith Leão Castello Ribeiro, merece destaque, pois foi a primeira mulher a conquistar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado. Nascida em 31 de agosto de 1898 na cidade da Serra, filha da união de duas famílias de origem portuguesa, sua mãe Maria Grata Leão Castello e seu pai João Dalmácio Castello (Souza, 2014). Sua vida escolar foi iniciada na escola primária do município de Serra e depois fez o exame de admissão e ingressou no Colégio do Carmo conquistando o diploma do Curso Normal o que lhe permitiu começar a atuar como professora ainda bem jovem no Ginásio São Vicente de Paulo. Em 1932, assume a cátedra de Ciências Pedagógicas na Escola Normal Pedro II, exercendo esta função até 1963 quando se aposenta. Tornou a ensinar no Ginásio São Vicente de Paulo até o ano de 1974, quando se aposenta definitivamente. Ao longo de sua carreira como professora, ministrou vários cursos em várias esferas do conhecimento, como Geografia, Psicologia, Sociologia, Pedagogia, entre outras. Teve um irmão, Rômulo Leão Castello Ribeiro, que foi prefeito da cidade entre 1947 e 1951 (Souza, 2014).

Casada com Talma Rodrigues Ribeiro, que também foi prefeito da Serra no período de 1945 a 1946, permaneceram juntos até o dia da

morte do esposo no ano de 1982. O casal não teve filhos, mas ajudaram a cuidar dos sobrinhos e também de diversas outras crianças desfavorecidas socialmente de sua cidade. No ano de 1934 decide entrar na esfera da política formal como candidata a uma vaga na Assembleia Legislativa. O fato de discordar do regime de Interventoria que vigorava no Estado, fez com que sua candidatura fosse avulsa a qualquer partido político, já que de acordo com o sistema vigente a legenda partidária não era obrigatória. Foi a primeira mulher capixaba, e uma das primeiras mulheres do Brasil, a competir em um processo eleitoral, porém não foi eleita neste pleito.

No ano de 1947, Judith novamente concorreu como candidata a deputada estadual no processo eleitoral, buscando uma vaga na Assembleia pelo Partido Social Democrático (PSD-ES), juntamente com Maria Frechiani do Partido da Representação Popular (PRP-ES) e Bráulia Barbosa dos Santos do Partido Comunista Brasileiro (PCB-ES). Judith obteve 1.170 votos dos 27.528 eleitores no Estado, o que significava um total de 4,25% do eleitorado espiritossantense, tornando-se a primeira mulher do Espírito Santo a ocupar uma vaga como deputada estadual na Assembleia Legislativa⁸. Em seu discurso de posse no Teatro Glória, em Vitória, a deputada ressaltou a importância da participação das mulheres na vida pública. Judith atuou por quatro mandatos contínuos como deputada estadual, sendo em todos os processos eleitorais eleita pelo voto popular (Almeida, 2013). No ano de 1962 não obteve a votação necessária e ficou como suplente e encerrou sua carreira política no ano de 1965 aos 65 anos de idade e durante quase duas décadas Judith⁹ foi a única mulher em cargo

8 Fonte: Diário Oficial Eletrônico da Câmara da Serra. Disponível em http://es.serra.camara.dio.org.br/dio/pag-judith_leao_castello_ribeiro. Acesso em 09 Jan. de 2017;

9 Ver documentário: Judith A Senhora Cidadã. Direção: José Benevides Correia.

político no Estado do Espírito Santo. Como deputada ocupou, ininterruptamente, a presidência da Comissão de Educação da Casa e apresentou centenas de projetos, destinando diversas emendas para construção de escolas e hospitais no interior do estado. A lei estadual nº 915/1954 concedendo o direito de quatro meses de licença maternidade a mulheres servidoras públicas foi de sua autoria (Almeida, 2013).

No ano de 1949, com o apoio Academia Espírito-Santense de Letras, fundou a Academia Espírito-Santense Feminina de Letras sendo eleita a primeira Presidente da diretoria e, em 1981, foi a primeira mulher a compor a Academia Espírito-Santense de Letras. Sua participação na vida pública foi marcada por atuações em diversas instituições, como a Associação Espírito-Santense de Imprensa (1949), o Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Espírito Santo (1949) e a Academia Anapolina de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás (1979). Mesmo com muitos compromissos públicos, Judith ainda escrevia periodicamente para o Jornal “Diário da Manhã” e para as revistas “Revista da Educação”, “Vida Capixaba”, “Revista do DSP” e “Canaã”, a maioria do Estado do Espírito Santo¹⁰. No ano de 1980 teve uma coletânea com vários de seus textos e crônicas publicados como um livro intitulado Presença. Judith alcançou feitos significativos quando considerado a conjuntura social da época e o entendimento da política como um círculo masculino e machista.

Judith desafiou sua condição de gênero ao assumir a vida pública, tendo sido uma mulher muito ativa, determinada e comprometida com os valores da família, da religião e da educação que lhe serviram

Produção e Roteiro: Suzi Nunes, 2010.

10 Fonte: Diário Oficial Eletrônico da Câmara da Serra. Disponível em http://es.serra.camara.dio.org.br/dio/pag-judith_leao_castello_ribeiro. Acesso em 09 Jan. de 2017;

como base em sua atuação política. Embora nunca tenha assumido identificação com as organizações feministas, o seu “fazer” político apresentou proximidades com as ideias do feminismo liberal que prevaleceu no começo do século XX (Souza, 2014). É emblemático destacar que a partir da eleição e atuação política de Judith Leão Castello Ribeiro, outras mulheres se sentiram encorajadas e capazes de desafiar a ordem social vigente, se colocando a disposição da representatividade política. E esta comprovação pode ser evidenciada com a eleição de Myrthes Bevilacqua Corradi¹¹ pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com 46.604 votos, sendo a primeira mulher capixaba a alcançar o legislativo federal. Foi a partir da eleição da professora Myrthes que as portas do Congresso Nacional foram abertas para as capixabas. Embora tenha exercido apenas um mandato no Congresso, desenvolveu uma participação importante em diversas atividades sindicais e órgãos de classe do funcionalismo público.

Ao descrever sobre a trajetória de mulheres que contribuíram para a implantação de uma História Política das mulheres no Espírito Santo, é importante destacar o pensamento de Perrot (2005), afirmando que em diversas sociedades o silêncio e invisibilidade das mulheres fizeram parte da ordem social, e foram mulheres como a Professora Myrthes Bevilacqua Corradi, a advogada Luzia Alves Toledo, Emilia Vianna Emery e Judith Leão que ousaram romper com os padrões pré-determinados. Atos de coragem manifestos por essas mulheres tornaram possível a conquista do acesso feminino nos espaços públicos e consequentemente a reivindicação pelos seus direitos de

11 Para saber mais sobre a trajetória política de Myrthes Beviláqua Corradi ler: LUNZ, Leandro da Silva. **Mulheres na Política:** Myrthes Beviláqua Corradi e Luzia Alves Toledo no Poder Legislativo - 1980 a 2018 Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

cidadãs e novos espaços de lutas.

Considerações Finais

A busca pela igualdade entre as mulheres e homens tem se constituído como objetivos que norteiam instituições e órgãos que baseiam suas ações em um ideal de constituição de uma sociedade efetivamente democrática. E apesar desses direitos e garantias serem constitucionalmente assegurados a todas as pessoas, é notório que as desigualdades persistem e quando se trata do exercício político atingem de forma impactante o público feminino. Ao longo da história é possível observar avanços importantes das mulheres em diversos campos sociais que se estendem desde a escolarização até a participação efetiva no mercado de trabalho e inegavelmente essa conjuntura tem contribuído na consolidação da democracia brasileira.

A participação feminina nos espaços de poder apresenta um crescimento lento quando comparado ao público masculino e tal situação está atrelada em grande parte ao fato das construções sociais relacionadas ao exercício do que é entendido como papel feminino e também sobre o que é entendido como papel masculino. A dicotomia na qual estão inclusos esses papéis sociais tradicionais de gênero que determinam o espaço de atuação feminina e da atuação masculina, criam barreiras quase intransponíveis e solidifica esse distanciamento do mundo do poder político por parte das mulheres.

As mulheres espiritossantenses apresentadas nessa pesquisa desenvolveram uma existência no universo político e batalharam muito para estabelecer um ambiente de participação e atuação em um universo predominantemente masculino. É indubitável que para seguir esse espaço de atuação política, precisaram romper com di-

versos estigmas existentes nas sociedades de cada época retratada. Essas mulheres desafiam a ordem social vigente e se colocaram à disposição da representatividade política, desenvolveram atos de coragem que comprovava ser possível a conquista do acesso feminino nos espaços públicos e consequentemente a reivindicação pelos seus direitos de cidadãs e novos espaços de lutas.

É importante dar visibilidade a essas mulheres, explicar sobre suas vivências, histórias e obstáculos, pois essas lutas das mulheres possuem o propósito de transformar positivamente

a representação feminina na sociedade. Desse modo, a escrita da história se apresenta como um potente papel na recuperação destas ações, como também de confirmar que as mulheres desenvolveram uma atuação de protagonismo nos diversos contextos sociais vividos e nos *lócus* da prática política.

Referências

- ALMEIDA, Simone Patrocínio de. **A mídia na construção da representação social da pessoa pública feminina no Espírito Santo – Rita Camata (1988 – 2000)**. 2013. 240 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória.
- AZEVEDO, Débora Bithiah; RABAT, Márcio Nuno. **Palavra de mulher: oito décadas do direito de voto**. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Brasília, 2011.
- BARRETO, Sônia Maria da Costa. **A ESCOLA NORMAL D. PEDRO II E A NORMALISTA CAPIXABA NOS ANOS 1920**. Revista Agora, Vitória, n. 6, 2007, p.116.

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 2000.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 10^a Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 51.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990
- COSTACURTA, Mayara Spinace. **Participação política das mulheres: do âmbito partidário ao comportamento legislativo**. 2016. 145 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) -- Universidade Federal de São Carlos, 2016.
- DAMARTINI, Márcio Gomes. **A vigilância da política política aos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino do Espírito Santo (1973- 1981)** – 2016. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto; ANGELO, Vitor Amorim de. **Grandes Projetos, grandes esquecimentos: O Espírito Santo entre a modernização conservadora e a repressão política**. In: O Estado do Espírito Santo e a Ditadura. Vitória: GM Editora, 2014.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (1992).
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. São Paulo: Edusc, 2005.
- PINTO, Céli. **Paradoxos da participação política da mulher no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n.49, p. 98-112, março/maio

2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** 1ºed.

São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SOARES, Renato Viana. **Retrato Escrito: a reconstrução da imagem das(os) professoras(es) através da mídia impressa (1945/1995).** Vitória: ITB, 2005.

SOUZA, Dayane Santos de. **Entre o Espírito Santo e Brasília: Mulheres, Carreiras Políticas e o Legislativo Brasileiro a partir da Redemocratização.** 2014. 265 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

Mortes silenciadas: feminicídios esquecidos em Cachoeiro de Itapemirim-ES no início do século XXI

Luan Tófano Elias¹

Introdução

O município de Cachoeiro de Itapemirim-ES registrou entre os anos de 2001 e 2010 o total de 30 casos de homicídios dolosos cujas vítimas são mulheres, o que compõe a média de 3 assassinatos por ano.

A maioria dessas mulheres, conforme revelado pela pesquisa e será melhor explicitado mais adiante neste trabalho, foram mortas por seus maridos, ex-maridos, namorados, ex-namorados conviventes ou ex conviventes, o que denota um histórico de violência de gênero presente no ambiente doméstico e na vida íntima e no ambiente doméstico dessas pessoas.

Afim de evidenciar e analisar a interferência histórica do patriarcado nos trâmites judiciais, bem como no trato jurídico das peças que envolvem o assassinato de mulheres como fator dificultador do

¹ Doutorando em História Social das Relações Políticas pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES). Membro do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (LEG-PV/UFES). Contato: luantofano@hotmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

andamento dos processos no município de Cachoeiro de Itapemirim (sul do estado do Espírito Santo) entre os anos de 2001 a 2010, foi realizada a coleta de informações contidas no arquivo permanente da Primeira Vara Criminal do Fórum Horta de Araújo da cidade revela a presença histórica das relações de poder/gênero como criadora de impedimentos tanto na evolução dos Inquéritos Policiais à categoria de Processo Criminal, bem como o desenvolvimento lento e/ou inexistente daqueles poucos que chegaram a tal categoria.

Vale ressaltar que os nomes das vítimas e demais envolvidos nos casos que serão arrolados a seguir foram substituídos por nomes fictícios, a fim de preservar a identidade e integridade das pessoas, garantindo a ética da pesquisa.

Desse modo, pretende-se estabelecer a relação entre violência de gênero, feminicídio, esquecimento, sistemas de justiça e os perigos de um apagamento total da memória das vítimas e da violência (memorícidio) bem como a responsabilização do Estado ante a manutenção do crime de feminicídio e um extermínio em massa da população feminina (femigenocídio).

Sobre as vítimas

O primeiro caso, refere-se à Fernanda, uma vítima de feminicídio por disparos de armas de fogo próximo a sua residência no bairro Coronel Borges (localizado na sede do município) efetuados por um indivíduo encapuzado.

Algumas testemunhas afirmaram que a vítima não cuidava bem da filha, uma bebê, chegando em alguns casos a bater, e que a mesma ela não trabalhava, ficando em casa sem fazer os serviços de domésticos

Um telefonema do disque denúncia haveria informado a polícia a identidade do possível autor do crime, um homem que disse tê-la assassinado argumentando que ela estava, nas palavras dele, tirado onda com a cara dele.

Foram expedidos quatro mandados de busca e apreensão do suspeito após o trajeto do pistoleiro ser refeito, com a possibilidade de invasão se necessário..., e também um mandado de prisão preventiva... Nenhum foi cumprido. Os documentos observados no processo foram atualizados ora de seis em seis meses, ora de um em um ano. Foi arquivado em 2016, 14 anos depois do ocorrido.

Um segundo caso analisado refere-se a Clemilda, uma mulher assassinada pelo companheiro dentro do quarto, a facadas, diante da neta de cinco anos. O acusado teria afirmado que a vítima estava tramando-o com seu patrônio. A vítima, dias antes, pediu socorro à filha, pois estava com medo do companheiro.

O assassino, em depoimento à polícia, confessou o crime, chegando a descrever como se deu, no entanto, não fora preso em flagrante. O processo se ateve mais às possíveis ameaças de morte do assassino contra outro homem envolvido na história, do que ao fato consumado. Após o crime, o assassino se mudou para o litoral e virou pescador.

Depois se mudou para Belo Horizonte, onde foi preso por outro crime. Então foi transferido para Cachoeiro. Foi transferido em 2016 para Cachoeiro, onde cumpriu quatro anos de prisão, e foi solto em 2020.

O terceiro caso é de Irene, uma mulher preta de 44 anos do lar que foi assassinada a pauladas e pedradas no bairro Caiçara onde morava e seu corpo foi jogado próximo a um valão. O crime ocorreu no dia 13 de julho do ano de 2002. Conforme consta no inquérito policial

instaurado, o suspeito seria um homem.

A todo momento, o processo se debruça sobre as brigas que a vítima se envolvia junto a outras mulheres em um bailão próximo ao local onde seu corpo foi encontrado sem vida no dia posterior. Pouco se investigou sobre os possíveis autores do crime.

O processo de Irene congelou no ano de 2003 e foi apenas retomado no ano de 2011 sob pedidos do MP-ES. Sem efeito. A briga entre a comarca de Cachoeiro e o Ministério Público continuou em 2015, 2016, 2018, e em 2022 foi finalmente arquivado, sem solução.

O último feminicídio a ser analisado aqui refere-se a Lívia, mulher com transtornos mentais assassinada friamente por um homem que, após o ato, aguardou a polícia chegar para ser preso. Segundo o assassino, este cometeu o crime pois a vítima havia dito a sua esposa que ambos havia um caso, no entanto, todas as testemunhas afirmaram que era um hábito corriqueiro da vítima, dado seu quadro clínico psiquiátrico – que a levara inclusive a internação na Clínica Santa Isabel, o último manicômio fechado do Espírito Santo.

O processo andou rápido, visto que foi uma prisão rápida e em flagrante, e um ano depois criminoso foi a júri popular e mudara sua versão, alegando crime passional motivado por forte emoção e em legítima defesa – conforme orientado por sua defesa. O júri acatou a defesa e o assassino cumpriu 4 anos de prisão em regime semiaberto.

Sobre a fabricação de esquecimentos

Os casos citados anteriormente, de acordo com o contexto do crime em Cachoeiro de Itapemirim-ES e inseridos nos estudos de gênero, poder, violência e o ambientados no cenário jurídico, revelam uma

série de produções de esquecimentos motivados, impulsionados e mantidos pelo imaginário patriarcal.

No que tange as teorias acerca do esquecimento, Pollak (1989, p. 78) evoca a ideia de que existem memórias subterrâneas, isto é, memórias da cultura minoritária que questionam a memória oficial e mostra o caráter opressor da memória coletiva, manifestadas por meio da História Oral esta que se opõe a ideia de memória concebida por outras vertentes tidas como “histórias oficiais” – o que foi evidenciado, por exemplo, nos discursos proferidos pelos escrivães.

Além disso, também destaca que o silêncio, por exemplo, não é um esquecimento, mas a fabricação de um esquecimento artificial a partir do estabelecimento de ideias de memórias clandestinas, proibidas e subterrâneas – o que foi evidenciado com o descuido no arquivamento dos inquéritos, bem como a ausência de registros no livro de tombo. Assim, o não dito - algo que não dá pra confessar, indizível - passa desapercebido pela sociedade.

Bentivoglio (2014, p. 66), apoiando-se em Ricoeur – no que se refere a ideia de um esquecimento provocado por agentes externos-, chama a atenção as resistências históricas sobre o esquecimento, como fabricantes de memórias impedidas, manipuladas e obrigadas, configurando-se para os historiadores tradicionais como verdadeiros assassinos da história.

Como exemplo, utiliza-se de algumas tramas judiciais presentes nos tribunais brasileiros e europeus que muitas vezes se utilizam da restrição à imprensa para a fabricação do esquecimento como um direito ético e legal. Além disso, também exemplifica casos de artistas e outras personalidades que se utilizam da justiça como forma de se protegerem quanto a divulgação de informações pessoais em im-

prensa ou biografias (não autorizadas), que possam criar desconforto.

Tal ideia combina com o que é defendido por Klausing (2017, p. 18) quanto à responsabilização do Estado como agente mantenedor do crime de feminicídio e precursor do imaginário patriarcal pelo descuido e falta de atenção encontrados no andamento e no trato dos processos-crime ligados a violência de gênero.

O Estado, para a autora, é responsabilizado por manter os elevados índices de violência de gênero no país, o que é expressado pelas fabricações de esquecimento relacionados ao fenômeno, ocorrendo uma verdadeira banalização e naturalização da violência, e a naturalização e reafirmação do patriarcado como imaginário social majoritário.

Sobre a relação entre gênero, esquecimento e revitimização

No que tange a revitimização na esfera da violência de gênero a não conformação plena de uma rede de atendimento à mulher vítima de violência, aliada ao mau funcionamento do que já se tem implementado, bem como à falta de preparação adequada daqueles que integram tal rede, reforça a violência institucional sofrida pelas mulheres, num processo de revitimização – ou violência secundária –, isolamento social, descrença do sistema de justiça e transtornos psicológicos (Augusto; Vasconcelos, 2015, p. 89).

A partir disso, Augusto e Vasconcelos também afirmam que violência institucional, que se refere à ação exercida por órgãos e seus agentes, cujo papel deveria ser proporcionar segurança, direcionamento e apoio às vítimas. No entanto, essa violência é perpetrada por profissionais despreparados, resultando em um novo sofrimento para as vítimas ao longo da trajetória crítica do sistema criminal.

Torna-se evidente que uma parcela significativa do sofrimento enfrentado está relacionada ao próprio percurso que as vítimas têm que seguir na rede de atendimento. Esse processo muitas vezes leva ao fenômeno conhecido como revitimização, no qual as vítimas são novamente expostas a constrangimentos e julgamentos morais, paradoxalmente, por parte dos mesmos órgãos que deveriam protegê-las.

Questões de gênero que envolvem, tanto a violência contra a mulher, quanto a forma pela qual o sistema judiciário lida com os casos de feminicídio, são manifestadas de diferentes formas e mantidas pelos discursos e ações que reforçam o patriarcado como sistema operante nas relações de poder entre os sexos.

O caso de Clementina, exposto anteriormente, revelou indícios de um discurso patriarcal impregnado no que tange a aplicação da lei a fim de que as penas impostas ao crime fossem devidamente cumpridas – o que não aconteceu.

Tal comportamento pode ser caracterizado como uma violência de gênero promovida pelo próprio Estado, que repercute os discursos patriarcais de forma mantenedora às relações de dominação do homem para com a mulher, provocando novas formas de violência à mulher já violentada, caracterizado por revitimização. Este fenômeno é detectado nos esquecimentos fabricados sobre os casos de feminicídio, provocando a naturalização e banalização do crime, como algo corriqueiro e cotidiano, sob responsabilização do Estado para a manutenção do patriarcado e do feminicídio.

Há feminicídio quando o Estado não dá garantias para as mulheres e não cria condições de segurança para suas vidas na comunidade, em suas casas, nos espaços de trabalho e de lazer. Mais ainda quando as autoridades não realizam com eficiência suas funções. Por isso o

feminicídio é um crime de Estado (Lagarde,, 2004, p. 6).

A responsabilidade do Estado na manutenção do feminicídio é exemplificada no poder judiciário nos silêncios dos arquivos, no não cumprimento de mandados e sentenças, no congelamento e arquivamento de casos sem solução, na desconfiança da vítima – como culpada por ter causado a própria morte -, e nos discursos violentos naturalizados por parte dos responsáveis por encontrar e punir os feminicidas.

Os exemplos expostos anteriormente, são encontrados nos processos que serão arrolados a seguir: o assassinato de Fernanda, uma menor de 17 anos morta por disparos de arma de fogo às margens do Rio Itapemirim no Bairro Coronel Borges, o encontro do cadáver de Irene de 44 anos no bairro Caiçara, e o assassinato frio de Lívia, uma jovem aparentemente com algum tipo de deficiência mental, morta com uma facada no coração no distrito de Itaoca, zona rural de Ca-choeiro.

A apresentação, bem como a interpretação desses casos podem possibilitar com maior clareza, além dos discursos patriarcais que agem nos bastidores da violência de forma a fomentar, perpetuar e manter em estabilidade o crime do feminicídio, como o judiciário imbuído da lógica patriarcalista acaba por cometer novas violências, reforçando as hierarquias de gênero historicamente existentes.

No que confere ao fator social, Soares também chama a atenção para as origens burguesas do direito brasileiro, cuja tradicionalidade se mantém até os dias atuais, isto é, as classes dominantes acabam por ocupar as magistraturas e os bancos dos juízes, o que acaba por prejudicar o senso de justiça, chegando a não atender a ideia de igualdade jurídica universal prevista no artigo 5º da constituição federal. Desse

modo, a presença de uma classe dominante masculina ocupando majoritariamente os cargos magistrados acabam por reproduzir valores e discursos elitistas, tradicionalistas e patriarcais.

A justificativa dada pela delegacia de crimes contra a vida, tanto para o caso de Fernanda quanto no de Irene, foi o fato de que existia um acúmulo de trabalho muito grande, com diligências que sequer competiam a responsabilidade da delegacia, o que aponta uma falha no sistema judiciário, argumentando que tal situação foi motivada pelo fato de que a delegacia especializada atuava em casos que, ao contrário do que ocorre nas demais delegacias da Grande Vitória, não competem ao trabalho da mesma, como afogamentos, acidentes de trânsito, mortes accidentais, e todo outro tipo de morte natural ocorrida fora do ambiente hospitalar.

Isso denota uma total incoerência com relação ao ofício da delegacia de crimes contra a vida, acarretando num previsível acúmulo de inquéritos policiais sem resolução e com o prazo de tramitação expirado, haja a vista a excessiva demanda de trabalho, que destoava completamente com relação às demais delegacias de todo o estado do Espírito Santo.

No caso de Irene, por exemplo, é pertinente o esforço da promotoria do Ministério Público do Estado do Espírito Santo em buscar ressuscitar o caso, procurando novas testemunhas, pedindo o cumprimento de ordens previamente estabelecidas e não executadas pelo judiciário, mesmo que 8 anos depois. No entanto, há de se levar em conta a demora em qualquer tipo de resposta da comarca ou da delegacia de crimes contra a vida, seja ao órgão público, seja à comunidade, ao não executar qualquer exigência por alegar o acúmulo de serviço, pela falha na logística de trabalho e falta de material humano

O não cumprimento das diligencias para o cumprimento dos casos de Fernanda e Irene podem ser caracterizados como um femigenocídio do Estado, que sugere uma violência extrema contra mulheres equiparada a um genocídio. Entende-se por femigenocídio um fenômeno que engloba as dimensões individuais referentes ao assassinato de mulheres por razões de gênero, bem como dimensões sistemáticas, enfatizando as formas estruturais desse tipo específico de violência, perpetuadas por instituições, entre elas, o Estado, que acaba por muitas vezes tolerando-a e negligenciando-a.

Considerações finais

O objetivo deste ensaio foi evidenciar as fabricações de esquecimento motivadas pelo imaginário patriarcal do judiciário, utilizando-se como exemplo os dados extraídos dos inquéritos policiais dos crimes de feminicídio encontrados na Delegacia de Crimes Contra a Vida de Cachoeiro de Itapemirim-ES, utilizando exemplos ligados ao cenário pelo qual a pesquisa foi desenvolvida bem como os discursos patriarcais e de banalização da violência presenciados nos corredores do ambiente de trabalho.

O ambiente precário de arquivamento somado a ausência do registro dos crimes no livro de tombo da delegacia, produz um esquecimento crucial sobre o crime no município, acarretando na manutenção do mesmo.

Discursos generalistas, preconceituosos e descuidados, reforçam o imaginário patriarcal e o modus operandi do patriarcado dentro do sistema judiciário, tendo em vista a forma indevida para com o trato do objeto, desde o inquérito policial ao fenômeno do feminicídio como um todo.

A fabricação de esquecimentos bem como a presença de memórias seletivas sobre os mesmos, incumbe também a responsabilidade do Estado nos elevados índices de violência de gênero no país, evidenciados pelos exemplos explicitados nos exemplos da amostragem expostos anteriormente.

Todo o desconhecimento sobre os casos de feminicídio na cidade evoca o retrato do trato do sistema judiciário para com a violência de gênero que ocorre no país, proporcionando a banalização da violência e a naturalização da violência de gênero, exemplificados aqui com os casos de feminicídio ocorridos no município de Cachoeiro de Itapemirim – o maior do sul do estado do Espírito Santo.

Ao relacionarmos violência de gênero, patriarcado e seu caráter histórico aos trâmites jurídicos, atrelados a fabricação de esquecimentos e a responsabilização do Estado pelo fenômeno, coloca-se uma lupa sobre a origem de tais problema, propiciando o melhor entendimento sobre as suas origens, o seu funcionamento, bem como a sua manutenção nos dias atuais.

O apagamento total da memória das mulheres assassinadas, isto é, o memoricídio de gênero, acaba por resultar na banalização e naturalização da violência cometida contra essas mulheres. Consequentemente, perpetua o femigenocídio por meio da revitimização e re-re-vitimização.

Em outras palavras, o caso de Cachoeiro de Itapemirim, mesmo se tratando de um estudo de amostragem, acaba por revelar um ciclo contínuo da violência de gênero. As relações de gênero, imbuídas dos discursos e valores patriarcais, este fundado e reforçado por meio de diferentes formas de violência, se torna o que se conhece como violência de gênero. Esta, seria a primeira forma de violência sofrida

pela vítima.

A violência de gênero, ao chegar em seu ponto máximo, o femicídio – o assassinato da mulher –, transforma-se no feminicídio – a mulher assassinada por razões de gênero. Este feminicídio, quando tramitado de forma indevida, descuidada e negligenciada pelo sistema de justiça – este, imbuído por discursos e representações patriarcais –, causa a segunda violência à vítima.

Após a segunda violência, isto é, a revitimização, o crime é esquecido pelo sistema de justiça. Este esquecimento, fabricado, mostra-se como uma nova revitimização: a re-revitimização, que quando somada ao esquecimento total do caso e da vítima, e do fenômeno em si, revela os perigos do apagamento: o femigenocídio (o assassinato em massa de mulheres por razões de gênero sob responsabilidade do Estado) e o Memoricídio de Gênero (o apagamento total da memória das mulheres vitimadas, revitimizadas e re-revitimizadas).

O apagamento da memória e o extermínio desses corpos contribuem para a invisibilização do fenômeno, visto que o esquecimento causa a banalização e a naturalização da violência de gênero. Consequentemente, a naturalização da violência provoca a manutenção das relações de gênero e do patriarcado, fazendo reiniciar o ciclo contínuo de violência.

Este trabalho propôs evidenciar como o sistema judiciário, impregnado por valores patriarcais históricos, atua como um perpetrador indireto da violência de gênero ao apagar as memórias das vítimas de feminicídio. A análise dos processos criminais da primeira vara criminal do Fórum Horta de Araújo em Cachoeiro de Itapemirim-ES demonstra que, além do ato de feminicídio em si, ocorre um “segundo feminicídio” simbólico, onde a memória das vítimas é sistematici-

camente desvalorizada e esquecida.

Tal dinâmica não apenas fragiliza os trâmites legais, mas também sustenta uma cultura de invisibilidade e impunidade que perpetua a violência de gênero. Este estudo reforça a necessidade de repensar e reestruturar práticas e valores no sistema judiciário, garantindo que a memória das vítimas seja preservada e que a justiça contribua efetivamente para a construção de uma sociedade mais igualitária e livre de violência de gênero.

Referências

Fontes primárias

Processo criminal número 011.02.060258-4. Arquivo permanente do cartório de primeira vara criminal do Fórum Horta de Araújo da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Processo criminal número 011.06.002292-5. Arquivo permanente do cartório de primeira vara criminal do Fórum Horta de Araújo da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Processo criminal número 011.02.066765-2. Arquivo permanente do cartório de primeira vara criminal do Fórum Horta de Araújo da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Processo criminal número 011.05.002241-4. Arquivo permanente do cartório de primeira vara criminal do Fórum Horta de Araújo da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Bibliografia

AUGUSTO, Cristiane Brandão. VASCONCELOS, Maria Eduarda Mantovani. Práticas institucionais: revitimização e lógica familiarista nos JVDFMs. **Direito em Movimento**. Rio de Janeiro:

ro, v. 23, p. 47-100, 2015.

BENTIVOGLIO, Júlio. Os pontos cegos da história: a produção e o direito ao esquecimento no Brasil – breves notas para uma discussão. **Opsis**, v. 14, n. 2, p.378-395, jul./dez., 2014.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 2^a ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ELIAS. Luan Tofano. **Bastidores do Feminicídio: Permanências Históricas do Crime em Cachoeiro de Itapemirim-ES (2001-2010)**. Editora Práxis. Morrinhos-GO, 2024.

FERRARI, Alex Silva. **O patriarcado vai a júri, veredito: Inocente! Violência e feminicídio em Vitória - ES (2002-2015)**. Tese de doutorado em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES, 2011. Disponível em: < chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/Hist%C3%B3ria--UFES/UFES_PPGHIS_ALEX_SILVA_FERRARI.pdf>. Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

HIRAKA Vania Naomi; MENEGUEL, Stela Nazareth. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Rev Saúde Pública**, n. 45(3), p. 564-574, 2011.

KLAUSING, Sônia da Silva Oliveira. **O sistema político moderno: cultura política patriarcal e interceccionalidade nos tribunais**. OAB-RJ, 2017.

LIÉGE. Mulheres, situação de pobreza e luta por reconhecimento. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

MATTOS, Patrícia. O Reconhecimento, entre a justiça e a identidade. SP: **Lua Nova**, nº 63, 2004.

- MELLO, Adriana Ramos de. **Femicídio:** uma análise sócio-jurídica do fenômeno no Brasil. 2011. 12 páginas. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revisita72/revista72_140.pdf. Acesso em: 21 nov. 2019.
- LAGARDE, M. Por la vida y la libertad de las mujeres: fin al femicidio. **El dia**, V., fevereiro, 2004. Disponível em: <http://www.cimacnoticias.com.mx/especiales/comision/diavlagarde.htm>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.
- LIMA, L. L. da G.; NADER, M. B. Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social. In: PINSKY, C. B.; PEDRO. J. M. **A nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, v. 2, n. 3. 1989.
- ROVAI, Marta Gouveia. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). **Tempo & Argumento**, v. 5, n. 10, p. 108-132, 2013
- SEGATO, R. L. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres da Ciudad Juarez. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 13(2): 266-285. Maio-agosto, 2005.
- SELIGMANN-SILVA, Marcio. Violência, encarceramento, (in)justiça: memórias de histórias reais das prisões paulistas. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 29-47, 2003.
- SERAFIM, Fabrícia Pessoa. Direito e relações de gênero patriarcais. **Jus.com.br**. 2009. Disponível em. < <https://jus.com.br/artigos/13000/direito-e-relacoes-de-genero-patriarcais>>.

Mulheres e política no estado do Espírito Santo no século XX

Tanya Mayara Kruger¹

Introdução

De acordo com Michelle Perrot (2005), a história positivista, centrada principalmente nos grandes homens, heróis e na busca incessante por arquivos, resultou no apagamento de grupos marginalizados na historiografia, como as mulheres. Nesse sentido, “o olhar do homem sobre os homens, os arquivos públicos calam as mulheres” (Perrot, 2005, p. 36).

No contexto da História Local, essa premissa se mantém válida. A escassez de estudos sobre as trajetórias de lutas e conquistas das mulheres na política estadual do Espírito Santo ainda representa uma lacuna significativa, contribuindo para que a sociedade desconheça as figuras femininas que conseguiram adentrar espaços predominantemente masculinos (Kruger, 2021).

¹ Doutoranda em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (2022) com financiamento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e membro do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (LEG-UFES). Além disso, atua como Professora de Formação Continuada na área de Ciências Humanas e Formadora Continuada no Setor de Diversidade, com foco na violência contra as mulheres, pela Secretaria Municipal de Educação de João Neiva-ES. Email para contato: tanyamkruger@gmail.com.

Com o intuito de preencher essas lacunas acerca da história da participação feminina na política capixaba, este artigo se propõe a discutir as lutas e conquistas das mulheres do Espírito Santo que foram pioneras na busca pela cidadania e que ousaram ingressar no campo da política institucionalizada.

Iluminando os caminhos: mulheres na política capixaba no século XX

Na década de 1930, após intensa luta do movimento sufragista, por meio da reforma eleitoral reivindicada pelos apoiadores da Aliança Liberal, o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, viu-se pressionado e promulgou, em 24 de fevereiro de 1932, o Decreto nº 21.076, que instituiu o voto secreto e o voto feminino para as mulheres casadas, desde que essas tivessem autorização dos seus maridos, e para algumas solteiras ou viúvas, que possuíssem renda própria (Vaz, 2008).

No Espírito Santo, em 1935, o estado elegeu sua primeira vereadora no município de Muqui, localizado no sul do estado. Trata-se de Maria Felizarda de Paiva Monteiro, conhecida popularmente como Neném Paiva, eleita pelo Partido Social Democrático (PSD). Em 1937, a vereadora chegou a ser presidente da Câmara Municipal.

Apesar desse avanço em prol da participação feminina na política estadual, em 1937, Vargas deu um golpe de Estado, suspendeu as atividades da Câmara Legislativa Federal e, posteriormente, instaurou um regime ditatorial, caracterizado por perseguições e censura, conhecido historicamente como Estado Novo, que perdurou até 1945 (Kruger, 2021).

Com a reabertura política, em 1947, o Espírito Santo elegeu sua pri-

meira deputada estadual, Judith Leão Castello Ribeiro, com um total de 1.170 votos, pelo Partido Social Democrático (PSD). Nascida em 31 de agosto de 1898, no município da Serra, Judith pertencia a uma família com tradições políticas, pois seu irmão, Rômulo Leão Castello, foi o 22º prefeito da cidade da Serra, no período de 1947 a 1951 (Ribeiro, 1980).

Formou-se no curso normal do Colégio do Carmo em 1932, e atuou como professora no Ginásio São Vicente de Paulo, por mais de quarenta anos, e na Escola Normal Pedro II, onde foi catedrática de psicologia e didática por dezoito anos. Ainda em 1932, Judith Leão de Castello Ribeiro apoiou o Movimento Revolucionário Constitucionalista de São Paulo (Ribeiro, 1980). Na solenidade de posse, na década de 1940, ocorrida no salão do Teatro Glória, Judith declara:

Cabe-me o dever, nesta hora de júbilo de minhas conterrâneas, porque elegeram, no primeiro pleito do atual regime constitucional, uma mulher, talvez sugestionadas pelo “livro dos livros”, a Bíblia, que dá ao nome “Judith” o significado de “mulher forte”, cabe-me, agradecendo a confiança, prometer defender, aguerridamente, a Democracia. O Espírito Santo nasceu de um ato de fé. Há de por seus filhos, pela mulher côncia dos seus deveres no lar, na escola e na vida social e política, erguer-se sob o impulso desta mesma fé e ascenderá às regiões do progresso dentro da ordem (Ribeiro, 1980. p. 76)

Judith foi reeleita para o cargo de deputada estadual (PSD) nas eleições de 1951, com 1.528 votos. Reelegeu-se nas duas legislaturas posteriores (1951-1958), e continuou sendo a única mulher na Assembleia Legislativa no Espírito Santo (Almeida, 2013).

De acordo com Simone Patrocínio de Almeida (2013, p. 155), Judith foi uma legisladora ativa, haja vista que: “em 1947, apresentou 110 projetos, mostrando o quanto tinha a contribuir com a história

política do estado. Durante seus quatro mandatos, destinou emendas para a construção de escolas nos municípios do interior do estado, e hospitais.”

Nas eleições de 1962, Judith lançou-se à reeleição para o quinto mandato, mas não obteve êxito, ficando como suplente. Contudo, além de sua atuação nos espaços formais de poder, ela continuou a exercer a política por meio de suas práticas sociais. Participou ativamente da fundação do Hospital Santa Rita de Cássia, localizado em Vitória, e integrou diversas instituições e iniciativas, como a Associação das Filhas de Maria Imaculada, o Colégio do Carmo, e a Comissão Pró-Construção da Colônia Pedro Fontes, voltada ao tratamento de pacientes com hanseníase, em Itanhém, Cariacica. Também esteve envolvida na Campanha da Bondade, que promovia eventos para arrecadar recursos destinados à construção do Proventório Alzira Bley, em Itanhém, com o objetivo de acolher os filhos dos pacientes hansenianos (Kruger, 2021).

Figura 1: Judith Leão Castelo Ribeiro. Única mulher a receber a comenda *Jerônimo Monteiro*, ao lado dos demais homenageados.



Fonte: arquivo da ALES.

O pioneirismo de Judith e sua luta para adentrar espaços tipicamente masculinos deixaram marcas profundas na historiografia capixaba. No entanto, a inserção das mulheres na política institucionalizada avançava de forma lenta e gradual, tendo em vista que durante a década de 1940 a 1960, Judith foi a única mulher eleita para a Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Kruger, 2021).

No Brasil, em 1964, foi instaurada, por meio de um golpe civil-militar, uma ditadura, marcada por uma forte repressão, inaugurando longos anos de uma política regido por cassação de direitos, censura, tortura e exílio (Kruger, 2021).

Fanny Tabak (2002) realizou uma pesquisa sobre as mulheres eleitas em 1966 e descobriu que, naquele ano, apenas duas foram eleitas deputadas federais: uma em São Paulo e outra na Bahia. Em 1968, o

número de deputadas federais aumentou para cinco, sendo quatro do MDB e uma da ARENA, os dois partidos que dominaram a política durante boa parte da ditadura militar.

Nas eleições de 1970, não houve candidatas no Espírito Santo, e, no pleito de 1974, apenas Dilda Fraga Rocha, da Arena, foi eleita vereadora em Fundão. Vale lembrar que estávamos no período da ditadura militar, um regime que trouxe profundas alterações no processo político. Durante esse período, os mandatos foram modificados, direitos políticos foram cassados, eleições indiretas para a presidência foram instituídas, e houve mudanças no cálculo para a distribuição de deputados nas Câmaras, com base na população. Além disso, uma série de ações reforçou o poder discricionário do governo, adequando-o aos seus interesses, com o objetivo de estabelecer uma ordem que favorecesse a obtenção de uma maioria política favorável ao regime. Esse processo privilegiou os estados politicamente incipientes, em detrimento daqueles tradicionalmente mais expressivos (Almeida, 2013).

Com o processo de reabertura política, nas eleições realizadas em 1982, para cadeiras na Câmara Federal, na Assembleia Legislativa e nas câmaras municipais, foram eleitas 16 mulheres: a Deputada Federal capixaba, Myrthes Bevilacqua Corradi (PMDB), com 46.604 votos; Rosilda de Freitas (PMDB), com 61 22.664 votos, para a Assembleia Legislativa; e 14 vereadoras (Almeida, 2013). Além disso, em 1982, o Espírito Santo elegeu sua primeira Prefeita.

Figura 2: Hilda Bastos de Rezende Figueiredo, primeira mulher eleita prefeita no ES



Fonte: Arquivo Pessoal de Hilda Bastos.

Hilda Bastos de Rezende Figueiredo foi eleita a primeira prefeita do estado em 1982, pelo município de Apiacá, região sul do Estado, pelo Aliança Renovadora Nacional (Arena), com um total de 1.134 votos (Nunes, 2024).

Figura 3: Hilda Bastos de Rezende Figueiredo, ao lado de ao lado de Ulysses Guimarães (à esquerda), em Brasília, para onde viajou em busca de recursos para Apiacá.



Fonte: Arquivo Pessoal de Hilda Bastos.

Salienta-se que, ainda em 1982, o Espírito Santo elegeu sua primeira deputada federal, a professora Myrthes Bevilacqua (PMDB). No ensino secundário, ainda enquanto estudante, Myrthes filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) feminina. Posteriormente, ao ingressar na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no final da década de 1950, passou a participar das reuniões políticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Kruiger, 2021).

Anos depois, associou-se à União dos Professores Primários do Espírito Santo (UPPES), entidade representativa dos professores primários no estado, e foi convidada a integrar seu Conselho. Graças à sua intensa militância em favor da categoria, Myrthes alcançou a presidência da instituição em 1979 (Souza, 2014).

Durante sua gestão, a UPPES conseguiu conquistar sede própria, na Rua Duque de Caxias, no Centro de Vitória. Além disso, instituiu convênios médicos e odontológicos para os professores, iniciou litígios judiciais para combater ilegalidades e injustiças direcionadas à categoria e reformulou seu Estatuto, passando a ser denominada União dos Professores do Espírito Santo (UPES) (Souza, 2014).

4: Myrthes Bevilácqua Corradi durante entrevista concedida para a TV Assembleia no ano de 2011.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myrthes Bevilacqua.

Myrthes passou a viajar com frequência para o interior do estado, com o objetivo de dialogar com os professores e fortalecer a luta da categoria, que era majoritariamente composta por mulheres. A UPES também viabilizou a criação de novos sindicatos e promoveu grandes passeatas, mesmo diante de recursos limitados. Para se destacar e ser

reconhecida, a ex-deputada passou a usar um lenço na cabeça, inspirado no professor de educação física Paulo Pimenta, que era famoso por usar um boné. Desde então, Myrthes nunca mais deixou de usar o lenço, tornando-o sua marca registrada (Souza, 2014).

Em 1979, com a promulgação da Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, o pluripartidarismo foi restabelecido, mas o PCB ainda permanecia na clandestinidade. Foi nesse contexto que Myrthes decidiu filiar-se ao PMDB e, nas eleições de 1982, concorrer ao cargo de deputada federal. Eleita com 46.604 votos, Myrthes se tornou a primeira deputada federal do Espírito Santo. Durante seu mandato, atuou como vice-presidente da Comissão de Serviço Público, vice-presidente da Comissão de Trabalho e Legislação Social, vice-presidente da Confederação dos Professores do Brasil, vice-presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e vice-presidente da Federação Latino-Americana de Trabalhadores (Lunz, 2019).

Em maio de 1984, Myrthes tomou a iniciativa de organizar o primeiro seminário sobre o trabalho da mulher, realizado em Brasília. O evento tinha como objetivo discutir os desafios enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho. Nesse contexto, Leandro Lunz (2019, p.99) observa que: “as dificuldades também estavam relacionadas à proposição de projetos de lei e à organização de movimentos como o Seminário sobre o Trabalho da Mulher, voltados para as mulheres, especialmente no que diz respeito ao trabalho”

Nas eleições de 1986, atendendo a um pedido do colega de partido e ex-governador, Max Mauro, prejudicou a sua reeleição para o cargo de deputada federal, pelo fato de não se dedicar totalmente à campanha, em troca da oferta da Secretaria de Educação após as eleições. No entanto, em entrevista concedida a Leandro Lunz (2019, 101),

Myrthes alega:

No entanto, após as eleições, e sendo derrotada nas urnas com pouco mais de quinze mil votos, foi convidada pelo governador eleito, Max Mauro, para o cargo de Secretária Estadual de Ação Social, na qual atuou apenas por um ano. Em 2010, recebeu o convite de Rita Camata (PSDB) para ser sua 3^a suplente ao Senado, mas não alcançaram sucesso.

Em 1985, como resultado da mobilização iniciada pela Campanha das Diretas-Já, foi criado o Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDCM). O conselho surgiu a partir da iniciativa de 40 mulheres do PMDB, que procuraram o candidato à presidência daquele ano, Tancredo Neves. Após a eleição de Tancredo pelo Colégio Eleitoral, por meio de eleições indiretas, ele comprometeu-se a instaurar um órgão estatal para tratar dos direitos das mulheres. Com a morte de Tancredo Neves, o vice-presidente José Sarney, ao assumir a presidência, cumpriu a promessa e criou o conselho em 1985 (Pinto, 2003).

Assim, em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, vinculado ao Ministério da Justiça, com orçamento próprio e presidido por uma mulher com status de ministra. A criação do Conselho consolidou várias demandas do movimento feminista, como a luta pela sexualidade, pelo direito a creches e pelos direitos reprodutivos. O Conselho também desempenhou um papel importante na Assembleia Nacional Constituinte, com a elaboração da “Carta às Mulheres”, um documento que representava as demandas do movimento feminista (Pinto, 2003).

Na legislatura de 1986-1990, da Assembleia Constituinte, foram eleitas 26 mulheres para a Câmara dos Deputados, o que correspon-

dia a 5,7% da Casa. As regiões Norte e Nordeste foram as que elegeram o maior número de deputadas. Sobre esse tema, Fanny Tabak (2002, 100) afirma:

esse número tem que ser relativizado, pois correspondia a somente pouco mais de 5% do total de deputados para a Câmara Federal. Existe ainda o agravante de que nenhuma mulher foi eleita para o Senado. Ou seja, a nova Constituição que seria elaborada no país, e que se presume deveria prepará-lo para ingressar no século XXI, teve a colaboração de um número extremamente reduzido de mulheres.

No Espírito Santo, nas eleições de 1986 não houve nenhuma mulher foi eleita para a Assembleia Legislativa Estadual; todavia, duas mulheres foram eleitas para a Câmara dos Deputados, sendo elas: Rose de Freitas (PMDB) e Rita Camata (PMDB).

No que tange à promulgação da Constituição de 1988, o movimento feminista exerceu pressões constantes por meio de ações diretas, identificadas pela imprensa como o “lobby do batom”. Esse termo, inicialmente pejorativo e criado pelos deputados, foi, no entanto, apropriado pelas mulheres. Como resultado, cerca de 80% de suas reivindicações foram atendidas, incluindo a formalização da igualdade de direitos entre homens e mulheres e a concessão de licença à gestante. A bancada feminina se comportou como um verdadeiro “bloco de gênero”, agindo de forma unificada, independentemente de filiação partidária, e superando quaisquer divergências ideológicas. Assim, as feministas não apenas apresentaram a maioria das propostas, como também asseguraram a aprovação das demandas do movimento (Pinheiro, 2000).

Nas eleições de 1990, para a Câmara Federal, foram eleitas, novamente, Rose de Freitas ((PSDB) e Rita Camata (PMDB). Para As-

sembleia Legislativa do estado do Espírito Santo, foram eleitas: Brice Bragato (PT) e Maria da Penha Feu Rosa (PTB).

Advinda das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)² e militante ativa do Partido dos Trabalhadores (PT), Brice Bragato elegeu-se deputada estadual aos 37 anos, para o seu primeiro mandato. Posteriormente, foi reeleita nas eleições de 1994 e 2022 para o mesmo cargo, onde apresentou diversos Projetos de Lei. Dentre eles, destacam-se a Lei nº 5.255/96, que institui o Sistema Estadual de Direitos Humanos, e a Lei nº 5.627/98, que cria a Comissão de Saúde do Trabalhador (COSAT) no serviço público do Estado do Espírito Santo, além do Conselho das Comissões de Saúde do Trabalhador (Brice, 2023).

Nas eleições municipais de 1996, de acordo com dados do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, cerca de 1.131 mulheres que se candidataram ao cargo de vereadora, mas somente 83 foram eleitas, o que equivale a menos de 10% do total de eleitos.

A sub-representação feminina na política tornou-se um problema de caráter mundial. A Conferência de Beijing, realizada na China, em 1995, que foi patrocinada pela ONU, propôs a legitimação de política de cotas por sexo em âmbito mundial. No Brasil, no ano de 1991, começaram as primeiras discussões sobre a lei de cotas, com o Partido dos Trabalhadores assegurando uma representação mínima de 30% para qualquer um dos sexos nos seus órgãos de direção. De acordo com Miguel (2000, p.24): “em 1995, esse movimento chega

2 As Comunidades Eclesiais de Base é um movimento vinculado a Igreja Católica que incentivado pela Teoria da Libertação, tem como característica principal a reunião de moradores geralmente do mesmo bairro que se encontraram para refletir e transformar as desigualdades à luz da palavra de Deus. Fonte: FGV CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comunidades-ecclesiás-de-basecebs>. Acesso em: 22 de novembro de 2024.

ao legislativo brasileiro, com a aprovação de um artigo na legislação que regulamentaria as eleições de 1996, assegurando uma cota mínima de 20% para as candidaturas de mulheres às câmaras municipais.”

A primeira tentativa de introduzir um artigo sobre a questão da lei de cotas na legislação eleitoral foi em 1993, numa emenda de autoria do deputado Marco Penaforte (PSDB/CE)145. Segundo Miguel (200, p.20): “naquela época a proposta foi rejeitada, sem discussão. As próprias organizações do movimento de mulheres estiveram em debate. A questão do empoderamento não era ainda [...] central”.

No ano de 1995, após uma participação no encontro das mulheres do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), a deputada federal Marta Suplicy (PT/SP) propôs um projeto de lei com 30% de cotas para as eleições municipais seguintes, de 1996. O projeto de lei apresentado por Marta Suplicy contou com as assinaturas de outras 26 deputadas, sendo elas : Esther Grossi (PT/RS), Marinha Raupp (PMDB/RO), Alzira Ewerton (PSDB/AM), Ceci Cunha (PSDB/AL), Maria Elvira (PMDB/MG), Nair Xavier Lobo (PMDB/GO), Cidinha Campos (PDT/RJ), Elcione Barbalho (PMDB/PA), Fátima Pelaes (PFL/AP), Jandira Feghali (PCdoB/RJ), Maria Valadão (PFL/GO), Ana Júlia (PT/PA), Marisa Serrano (PMDB/MS), Socorro Gomes (PCdoB/PA), Tete Bezerra (PMDB/MT), Yeda Crusius (PSDB/RS), Simara Ellery (PMDB/BA), Zila Bezerra (PFL/AC), Zulaiê Cobra Ribeiro (PSDB/SP), Marilú Guimarães (PFL/MS), Alcione Athayde (PPB/RJ), Sandra Starling (PT/MG), Laura Carneiro (PFL/RJ), Telma de Souza (PT/SP), Conceição Tavares (PT/RJ) e Lídia Quinan (PMDB/GO) (Mano, 2015).

No Senado, uma emenda baixou a cota mínima para 20%. Todavia, no ano de 1997, novamente a partir de uma proposta realizada por

Marta Suplicy, a lei de cotas para as eleições de 1998 elevou a 30% a reserva de vagas, por sexo, para cargos proporcionais, estabelecendo também uma cota máxima de 70% (Mano, 2015).

A lei de cotas por sexo foi a primeira ação afirmativa voltada para impulsionar a participação feminina na política brasileira. Com isso, o final do século XX parecia promissor para as mulheres. No entanto, a trajetória em busca da equidade ainda seria longa.

Considerações Finais

Com a virada do século, desde os anos 2000, as mulheres passaram a representar a maioria do eleitorado brasileiro, todavia, esse número ainda não conseguiu ser revertido em representatividade feminina, visto que as mulheres ainda continuam sub-representadas nos espaços formais de poder (Mano, 2015).

Os estudos sobre política e gênero ainda apontam para a sub-representação das mulheres na política institucionalizada. A ausência feminina nas instâncias de poder, mantém-se como um grande desafio ao projeto democrático e um problema para os estudos de gênero ao evidenciar a persistência dessas desigualdades (Matos, 2018).

Tratando-se de História Local, a participação das mulheres na política no Espírito Santo, embora ainda limitada, registrou avanços, principalmente após a década de 1980, quando mulheres dos movimentos sociais começaram a adentrar cada vez mais esses espaços.

Há ainda muito a ser investigado e inúmeras lacunas a serem preenchidas no estudo da participação das mulheres na política no Espírito Santo. No entanto, uma coisa é certa: a presença feminina nos espaços formais de poder contribui decisivamente para a democracia bra-

sileira, ao diversificar pautas, trazer novos elementos para as agendas políticas e oxigenar a representação, tornando-a mais justa em um território que sempre foi delas: a política.

Referências

- ALMEIDA, Simone Patrocínio de. **A mídia na construção da representação social da pessoa pública feminina no Espírito Santo – Rita Camata (1988 – 2000)**. 2013. 240 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória.
- KRUGER, Tanya Mayara. **Mulheres e Política no Espírito Santo (1982-2018)**. Editoria Milfontes. Vitória, 2021.
- LUNZ, Leandro. **Mulheres na política: Myrthes Bevilacqua Corradi e Luzia Alves Toledo no poder legislativo -1980 a 2018**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2018.
- MATOS, Marlise. **Mulheres em busca de cidadania política: paradoxos de uma incompletude**. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições Sesc, 2010.
- MANO, Maíra Taveira. **Legislar sobre “mulheres”:** relações de poder na câmara federal. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2015, p. 64.
- OLIVEIRA, Ester Abreu Vieira de. **Presença de Judith Leão Castello Ribeiro**. GM: Vitória, 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.**

São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política:** uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

SOUZA, Dayane Santos de. **Entre Espírito Santo e Brasília:** mulheres, carreiras políticas e o legislativo brasileiro a partir da redemocratização. 265f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2014.

A atuação do Ministério Público no combate e prevenção ao feminicídio

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer¹
Brenda Figueiredo Lima²

Introdução

O crime de feminicídio foi promulgado pela Lei. 13.104/2015 que qualificou o tipo penal como homicídio doloso agravado por razões de gênero. Posteriormente o dispositivo foi alterado pela Lei 14.994/2024 que transformou o tipo penal em crime autônomo previsto no artigo 121-A do Código Penal, além de agravar a pena prevista para o delito. A legislação e sua inovação, representaram um avanço no combate à violência de gênero e uma conquista para as lutas feministas.

Entretanto, os dados divulgados pelo Fórum de Segurança Pública (2024) demonstram que, em 2022, o Brasil registrou o maior número de casos de feminicídio desde a entrada em vigor da Lei 13.104/2015. Foram computados 1.467 casos, o que corresponde a um homicídio baseado em gênero a cada seis horas. Esses números demonstram os

¹ Professora Livre Docente da Universidade pela Universidade do Rio de Janeiro (Unirio).

² Doutoranda em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV).

desafios que o país enfrenta para implementar medidas efetivas no combate ao crime de feminicídio.

Nesse cenário, o Ministério Público Estadual desempenha papel essencial na defesa da vida, especificamente quando em sua atividade finalística promove a persecução dos crimes de feminicídio. Assim, investigamos a relação entre as ações do Ministério Público e os resultados das políticas públicas, bem como identificamos os obstáculos que dificultam a atuação eficaz do órgão ministerial no combate contra o feminicídio.

A hipótese é que a forma como os homicídios femininos são classificados, especificamente a distinção entre “feminicídio” e “morte violenta de mulheres”, pode refletir ou ser influenciada pelo compromisso e atuação do Ministério Público em defender direitos específicos, como a proteção contra a violência de gênero.

Feminicídio no Brasil

Registros históricos demonstram que o termo *femicide* (formulado originalmente na língua inglesa) foi utilizado pela primeira vez por Diana Russel, em 1976, no Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, na cidade de Bruxelas, como ferramenta para desenhar as diferenças entre os homicídios cometidos contra homens e contra mulheres (Russell; Radford, 1992). A hermenêutica do femicídio é o ápice do escalonamento da violência praticada contra o gênero feminino, que resulta na morte das suas vítimas.

Na América latina, o termo feminicídio foi utilizado pela primeira vez pela antropóloga mexicana Marcela Lagarde y de Los Rios, em 1998, ao descrever homicídios de mulheres ocorridos na cidade Jua-

rez, no México, em 1993, com requintes de crueldade e tortura (Não se cale, 2024). As vítimas, conhecidas como “*las mortas de Juarez*”, eram abandonadas em espaços públicos, e a antropóloga concluiu que os crimes eram motivados pelo ódio específico contra o gênero feminino.

No Brasil, em 2015, foi promulgado a Lei 13.104/2015, que alterou o artigo nº 121 do Código Penal Brasileiro, incluindo o feminicídio como uma qualificadora do homicídio doloso. O conceito estabelecido no Código Penal define feminicídio como o crime cometido “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”, considerando “condições de sexo feminino” os casos que ocorrem no âmbito da “violência doméstica e familiar” ou um contextos de “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”, nos termos do artigo 121, §2º e §2º A do Código Penal (Brasil, 2015).

A socióloga e pesquisadora Lourdes Bandeira (2013) explica que as motivações para o prática do feminicídio incluem sentimentos de ódio, desprezo e perda de controle sobre as mulheres, características habituais em sociedades machistas e patriarcais, com “padrão cultural de subordinação” do feminino e com a “lógica de dominação masculina”, como ocorre no Brasil.

O feminicídio é a última *ratio* da violência contra a mulher, impulsionado por estereótipos de papéis sociais de gênero, machismo, misoginia, patriarcado, discriminação e relações de poder entre os sexos, como explicam Caputi e Russell (1992, p. 15, tradução nossa):

O feminicídio é o fim extremo de um *continuum* terror contra as mulheres que inclui diversas ações, que vão muito além de abusos verbais e físicos, tais como estupro, tortura, escravidão sexual (particularmente a prostituição), incesto e abuso sexual na infância, agres-

sões físicas e emocionais, assédio sexual (no telefone, nas ruas, no escritório em salas de aula), mutilações genitais (clitoridectomia, excisão, infibulação), operações ginecológicas desnecessárias (histerectomia gratuita), heterossexualidade forçada, esterilização contra a vontade, maternidade forçada pela criminalização do aborto e da contraceção, psicocirurgia, negação de alimentos a mulheres em algumas culturas, cirurgias cosméticas e outras mutilações em nome da estética. Quando essas formas de terrorismo terminam em morte, tem-se o feminicídio.³

Nesse contexto, Luciana Gebrim e Paulo César Borges (2014, p.59), explicam que a “violência contra a mulher por razões de gêneros é histórica e tem um caráter estrutural, que se perpetua devido à sua posição de subordinação na ordem sociocultural patriarcal”. Essa dinâmica de poder, alicerçada em padrões de controle, dominação e opressão, resulta em discriminação, exploração, individualismo e estereótipos. Tais práticas são transmitidas entre gerações, naturalizadas e replicadas nas esferas pública e privada, consolidando um ciclo de desigualdade, violência e “discriminação contra a mulher e geradas práticas sociais que permitem ataques contra a sua integridade, desenvolvimento, saúde, liberdade e vida” (Gebrim; Borges, 2014, p. 59).

O termo feminicídio foi se popularizando em todos os setores da sociedade: acadêmico, político, artístico, jurídico, entre outros espaços utilizados para denunciar a morte de meninas e mulheres causado

3 “Femicide is on the extreme end of continuum of antifemale terror that includes a wide variety of verbal and physical abuse, such as rape, torture, sexual slavery (particularly in prostitution), incestuous and extrafamilial child sexual abuse, physical and emotional battery, sexual harassment (on the phone, in the streets, at the office, and in the classroom), genital mutilation (clitoridectomies, excision, infibulations), unnecessary gynecological operations (gratuitous hysterectomies), forced heterosexuality, forced sterilization, forced motherhood (by criminalizing contraception and abortion), psychosurgery, denial of food to women in some cultures, cosmetic surgery, and other mutilations in the name of beautification. Whenever these forms of terrorism result in death, they become femicides.”

pela manifestação brutal da misoginia. E como consequência, se tornou um crime autônomo por meio da Lei 14.994/2024, previsto no artigo 121-A do Código Penal, que agravou a pena prevista no tipo penal e em outros crimes praticados contra a mulher, além de incluí-lo no rol de crimes hediondos.

No primeiro ano após a sanção da lei que instituiu o feminicídio, o Brasil registrou 449 casos e desde que a legislação entrou em vigor, foram registrados 10.655 crimes de feminicídio. Quando analisamos os números de homicídio de mulheres, esses dados são ainda mais alarmantes, com 47.618 mulheres vítimas do crime de homicídio⁴. Mas o que causa essa diferença expressiva entre as mulheres vítimas de feminicídio e do homicídio? A subnotificação explicaria essa discrepância nos dados?

Subnotificação e classificação jurídica do crime de feminicídio

Notadamente, os crimes de violência contra mulheres sofrem com a subnotificação de casos, o que impede que os dados oficiais publiquem e dimensionem o real quantitativo de vítimas. A ausência de informações precisas impacta diretamente no aumento dos casos de feminicídio, uma vez que o assassinato das vítimas é o último estágio da violência de gênero. Ao apresentar um cenário fictício menos grave do que a realidade, o Estado implementa políticas públicas baseadas em um número subestimado de vítimas. Além da subnotificação, outro fenômeno impacta os dados oficiais: casos que ficaram ocultos. “Entre 2012 e 2022, 131.562 pessoas morreram de forma violenta

4 Registra-se, quanto ao ano de 2022, que no Atlas de Violência de 2024, página 38, o índice de homicídio de mulheres foi de 3.806. Já na publicação do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 24, página 127, quanto ao ano de 2022 consta a informação que foram registrados 3.934 de homicídio de mulheres.

sem que o Estado conseguisse identificar a causa básica do óbito, se decorrente de acidentes, suicídios ou homicídios – as chamadas mortes violentas por causa indeterminada (MVCI)” (Comunicação Ipea, 2024), o que revela que os dados divulgados pelo Fórum de Segurança Pública são subestimados.

De acordo com o Mapa Nacional da Violência de Gênero (2024), projeto do Senado Federal em parceria com Instituto Avon e Gênero e Número, 61% das mulheres vítimas de violência de gênero no ano de 2023 não procuraram uma delegacia, ou seja, não registraram boletim de ocorrência, tampouco prestaram queixa.

O observatório, trouxe informações quanto a “subnotificação desconhecida”, que se refere ao percentual de mulheres que declararam não serem vítimas de violência, mas que, ao responderem o questionário da pesquisa, relataram ter sofrido uma ou mais das seguintes situações: humilhação em público, chantagem por mídias íntimas ou coação para realização de atos sexuais não consentidos.

A pesquisa informa que a “subnotificação desconhecida pode ocorrer devido a fatores como o medo, a vergonha, a minimização dos eventos ou simplesmente uma falta de consciência sobre o que constitui violência doméstica”. Segundo os dados, 29% das mulheres (22.282.489) declararam ter vivenciado alguma forma de violência, enquanto 71% (55.364.888) negaram ter sido vítimas, apesar de efetivamente terem sofrido violência (Mapa Nacional da Violência de Gênero, 2023).

A Secretaria da Segurança Pública do estado de São Paulo (2024) divulgou que os casos de feminicídio aumentaram no primeiro trimestre de 2024 em comparação com o mesmo período em 2023, relacionando esse fenômeno à ausência de denúncias em casos de

violência de gênero (subnotificação). Adriana Liporoni, coordenadora das delegacias de defesa da mulher, enfatizou que a denúncia é um mecanismo essencial para combater o feminicídio.

A resistência das vítimas em solicitar as medidas protetivas de urgência e/ou registrar denúncias e boletins de ocorrência em casos de violência de gênero compõem uma parcela da dificuldade em combater o crime de feminicídio. No caso específico desse crime, a subnotificação é agravada pela dificuldade em caracterizar o tipo penal, o que resulta em crimes de feminicídio classificados como homicídio de mulheres. Para que o delito seja enquadrado como feminicídio é necessária uma investigação criteriosa e específica capaz de comprovar a motivação de ódio ao gênero feminino, como discriminação ou violência doméstica.

Matosinhos (2023), em sua pesquisa qualitativa para o mestrado, identificou que outro fator que impacta a classificação desses crimes é a interpretação dos agentes criminais sobre o que caracteriza ou não o feminicídio, para a autora, essa interpretação é influenciada pela hermenêutica jurídica e pelo paradigma patriarcal da sociedade brasileira.

A divergência hermenêutica gera interpretações diversas quanto à competência para a investigação do fato (delegacia especializada ou delegacia generalista). De modo que os casos que são investigados pela delegacia especializada (da mulher e/ou e feminicídio) apresentam melhores índices de esclarecimento em comparação às investigações realizadas pela delegacia generalista. Isso ocorre porque os policiais atuantes em delegacias especializadas recebem treinamento específico para lidar com a violência de gênero, enquanto a ausência de tal capacitação nas delegacias generalistas impacta negativamente

a qualidade das investigações (Matosinhos, 2023).

Os casos de feminicídio que ocorrem fora do contexto doméstico são comumente investigados pelas delegacias generalistas, e enfrentam os mesmos problemas que os homicídios em geral: ineficiência nas investigações e desconhecimento da autoria (na maioria dos casos). Quanto a ineficiência da investigação de homicídios de uma forma geral, a pesquisa “Onde Mora a Impunidade” (2023) do instituto Sou da Paz, revelou que, no período compreendido entre 2017-2023, apenas um em cada três casos de homicídios foi resolvido, o que comprova a dificuldade das autoridades em elucidar crimes, responsabilizar os autores e garantir justiça para as vítimas.

Essa realidade evidencia não apenas as limitações estruturais e técnicas das investigações, mas também a necessidade de aprimorar os mecanismos de justiça e segurança pública para enfrentar a impunidade e assegurar os direitos das vítimas e de suas famílias. Resumindo, “os eventos que não se amoldam ao feminicídio típico⁵: ou são classificados como homicídio (ou algum outro crime), ou demandam outros esforços para serem categorizados como feminicídio, fugindo à receita rotineira” (Matosinhos, 2023, p. 136).

Nesse contexto, verifica-se que o feminicídio que envolve “violência doméstica e familiar” é mais facilmente percebido e enquadrado pela autoridade policial e membros do Ministério Público do que os casos de assassinatos que envolvem “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. O limbo jurídico da prática jurídica entre as duas categorias de feminicídio é explicado pelo sentido hermenêutico empregado pelo operador de direito ao conceito de feminicídio, que “se limita a casos envolvendo violência doméstica” (Matosinhos,

⁵ Feminicídio típico é compreendido como o ocorrido em contexto de violência doméstica e/ou familiar.

2023, p. 137).

O enquadramento jurídico entre feminicídio ou homicídio de mulher depende da interpretação hermenêutica do agente que apura aquele fato típico. Nesse sentido, observamos que a alteração legislativa para incluir como crime o feminicídio é apenas uma etapa, dependendo de uma etapa posterior, qual seja, interpretação e enquadramento do fato típico pelos operadores de direito. A hermenêutica desses profissionais é impactada pelas raízes machistas, patriarciais e misóginas da sociedade brasileira.

Em que pese a alteração normativa objetiva a responsabilização dos autores da violência de gênero, “as pessoas que dizem, na prática, o que deve ser tratado ou não como feminicídio, e o que deve ser assim punido ou não, são os mesmos operadores de sempre, imiscuídos em um habitus e em uma estrutura de dominação” (Matosinhos, 2023, p. 143). É necessário romper com os paradigmas do machismo, do patriarcado, da misoginia e da desigualdade social.

Ao analisar os dados divulgados pelo Fórum de Segurança Pública (2024), constatamos a discrepância entre os números registrados de feminicídio e homicídio de mulheres em alguns estados, como no caso do Ceará, que no ano de 2023, registrou 42 casos de feminicídio, número relativamente baixo em comparação ao registro de 264 casos de homicídios de mulheres. Verifica-se, ainda, que a taxa de feminicídio por cem mil habitantes no estado em comento é de 0,9, número inferior ao da média nacional (1,4).

Esse cenário contrasta com o estado do Mato Grosso, que no mesmo período, registrou 46 casos de feminicídio, o que corresponde a praticamente metade dos registros de 103 casos de homicídios de mulheres, refletindo em uma taxa de 2,5 casos de feminicídio por

cem mil habitantes, número superior ao da média nacional (Fórum de Segurança Pública, 2024).

A discrepância dos índices de feminicídios entre estados como Mato Grosso e Ceará podem refletir um comprometimento e preparo dos promotores e autoridades policiais em investigar os fatos delituosos, identificar os suspeitos e registrar adequadamente o crime.

O papel do Ministério Público no combate ao feminicídio

O Ministério Público exerce a função institucional de realizar o controle externo da atividade policial, por ser o destinatário final das investigações criminais conduzidas pela polícia, além de poder determinar quais diligências são essenciais para a formação de sua *opinio delicti* (Rangel, 2003).

Considerando que o objetivo desta pesquisa é analisar a atuação do Ministério Público Estadual na defesa da vida, especificamente quando em sua atividade finalística promove a persecução dos crimes de feminicídio, é necessário compreender as razões que expliquem o fenômeno da contraposição dos índices de casos registrados como feminicídio e como homicídio de mulheres nos estados brasileiros. Para isso, foi realizada uma comparação da atuação do Ministério Público Estadual nos estados com os maiores e menores índices de feminicídios no Brasil.

Estados com maiores índices de feminicídios no Brasil: Mato Grosso, Rondônia e Tocantins

Ao analisarmos os três estados com os maiores índices de feminicídios no brasil, constatamos que a atuação do Ministério Público

Estadual demonstra o compromisso com a luta pelo fim da violência de gênero, realizando inúmeras atividades e ações com o objetivo de prevenir e combater esses crimes.

O Ministério Público do Mato Grosso (MPMT, 2024c) reforça seu comprometimento com o combate à violência contra a mulher por meio de seu Planejamento Estratégico Institucional 2020-2023, que tem como um dos objetivos a implantação da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Essa iniciativa inclui atividades como o projeto “Diálogos”, realizado em parceria com a iniciativa privada, contando com recursos de empresas de comunicação, shoppings e associações para a prevenção ao feminicídio (MPMT, 2024). Além disso, o MPMT (2022a) promove parcerias públicas, como a instituição do Dia de Combate à Violência Contra a Mulher e ao Feminicídio, por meio da Lei Estadual n.º 11.810/2022, que prevê a intensificação de políticas públicas no enfrentamento ao feminicídio.

Já o Ministério Público de Rondônia, em 2019, foi pioneiro ao lançar uma promotoria especializada na investigação de crime de feminicídio. A criação da 37^a promotoria, aprovada em 2018, demonstra o comprometimento do órgão em combater a violência de gênero (g1 RO, 2019) por meio de uma investigação específica e com prioridade de tramitação. Em 2022, o MPRO participou do pacto interinstitucional com entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional RO, Defensoria Pública, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania, Coletivo Pró-Mulher, Fórum Popular de Mulheres, Rede Lilás e Associação de Pessoas com Deficiência de Porto Velho, com o objetivo de influenciar a “elaboração e implementação de políticas públicas institucionais e jurídicas” em prol do enfrentamento ao feminicídio

no estado (TCERO, 2022).

Quanto ao Ministério Público do Tocantins, no ano de 2024, intensificou suas ações em 2024 para combater a violência de gênero, incentivando a implementação da Lei Federal n. 14.789/2023, “Lei Não é Não”. Além disso, criou o “Núcleo Maria da Penha”, especializado “no combate à violência doméstica e familiar, que oferece atendimento jurídico e psicossocial às vítimas”. Outra ação relevante foi o Decreto n. 6.847, em parceria com o Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Tocantins, Secretaria de Estado da Mulher, Defensoria Pública, Polícia Militar, que institui o Pacto Estadual de Prevenção aos Feminicídios, englobando ações de conscientização da população e atendimento especializado às mulheres vítimas de violência (Governo do Tocantins, 2024).

Os dados compilados pelo Fórum de Segurança Pública demonstram que as ações empreendidas pelos Ministérios Públicos Estaduais em parceria com outros órgãos têm obtido resultados positivos no combate ao feminicídio e na correta classificação do crime, com dados mais próximos da realidade.

Estados com menores índices de feminicídios no Brasil: Ceará, São Paulo e Amapá

Quando analisamos os três estados com menores índices de feminicídios no Brasil, observamos três realidades distintas entre os estados do Ceará, São Paulo e Amapá. No site do Ministério Público do Ceará (2024), encontram-se cinco notícias relacionadas diretamente à busca pela palavra-chave “feminicídio”, entretanto, em uma rápida navegação pela site oficial, é possível identificar diversos registros de ações ministeriais em prol da prevenção e combate ao feminicídio,

como a palestra “A atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário com perspectiva de gênero”; o projeto “Eu respeito o não” que capacita profissionais de redes privadas para cumprirem o Protocolo Não é Não, e o encaminhamento de ofício à Secretaria da Segurança Pública do Estado do Ceará para que a Delegacia da Mulher de Sobral funcione 24 horas por dia, todas iniciativas do Ministério Público do Ceará (2024a, 2024b e 2024c).

Cabendo destacar que a maioria dessas ações foram desenvolvidas no ano de 2024, ou seja, somente a partir dos dados divulgados em 2025 será possível avaliar a relação e o impacto dessas iniciativas ministeriais nos índices de feminicídio no estado.

Por outro lado, é curioso observar que São Paulo, estado com um dos menores índices de feminicídios em comparação aos registros de homicídios de mulheres, também conta com diversas ações ministeriais em prol da prevenção e combate ao feminicídio. Uma busca no site oficial do Ministério Público de São Paulo (MPSP, 2024a) pelo termo “feminicídio” foram encontrados mais de 304 resultados. Além disso, o órgão ministerial coleciona ações e projetos relacionados à temática, contando inclusive com um guia público que compila os estudos, projetos e orientações (destinados a vítimas e órgãos públicos), reforçando seu compromisso com a luta pelo fim da violência de gênero (MPSP, 2024).

Ao considerarmos que o estado de São Paulo demonstra uma atuação impactante do MPSP no combate ao feminicídio, é possível inferir que a diferença entre a tipificação penal de feminicídio e homicídio de mulher pode estar relacionado à subnotificação, ao machismo enraizado entre os profissionais envolvidos e à ineficiência nas investigações do inquérito policial.

No caso do Ministério Público do Amapá (2024), uma busca pelo termo “feminicídio” no site oficial gerou apenas dois resultados: um sobre o cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça em 2019 para o julgamento de 50% dos casos de feminicídio e outro sobre a condenação de um homem pelo crime de feminicídio em 2023. Ao pesquisar as palavras-chaves “mulher violência”, apenas quatro páginas referente aos termos foram encontradas, o que sugere que a atuação ministerial no estado poderia ser mais ativa e, consequentemente, obter resultados melhores no combate ao feminicídio (MPAP, 2024a).

Diante da baixíssima divulgação de ações desenvolvidas pelo MPAP, desvela-se que, embora a atuação eficaz no ministério público estadual pode não ser, por si só, suficiente no combate ao feminicídio, a falta de atuação específica na causa impacta na classificação dos crimes em feminicídio e/ou homicídio de mulheres e nos índices de violência de gênero.

Considerações Finais

Este artigo destacou os desafios enfrentados pelo Ministério Público na luta contra o feminicídio no Brasil, sendo importante registrar que alguns estados apresentam números baixos de registro de feminicídio em comparação com a média nacional. Isso ocorre porque as informações compiladas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública são extraídas dos boletins de ocorrência, sem considerar a tipificação que o promotor irá enquadrar na denúncia ou o crime pelo qual o réu foi efetivamente condenado na justiça (Fujita, 2017).

Em 2016, na 11^a edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foram contabilizados 4.657 casos de homicídios femininos, dos quais

apenas 585 foram enquadrados como feminicídio, entretanto, o Conselho Nacional do Ministério Público apurou que 2.925 inquéritos policiais foram concluídos com a tipificação de feminicídio, número cinco vezes maior do que o publicado pelas secretarias estaduais (Fujita, 2017), demonstrando a importância da atuação ministerial para repressão do crime.

A discrepância nos dados sobre homicídios ocultos, homicídios de mulheres e feminicídios aponta para a necessidade de aprimorar os mecanismos de classificação e registro desses crimes, bem como de fortalecer a atuação do Ministério Público na prevenção e persecução penal. Como tentativa de aprimorar os mecanismos de classificação penal de crimes, o governo federal instituiu o “Protocolo Nacional de Investigação e Perícia nos Crimes de Feminicídio”, regulamentado pela Portaria nº 340, de 22 de junho de 2020. O protocolo determina a transparência e a publicidade dos procedimentos de investigações relacionadas à violência de gênero, permitindo que o público em geral tenha acesso a esses inquéritos policiais, além de estabelecer prioridade nas perícias que envolvem crimes contra mulheres. O objetivo do protocolo é a padronização da investigação para garantir a correta qualificação do crime e a precisão na apuração, evitando que crimes de feminicídio sejam investigados como homicídios, além de garantir uma robustez probatória para que o Poder Judiciário possa aplicar as devidas penas e condenações (MDHC, 2024)

Nesse sentido, vislumbra-se que o Ministério Público Estadual desempenha um papel relevante no enfrentamento ao feminicídio, desde a promoção de ações de conscientização e treinamento até a fiscalização de políticas públicas e a persecução penal. No entanto, obstáculos estruturais e culturais limitam sua eficácia. Entre os desafios enfrentados estão a falta de recursos, a sobrecarga de trabalho

dos promotores e a resistência cultural em reconhecer o feminicídio como um crime de gênero.

Uma análise comparativa entre os estados estudados revela que a atuação do Ministério Público varia significativamente. Nos estados com maiores índices de feminicídio, observa-se um esforço mais consistente em promover campanhas educativas e fortalecer a investigação, enquanto nos estados com menores índices, a subnotificação, o machismo e a ineficiência da investigação criminal podem mascarar a realidade.

Por fim, é essencial fomentar a integração entre os órgãos de segurança e justiça e promover uma cultura de igualdade de gênero para reduzir os índices de violência contra a mulher. Estudos futuros podem explorar soluções práticas para os obstáculos identificados, com foco na capacitação de agentes públicos e no monitoramento de políticas públicas.

Referências

- BRASIL. **Código de Processo Penal**. Decreto-lei n. 3689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 30 nov. 2024.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Procedimentos de investigações de crimes contra mulheres passa a ser aberto ao público em geral**. Publicado em 22 jan. 2024, às 20h37. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/procedimentos-de-investigacoes-de-crimes-contramulheres-passar-a-ser-aberto-ao-publico-em-geral>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sev/pacto/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2024.

CAPUTI, J.; RUSSELL, D. E. H. **Femicide:** sexist terrorism against women. In: RADFORD, J.; RUSSELL, D. E. H. (Ed.). Femicide: the politics of woman killing. New York: Twaine Publishers, 1992. p. 13-24.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 13 de dez. 2024.

FUJITA, Gabriela. **Número de feminicídios no MP é 5 vezes maior do que o registrado por delegacias.** Do UOL, em São Paulo, 02 dez. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/12/02/numero-de-feminicidios-no-mp-e-5-vezes-maior-do-que-o-registrado-por-delegacias.htm>. Acesso em: 13 dez. 2024.

G1 RO. **MP abre 1ª promotoria para investigar crimes de feminicídio em RO.** Por G1 RO, publicado em 17 jan. 2019, às 14h02. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2019/01/17/mp-abre-1a-promotoria-para-investigar-crimes-de-feminicidio-em-ro.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

GEBRIM, L. M.; BORGES, P. C. C. **Violência de gênero:** tipificar

ou não o femicídio/feminicídio? Revista de Informação Legislativa, Brasília, ano 51, n. 202, p. 59-75, abr./jun. 2014. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/51/202/ril_v51_n202_p59.pdf. Acesso em: 07 dez. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da Violência estima que 51.726 homicídios ficaram sem registro no Brasil entre 2012 e 2022.* Publicado em 18 jun. 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15111-atlas-da-violencia-estima-que-51-726-homicidios-ficaram-sem-registro-no-brasil-entre-2012-e-2022>. Acesso em: 13 dez. 2024.

INSTITUTO SOU DA PAZ. *Brasil esclareceu apenas 1 em cada 3 homicídios nos últimos 7 anos; veja série histórica do estudo.* Publicado em 12 dez. 2023, às 02h48. Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/brasil-esclareceu-apenas-1-em-cada-3-homicidios-nos-ultimos-7-anos-veja-serie-historica-do-estudo/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. *Feminicídio.* Não se Cale: Governo do Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://www.naoescal.e.ms.gov.br/feminicidio/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MATOSINHOS, Isabella Silva. *Homicídio ou feminicídio? Um estudo sobre a transformação da letra morta da lei em práticas sociais.* 2023. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/59445>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ (MPAP). *Resultados de sua busca por “femicídio”.* 2024a. Disponível

em: https://www.mpap.mp.br/busca?_token=tem6eX0oH6elr2ItzF0tOVgcDtYwmNe44ZyaQDA5&busca=feminicidio. Acesso em: 13 dez. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ (MPAP).

Resultados de sua busca por “mulher violência”. 2024b. Disponível em: https://www.mpap.mp.br/busca?_token=tem6e-X0oH6elr2ItzF0tOVgcDtYwmNe44ZyaQDA5&busca=mulher+viol%C3%A3ncia. Acesso em: 13 dez. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (MPCE).

MP do Ceará discutirá a atuação de juízes e promotores de Justiça no combate à violência contra a mulher nessa sexta (29). 28 nov. 2024c. Disponível em: <https://mpce.mp.br/2024/11/mp-do-ceara-discutira-a-atuacao-de-juizes-e-promotores-de-justica-no-combate-a-violencia-contra-a-mulher-em-novembro/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (MPCE).

MP do Ceará inicia capacitação de profissionais de estabelecimentos comerciais para cumprir o Protocolo Não é Não e combater a violência contra a mulher. 3 dez. 2024b. Disponível em: <https://mpce.mp.br/2024/12/mp-do-ceara-inicia-capacitacao-de-profissionais-de-estabelecimentos-comerciais-para-cumprir-o-protocolo-nao-e-nao-e-combater-a-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (MPCE).

MP do Ceará recomenda que Secretaria da Segurança Pública do Estado mantenha funcionamento 24 horas da Delegacia da Mulher em Sobral. 6 dez. 2024a. Disponível em: <https://mpce.mp.br/2024/12/mp-do-ceara-recomenda-que-secretaria-da-seguranca-publica-do-estado-mantenha-fun>

cionamento-24-horas-da-delegacia-da-mulher-em-sobral/.
Acesso em: 13 dez. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (MPCE).

MP do Ceará discutirá a atuação de juízes e promotores de Justiça no combate à violência contra a mulher nessa sexta (29). 28 nov. 2024. Disponível em: <https://mpce.mp.br/2024/11/mp-do-ceara-discutira-a-atuacao-de-juizes-e-promotores-de-justica-no-combate-a-violencia-contra-a-mulher-em-novembro/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (MPCE).

Resultado da busca por: feminicídio. Disponível em: <https://mpce.mp.br/?s=feminicidio&id=151885>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (MPSP).

Guia: Violência Doméstica e Familiar. Disponível em: <https://www.mppsp.mp.br/area-violencia-domestica-e-familiar>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (MPSP).

Resultados da busca por: feminicídio. 2024a. Disponível em: <https://www.mppsp.mp.br/web/guest/busca?q=feminicidio>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (MPMT).

Lei do Dia de Combate à Violência contra a Mulher e ao Feminicídio é sancionada em MT. Publicado em 22 jun. 2022a, às 13h42. Disponível em: <https://mpmt.mp.br/portalcao/news/723/114098/lei-do-dia-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher-e-ao-feminicidio-e-sancionada-em-mt/202>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROS-

SO (MPMT). **Planejamento Estratégico Institucional 2020-2023.** 2024c. Disponível em: <https://mpmt.mp.br/portalcao/1/1010/planejamento-estrategico>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (MPMT). **Redução do feminicídio em MT é tema de estreia no estúdio “bolha”.** 2024. Disponível em: <https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/146066/reducao-do-feminicidio-em-mt-e-tema-de-estreia-no-estudio-bolha#:~:text=%E2%80%9CDos%2022%20feminic%C3%ADos%20registrados%20este,2023%2C%20apenas%20cinco%20tinham%20MPU>. Acesso em: 13 dez. 2024.

RANGEL, Paulo. **Investigação Direta pelo Ministério Público:** Visão Crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003, p. 187.

RUSSELL, Diana; RADFORD, Jill (Eds.). **Femicide:** The politics of woman killing New York: Twayne Publishers, 1992.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Segurança Pública. **Denúncias de violência doméstica podem ajudar polícia a combater feminicídios, diz delegada.** Nota divulgada em 25 de abril de 2024. Por Assessoria de Imprensa e Comunicação da Secretaria da Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ssp.sp.gov.br/noticia/57240>. Acesso em: 13 dez. 2024.

SENADO FEDERAL. **Mapa Nacional da Violência de Gênero:** Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/mapadaviolencia/#/pesquisanacional/pesquisa>. Acesso em: 13 dez. 2024.

TOCANTINS (Estado). **Governo do Tocantins institui Pacto Estadual de Prevenção aos Feminicídios.** Governo do Tocan-

tins. Publicado em 30 set. 2024. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/governo-do-tocantins-institui-pacto-estadual-de-prevencao-aos-feminicidios/67dixb3kyoe5>. Acesso em: 13 dez. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA (TCE-RO). Compromisso para enfrentamento ao feminicídio em Rondônia é celebrado durante evento da Rede Lilás realizado no TCE. Publicado em 13 dez. 2022. Disponível em: <https://tcero.tc.br/2022/12/13/compromisso-para-enfrentamento-ao-feminicidio-em-rondonia-e-celebrado-durante-evento-da-rede-lilas-realizado-no-tce/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

Políticas de prevenção e combate à violência de gênero contra as mulheres no Brasil: análise dos avanços e desafios

Luciana Gomes Ferreira de Andrade¹

Maria Beatriz Nader²

Introdução

A Organização das Nações Unidas – (ONU), por meio da ONU Mulheres Brasil, publicou o artigo 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres: 2019, o qual indica que a violência de gênero contra as mulheres, sobretudo as praticadas por seus parceiros em relações de afeto, pode ser classificada mundialmente como endêmica, configurando-se um grave problema de saúde pública e de violação dos direitos humanos. O aumento exponencial da violência contra gênero é notório, e as notícias propagadas pela imprensa denunciam as mais diversas formas de agressões que as mulheres sofrem por meio de ameaça, divulgação de cenas de nudez e/ ou estupro, *stalking*, feminicídio, maus-tratos domésticos, desrespeito médicos, entre tantos outros.

Estima-se que nas Américas uma em cada três mulheres, com ida-

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

² Professora titular da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

de de 15 a 49 anos, sofrem violência física e/ou sexual em relações íntimas de afeto, sendo que especificamente, no caso das brasileiras, 48% já teriam passado por alguma situação de violência doméstica e familiar (Filippe, 2024). Consta do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2024, que todas as modalidades de violência contra as mulheres tiveram um aumento em relação ao ano anterior. Cita-se como exemplo, o número de medidas protetivas deferidas que cresceu 26,7% e o índice de casos de estupro praticamente dobrou para 91,5%. Em 2022, o canal de denúncias da Polícia Civil, o Disque 190, recebeu 899.485 ligações relatando situação de violência contra as mulheres (Fórum de Segurança, 2022).

Convém registrar que esses números, embora já sejam alarmantes, certamente são maiores se considerarmos o fenômeno da subnotificação dos casos. Ocorre que muitas vítimas, por medo, vergonha, dependência financeira e/ou emocional, ou falta de informação, falta de rede de proteção, entre outros diversos motivos, optam por não denunciar seus algozes. Assim, é fundamental reconhecer que a dimensão da violência de gênero é maior do que os registros oficiais indicam, sob pena de subestimar o impacto e a prevalência desse problema.

Diante dessas ocorrências, marcos legais, como a Lei Federal nº 11.340/2006, conhecida como “Lei Maria da Penha”, têm estabelecido mecanismos para coibir toda forma de agressão às mulheres, parcela vulnerável da sociedade. Ocorre que, não obstante essa lei ter completado 18 anos, conforme as estatísticas dos órgãos oficiais, os crescentes registros das violências de gênero podem levar a inferir que a eficiência das ações estatais ainda é insipiente.

Logo, em razão desse cenário, têm-se como escopo indicar quais são

as principais estratégias adotadas pelas políticas públicas brasileiras de prevenção da violência de gênero e de proteção às suas vítimas, analisar os possíveis obstáculos para a sua efetiva implementação e eficácia.

Contextualização histórica da violência de gênero no Brasil

O desenvolvimento histórico do Brasil explica os dados alarmantes da violência de gênero no país. As relações sociais brasileiras se baseiam nas raízes do colonialismo, do patriarcado e da escravidão.

O patriarcado, conceituado como “um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres que constrói as desigualdades de gênero pautadas na hegemonia do poder masculino [...]” (Nader e Morgan-te, 2019, p. 09) perpetua por meio de práticas culturais, sociais, econômicas e políticas a ideia de dominação masculina e de subordinação feminina, além de consolidar privilégios masculinos em diversas esferas da sociedade. Neste sentido, durante todo o período colonial que durou de 1500 a 1822 (Lacerda, 2010; Freyre, 2005) e até o início do século XX, seguia os moldes do patriarcado, no qual a família era considerada o pilar da sociedade. A estrutura familiar girava em torno da figura masculina, que exercia a autoridade patriarcal, enquanto à mulher era reservado o papel de mãe, esposa e responsável pela procriação. Os papéis de gênero juntamente com a moral e os costumes, valores defendidos pela Igreja Católica, pautaram as relações sociais desiguais e violentas naquele contexto histórico (Almeida, 2004).

As mulheres eram socialmente compreendidas como propriedade de seus pais e maridos e a violência era naturalizada sob a justificativa do controle masculino sobre o comportamento feminino. Segundo Souza e Brito (2009, p.62), a prática da violência doméstica era legi-

timada “pelos ordenamentos jurídicos portugueses dos séculos XVI e XVII”, ou seja as Ordenações Filipinas que foram promulgadas em janeiro de 1603 e que, no Brasil, vigorou por 228 anos, ou seja, até a implementação do Código Penal do Império, em dezembro de 1830.

Essas normas que inicialmente foram impostas à sociedade brasileira “com o tempo foram [sendo] incorporadas ao cotidiano das pessoas e se transformaram em costumes que passaram a fazer parte do senso comum” (Souza; Brito; Barp, 2009, p. 81). Infere-se que esses costumes explicam as razões pelas quais, em pleno ano de 2024, os índices de violência de gênero, sobretudo as domésticas, em relação de afeto, aumentaram exponencialmente.

Na análise desses dados, vislumbra-se que, a ideia se dominação masculina além de criar uma hierarquia de gênero, também favorece para que haja um recorte racial, ou seja, a violência contra as mulheres recebe um agravante quando se refere às mulheres negras, pois estatisticamente elas compõem a maioria absoluta das vítimas. Consta do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024) que 63,6% das vítimas do feminicídio e 52,2% das vítimas do estupro foram mulheres negras.

A violência cometida contra as mulheres negras emerge no contexto histórico da escravidão, período entre 1530 e 1888, perpassando as atividades inerentes ao serviço braçal até a violência sexual. Os abusos sexuais praticados “por feitores e administradores contra as africanas e crioulas escravizadas adquiriram contornos de uma política de dominação, envolvendo rituais de humilhação pública dirigidas a elas e às comunidades escravas” (Telles, 2018, p. 26).

A “carga histórica escravagista de objetificação e subalternidade” dos negros no Brasil naturalizou e fortificou a figura imaginária da

“mulher negra hipersexualizada sempre disponível”, sendo utilizado como espécie de “estereótipos discriminatórios que autorizam violência” (Instituto, 2015, p.5). E, nesse sentido, percebe-se, que ao longo da história, a sociedade

institui uma dinâmica de violência simbólica que, por sua vez, constitui a base cultural e política das agressões mais visíveis pelo aparato institucional do país, o que contribui, em todos os âmbitos da organização social, para o fato de as mulheres serem sistematicamente colocadas como inferiores e, muitas vezes, dependentes (Nader; Morgante, 2019, p. 09).

Essa construção social do gênero feminino, também atribui um papel de cuidado às mulheres restritos às funções de esposas, mães e donas de casa, o que perpetua o imaginário social de que a mulher é passiva, vulnerável e dependente, naturalizando sua posição de submissão e a consequente violência da qual é vítima. E, diante de tal situação naturaliza e socialmente aceita, no Brasil, ocorre a necessidade de implementação de políticas públicas de combate à violência de gênero.

Implementação das políticas públicas no Brasil

No Brasil, alguns marcos importantes (Santos, 2008) de políticas públicas foram implementadas nas últimas décadas, dentre outras a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher, no ano de 1985, na cidade de Santos em São Paulo, a promulgação no ano de 2006 da Lei nº 11.340, conhecida como Maria da Penha e a Lei nº 13.104, de março de 2015, Lei do Feminicídio.

A Delegacia Especial em Atendimento à Mulher (DEAM), tornou-se, sem dúvida, a instituição mais importante no combate à violência

contra a mulher. Em 1985, a criação da primeira DEAM passou a representar e garantir mecanismos oficiais de defesa da mulher contra a violência e tinha como objetivo ser uma política social direcionada à mulher vítima de violência, seja doméstica, pública, de gênero ou não, e à punibilidade do agressor.

A Lei Maria da Penha, fundamental para o combate à violência contra as mulheres, trouxe diversas inovações legislativas, dentre outras (1) definir as formas da violência doméstica contra a mulher (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral), (2) determinar que a violência doméstica contra a mulher seja combatida independentemente da orientação sexual da vítima, (3) estabelecer que a renúncia à denúncia só pode ocorrer perante o juiz, (4) proibir a aplicação de penas pecuniárias, como pagamento de multas ou entrega de cestas básicas, (5) modificar o Código de Processo Penal para permitir que o magistrado decrete a prisão preventiva em caso de risco à integridade física ou psicológica da mulher e (6) prever a criação de juizados especializados em violência doméstica e familiar contra a mulher, com atribuições cíveis e criminais, para atender questões familiares decorrentes da violência.

A Lei do Feminicídio, a fim de estabelecer uma modalidade específica quando a vítima é morta em razão da sua condição de mulher, foi inserida no Código Penal brasileiro como nova forma de qualificadora ao crime de homicídio em razão de gênero. Além de indicar a qualificadora especial de feminicídio, a referida lei também o considera hediondo, ou seja, que pela sua característica abjeta e vil, a pena deve ser cumprida em condições mais rigorosas, exigindo maior tempo para o condenado usufruir de algum benefício, como o de progressão ou livramento condicional. Até então, não havia na legislação um crime específico que abrangesse as situações de mortes

violentas de mulheres em razão de gênero, notadamente as advindas dos ciclos permanentes de violência doméstica e familiar, inseridos nas relações de afeto, cujos agressores são na maioria seus maridos ou companheiros.

Essa ruptura no paradigma patriarcal da sociedade brasileira “caracterizou pura e simplesmente a destruição do poder masculino instituído a milhares de anos, com o qual subjugaram as mulheres” (Nader, 2024, p. 74). Contudo, não obstante o avanço no combate à impunidade desses delitos, em decorrência do aumento significativo desses ilícitos, nova alteração legislativa foi exigida, e, em 10 de outubro de 2024, foi sancionada a Lei Federal nº 14.994/2024, transformando o feminicídio em crime autônomo, como pena de 20 a 40 anos de reclusão, com possibilidade de aumento de até 1/3, uma majoração significativa, já que até então, como qualificadora, a pena poderia variar de 12 a 30 anos de prisão. A lei também estabelece outras penalidades extra criminais, como a perda do Poder Familiar dos filhos, e além disso são proibidas a nomeação, a designação ou a diplomação em qualquer cargo, função pública ou mandato eletivo entre o trânsito julgado da condenação e o efetivo cumprimento da pena.

É necessário destacar, contudo, que algumas leis e eventos históricos transformaram radicalmente a percepção hermenêutica e o tratamento jurídico da violência doméstica no Brasil, rompendo com o paradigma do machismo. Primeiramente, a Constituição Federal de 1988, no artigo 226, §8º prevê que “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. Em seguida, a ratificação da Convenção Americana dos Direitos Humanos, em 1992, com a promulgação do Decreto Legis-

lativo nº 89 de 03/12/1998 que reconhece a “competência obrigatória da corte interamericana de direitos humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos para fatos ocorridos a partir do reconhecimento”. A previsão expressa na carta maior do país com o compromisso estatal em erradicar a violência familiar que, como sabido, atinge em sua grande maioria as mulheres, e a ratificação de documentos internacionais que prevê responsabilização do país em corte internacional em casos de violações a direitos humanos, como a violência de gênero, direciona a interpretação jurídica nacional para erradicar a violência sistemática de gênero.

No ano corrente (2024), o Ministério das Mulheres publicou um relatório contendo as principais políticas públicas que apoiam as mulheres atualmente no Brasil. O documento registra a efetivação de trinta ações realizadas em 2023. Ainda foram implementados pelo Ministério Público Federal a criação do Grupo de Trabalho Igualdade de Gênero e o Conselho Nacional do Ministério Público que instituiu a Ouvidoria da Mulher.

Diversos órgãos estaduais, por seu turno, também têm implementado políticas públicas com a finalidade de derrotar as diversas formas de violência contra as mulheres. E, dentre essas iniciativas destacamos que, no estado do Espírito Santo (1) o Ministério Pùblico implementou o Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres, (2) o Tribunal de Justiça do Espírito Santo constituiu a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (3) a Defensoria Pública do Espírito Santo lançou o Núcleo de Defesa dos Direitos das Mulheres.

Diante de tais implementações, pode-se afirmar que o paradigma da

busca pela igualdade de gênero é um movimento nacional e também mundial, quando comprovado pela Agenda 2030 da ONU, cujo objetivo nº 5 almeja “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”³. É fundamental a contribuição de todos os países no fortalecimento da compreensão social quanto a necessidade de formular e implementar políticas públicas suficientes para conter, reduzir e futuramente erradicar a violência de gênero.

Todas essas políticas públicas simbolizam um avanço significativo na luta pela proteção dos direitos das mulheres, mas a eficácia dessas ações depende diretamente da aplicação correta e contínua pelos agentes do Estado.

Movimentos sociais e participação civil

A sociedade brasileira tem destinado uma atenção especial às lutas feministas e femininas, resultando em diversos movimentos que auxiliam na formulação e fiscalização de políticas públicas de combate à violência de gênero. Essa percepção popular nacional é resultado de ações mundiais pela conscientização dos direitos fundamentais das mulheres, como o movimento mundial “16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência contra as Mulheres” (ONU Mulheres, 2019). Essa campanha foi iniciada em 1991 por mulheres e membros do Instituto de Liderança Global das Mulheres, como mecanismo de conscientização, engajamento e mobilização de populares e organizações globais na prevenção e eliminação da violência de gênero. A campanha ocorre em mais de 160 países e o Brasil aderiu em 2003.

No Brasil, algumas campanhas ganharam folego quando o movi-

³ A agenda 2030 é um Pacto Global da ONU para alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

mento feminista estimulou a campanha “Não é Não” (Nossa História, 2024), idealizado em janeiro de 2017 por Aisha Jacob, Barbara Menchise, Julia Parucker, Luka Campos e Nandi Barbosa, após um caso de assédio que ocorreu em uma festa no Rio de Janeiro⁴. No carnaval do mesmo ano, o movimento distribuiu gratuitamente “4 mil tatuagens ‘Não é Não!’ nos blocos de rua do Rio de Janeiro” (Nossa História, 2024).

A campanha ganhou enorme apoio popular quando foram realizados protestos e passeatas no dia 08 de março de 2017. No ano de 2018, no dia 07 de março, o movimento teve apoio do time de futebol Corinthians. Todos os jogadores entraram em campo para jogar contra o Mirassol, na Arena Corinthians em São Paulo, com as blusas que traziam hashtag #RespeitaAsMinas e, acompanhados da equipe feminina com Não é Não! estampado em seus uniformes” (Nossa História, 2024), além de publicar as duas frases no telão do estádio. As ações do movimento também foram ampliadas no Carnaval de 2018, que recebeu o apoio de blocos, coletivos feministas e empresas privadas, o que resultou na confecção e distribuição de 26 mil tatuagens em cidades como Belo Horizonte, Brasília, Olinda, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Desde então, a campanha, que é um ato político, foi aderida por praticamente todas as cidades brasileiras, com o apoio de governos, instituições públicas e grandes marcas do público feminino como Avon e Amaro. E o resultado desse movimento inicialmente popular, impactou o Estado, com a sanção da Lei 14.786/2023, a qual cria o protocolo “Não é Não” para prevenção ao constrangimento de mulheres assediadas em shows, bares e boates.

4 A campanha foi produzida com o patrocínio de 40 mulheres e alcançou apoio popular e governamental.

Nesse sentido, o Ministério da Mulher reconhece a importância do apoio social para a prevenção e combate à violência de gênero, e tem atuadoativamente para conquistar esse suporte. Destaca-se, a ação “Misoginia”, que foi aderida por cerca de 140 empresas e que objetiva promover a mobilização e ações contínuas direcionadas as pautas da igualdade econômica e da representatividade nos espaços de poder, além da prevenção ao feminicídio, à violência sexual e à violência doméstica.

Essas diversas ações no âmbito público e privado constituem uma Rede de Enfrentamento à Violência de Gênero, composta por instituições governamentais, sociedade e serviços privados, com o objetivo de articular estratégias efetivas para garantir a eficácia das políticas públicas nesta seara. A atuação de movimentos sociais e a participação de civis é fundamental para o combate à violência de gênero.

Nesse sentido, a colaboração mútua também influência na criação de políticas públicas inclusivas e sensíveis às necessidades específicas de mulheres pertencentes a grupos vulneráveis, como mulheres encarceradas, negras, LGBTQIA+, moradoras de áreas periféricas, dentre outras. Assim, verifica-se, que a atuação integrada entre a sociedade civil e o poder público, promovem mecanismos para coibir a perpetuação da violência e da desigualdade de gênero, como a naturalização do machismo e do patriarcado que ainda se fazem presentes na sociedade mundial, e na brasileira, principalmente.

Por fim, o enfrentamento à violência de gênero é um compromisso coletivo que deve ser assumido por toda a sociedade. Homens, organizações públicas e privadas, escolas e instituições religiosas, todos devem assumir o propósito de assegurar os Direitos Humanos Fundamentais das Mulheres.

Algumas considerações

Em um contexto geral, a ausência de dados reais sobre à violência de gênero é um obstáculo, que precisa ser transposto, para que possamos vislumbrar a dimensão do problema e formular políticas públicas eficazes. Com informações concretas é possível direcionar esforços adequados para prevenir, combater e erradicar a violência de gênero, rompendo com o ciclo de invisibilidade e negligência.

Um grave problema recorrente no combate à violência de gênero no Brasil é o contexto cultural que possui suas raízes fincadas no machismo, patriarcado e na misoginia, ao naturalizar as desigualdades e justificar atitudes violentas praticadas por homens contra as mulheres. Para conquistarmos a desconstrução desses estereótipos de gênero é necessário investir em campanhas educativas que promovam a igualdade entre homens e mulheres. Também é preciso capacitar os profissionais que atuam na rede de proteção (delegados, policiais, assistentes sociais, promotores de justiça e juízes) para combater a violência institucional.

Como contraponto, destacamos que o apoio popular aos movimentos feministas fortalece a causa e garante ações empenhadas por parte dos três poderes (legislativo, executivo e judiciário) que implementam políticas públicas com base nas ações propostas e desenvolvidas por esses grupos políticos que possuem uma percepção apurada na prevenção e combate à violência de gênero. A parceria entre movimentos sociais e ações governamentais resultam em campanhas de conscientização capazes de instruir meninas e mulheres quanto aos seus direitos e as ferramentas para reivindicar o respeito e cumprimento desses direitos, como canais de denúncias, serviços de apoio psicológico, jurídico e redes de proteção social.

Acredita-se, diante de tal realidade, que os pilares do combate à violência de gênero são o empenho contínuo de todas as esferas sociais e políticas, o fortalecimento das redes de enfrentamento, a ampliação de políticas públicas, o engajamento ativo da sociedade civil e a conscientização contra ideais machistas e patriarcais. Somente por meio dessas bases, pode-se acreditar em um futuro em que a violência de gênero seja erradicada e a igualdade de gênero seja uma realidade concreta no Brasil.

Referências

- ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. As Raízes da Violência na Sociedade Patriarcal. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 235-243, jan./jun. 2004.
- BRASIL. **Código de Processo Penal**. Decreto-lei n. 3689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 30 nov. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 13 dez. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990

(Lei dos Crimes Hediondos), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e a de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14994-9-outubro-2024-796445-publicacaooriginal-173328-pl.html>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 89, de 3 de dezembro de 1998.

Aprova a solicitação de reconhecimento da competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos para fatos ocorridos a partir do reconhecimento, de acordo com o previsto no parágrafo primeiro do artigo 62 daquele instrumento internacional. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/537575>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.786, de 28 de dezembro de 2023. Cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo “Não é Não - Mulheres Seguras”; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14786.htm. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção de Belém do Pará. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher. Relatório principais ações 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/fevereiro/Relatorio_Principais_Acoes_2023_Ministrio_das_Mulheres.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

FILIPPE, Marina. **Metade das brasileiras já sofreu violência doméstica, mas 18% não se identificam como vítimas.** Exame, 2023. Disponível em: <https://exame.com/esg/metade-das-brasileiras-ja-sofreram-violencia-domestica-mas-18-nao-se-identificam-como-vitimas/>. Acesso em: 15 out. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Segurança em números: infográfico.** Disponível em: <https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/c2423188-bd9c-4845-9e66-a330ab677b56/content>. Acesso em: 15 out. 2024.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala:** a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 50. ed. São Paulo: Global, 2005.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In RODRIGUES, C.; BORGES, L.; RAMOS, T. R. O. (orgs). **Problemas de gênero.** Rio de Janeiro: Funarte, p. 399-417, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:** Objetivo 5 - Alcançar a

igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=5>. Acesso em: 10 dez. 2024.

INSTITUTO PATRICIA GALVÃO. Violência e Racismo. In: **Violência contra as mulheres, 2015**. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/> violencia-eracismo/#assediosexual-e-mulheres-negras. Acesso em: 10 nov. 2024

LACERDA, Marina Basso. **Colonização dos corpos:** ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: . Acesso em: 10 nov. 2014.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado:** história da opressão das mulheres pelos homens São Paulo: Cultrix, 2019.

NADER, Maria Beatriz; MORGANTE, Mirela Marin. **A violência contra a mulher e a expressão intelectual. Prolusão.** In: NADER, Maria Beatriz; MORGANTE, Mirela Marin (Org.). **História e gênero: faces da violência contra as mulheres no novo milênio.** Vitória: Editora Milfontes, 2019. p. 07/14

NADER, Maria Beatriz. **Recônditos: uma jornada pela história da família, do gênero e da violência.** Serra: Editora Milfontes, 2024.

ONU MULHERES BRASIL. 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres: 2019. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/16dias/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Violência contra as mulheres.** Disponível em: <https://www>.

paho.org/pt/topics/violence-against-women. Acesso em: 15 out. 2024.

SANTOS, Cecília M. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. **OFICINA DO CES**: Publicação seriada do Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 2008. Disponível em: . Acesso em: 15 out. 2024.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha; BRITO, Daniel Chaves; BARP, Wilson José. Violência doméstica: reflexos das ordenações filipinas na cultura das relações conjugais no Brasil. **Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política**, v. 18, n. 1, 2009.

TELLES, L. F. S. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas**: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX). 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

